

# EDMAR Lyra



## Os desafios da postulação de Marília Arraes

A deputada federal Marília Arraes deixou o PT para ingressar no pequeno Solidariedade e consequentemente colocar-se na disputa pelo Palácio do Campo das Princesas. Com o término do prazo de filiações não levou nenhum deputado federal de mandato para o seu partido, e conquistou Gustavo Gouveia, Fabíola Cabral, Fabrício Ferraz e Wanderson Florêncio, tirando o partido do zero na Alepe e levando para quatro representantes. Sendo duas baixas no palanque de Danilo Cabral e duas no palanque de Miguel Coelho.

Apesar do furor em relação a Marília, é precipitado fazer qualquer comparação entre o projeto da pré-candidata do Solidariedade e o do seu primo Eduardo Campos em 2006. Ambos são netos de Miguel Arraes, mas o caminho percorrido pelos dois é completamente distinto. Eduardo tinha sido deputado estadual, secretário da Fazenda, deputado federal por três mandatos, presidente nacional do PSB e ministro da Ciência e Tecnologia. Uma vasta experiência que o credenciava para a disputa.

Apesar de ter entrado como azarão naquela ocasião, Eduardo teve o apoio de PSB, PDT, PP, PL e PSC na época, e de nomes como Guilherme Uchoa, Fernando Lyra, João Lyra Neto, José Queiroz, Inocência Oliveira, Eduardo da Fonte, Fernando Bezerra Coelho e outros com grande capacidade política para alavancar seu projeto. Eduardo era o queridinho de Lula, enquanto Marília é tida pelo ex-presidente como alguém que não merece seu apoio nem sua confiança.

Diferentemente de Eduardo, que fez uma elogiada passagem pelo ministério da Ciência e Tecnologia, a única experiência administrativa de Marília Arraes no executivo foi como secretária de Juventude da primeira gestão de Geraldo Julio, cuja passagem até hoje foi bastante criticada por não ter dado conta de uma pasta sem muita relevância nem muitos problemas para gerir. A própria disputa pela prefeitura do Recife, protagonizada por ela e seu primo João Campos, denotou pouca capacidade de debater os problemas do Recife, tanto que João mesmo sendo bem mais jovem que a prima, foi mais convincente nos debates e ganhou a eleição. Marília indiscutivelmente tem a grife de Arraes para alavancá-la, mas isso não é suficiente para lhe manter em rota de crescimento e competitividade a ponto de se tornar pule de dez para ganhar a eleição como alguns pensam.

## Mulher

O MDB tem a sua grande aposta no segmento feminino para a Câmara dos Deputados. A fisioterapeuta Iza Paula Arruda, filha do prefeito de Vitória de Santo Antão, Paulo Roberto, poderá ser eleita na chapa do MDB para deputada federal. Seu pai obteve mais de 40 mil votos em 2018, elegeu-se prefeito em 2020, e agora pretende elegê-la em dobradinha com Joaquim Lira (PV) para representar Pernambuco em Brasília. Alguns apostam que ela pode ter acima de 80 mil votos.

**FEDERAL** - O presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, Eriberto Medeiros (PSB), tem dado sinais de que pode ser candidato à Câmara dos Deputados em outubro. A decisão pode se concretizar porque ele não terá outro momento semelhante para chegar em Brasília.

**INOCENTE QUER SABER** - Há possibilidade de entendimento entre Raquel Lyra e Marília Arraes?

@edmarlyra

www.edmarlyra.com

A coluna de Edmar Lyra é publicada de segunda a sábado.

■ A partir de hoje, magistrados, servidores, estagiários e colaboradores retomam trabalho no Tribunal. Sessões e audiências serão presenciais

# TJPE volta a ter atividade presencial



RAFAEL FURTADO/ARQUIVO FOLHA

Nesta terça, dependências do tribunal voltarão a funcionar

DA REDAÇÃO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) retorna ao do trabalho presencial. O Ato Conjunto nº14/2022, assinado pelo presidente e o corregedor do TJPE, desembargadores Luiz Carlos Figueirêdo e Ricardo Paes Barreto, respectivamente, definiu que, a partir de hoje, magistrados, servidores e estagiários, além de colaboradores, deverão voltar ao trabalho presencial nas unidades.

Apesar da determinação pelo retorno ao trabalho presencial, parte dos servidores ainda pode permanecer em regime de teletrabalho caso a modalidade de trabalho tenha sido deferida pela Presidência do Tribunal. Para o trabalho remoto, permanecerão, mediante requerimento, magistradas e servidoras gestantes que não tenham concluído o ciclo vacinal, incluindo dose de reforço. O ato conjunto possui validade de 90 dias, com suas disposições podendo ser revistas a qualquer momento, a depender das condições epidemiológicas em relação à Covid-19.

## Audiências presenciais

As audiências e sessões de julgamento, audiências de custódia e Cejuscs serão realizadas presencialmente. É possível, excepcionalmente, a realização de audiências telepresenciais ou por videoconferência, mediante deliberação do magistrado, presidente da Turma ou Coordenador do Cejusc.

O Tribunal deverá assegurar o fornecimento e distribuição de barreiras acrílicas, quando lhe forem solicitadas, e equipamentos de proteção individual (EPIs) contra a disseminação da Covid-19, tais como máscaras e álcool gel, exigindo e fiscalizando a sua utilização durante todo o expediente forense. As medidas de segurança sanitária seguem mantidas nas dependências dos prédios do Poder Judiciário, para acesso e permanência: higienização das mãos com álcool em gel 70%; utilização de máscara de proteção facial que cubra o nariz e boca e apresentação de comprovante de vacinação contra a Covid-19, físico ou digital (ConecteSUS), emitido por autoridade pública

**SECRETARIA DE TURISMO E LAZER**  
Olinda/PE, 01 de abril de 2022

**CONVOCAÇÃO DA 32ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
Convidamos V.Sas para comparecerem à reunião deste Superior Conselho: **DATA:** 26 de abril de 2022. **HORÁRIO:** 09:00 (nove) horas. **LOCAL:** Meio eletrônico. Realizada on-line, via videoconferência, onde a chave de identificação para o ingresso na reunião será enviada aos participantes com 24h de antecedência. **OBJETO:** 1. Deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras, da destinação do resultado do exercício e da distribuição de dividendos; conforme estatuto social, Art 9, parágrafo 10, VII.

Atenciosamente,  
**Antônio Mário da Mota Limeira Filho**  
Presidente do Conselho de Administração

**MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO - PE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2022 - PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 001/2022 - SRP001. AVISO DE LICITAÇÃO. Objeto Nat.: SERVIÇO. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE MATERIAL GRÁFICO. O valor global estimado é de: R\$697.906,67 (SEISCENTOS E NOVENTA E SETE MIL, NOVECENTOS E SEIS REAIS COM SEXTA E SETE CENTAVOS). A sessão pública de processamento do Pregão acontecerá, conforme especificado: - Local: site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) - Início das Propostas: 05/04/2022 08:00, Limite para Impugnação: 13/04/2022 08:00, Limite para Esclarecimentos: 13/04/2022 08:00, Limite p/ Recebimento de Propostas: 18/04/2022 08:00, Abertura das Propostas: 18/04/2022 09:15. MODO DE DISPUTA: ABERTO, BENEFÍCIO ME/EPP: DESEMPATE - LOCAL/REGIONAL, CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM. TEMPO DE DISPUTA: Durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. Referência de tempo: Horário de Brasília. LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) - ID do processo Nº 180391 e no site da Prefeitura Municipal de Bom Conselho, [www.bomconselho.pe.gov.br/licitacoes](http://www.bomconselho.pe.gov.br/licitacoes) - MAIS INFORMAÇÕES: Na sala da CPL e equipe de pregão no endereço situada à Rua Vidal de Negreiros, 43 - Centro - Bom Conselho - PE, através do tel.: (87) 3771-4705 ou pelo e-mail: [cpibomconselho@gmail.com](mailto:cpibomconselho@gmail.com), no horário de 08:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira. - Mais informações podem ser obtidas diretamente na sede do Órgão, conforme dados acima. Bom Conselho, 05 de abril de 2022. **Franklin S. Tenório** - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TACARATU**  
**PROCESSO LICITATÓRIO 002/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO 001/2022**  
**SRP Nº 001/2022**

A Prefeitura Municipal de Tacaratu, por intermédio do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 003/2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço por ITEM. Sessão pública eletrônica a partir das 08:31 horas (horário de Brasília - DF) do dia 19/04/2022, através do site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), destinado a selecionar propostas para elaboração de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação e montagem de estruturas, como: palco, sonorização, iluminação, banheiros químicos, tendas, fechamento e demais estruturas necessárias para organização de eventos, do Município de Tacaratu - PE. VALOR MÁXIMO ADMITIDO R\$ 290.200,00 (duzentos e noventa mil e duzentos reais), relativo ao Processo 002/2022, PREGÃO ELETRÔNICO 001/2022 e SRP Nº 001/2022. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço citado abaixo ou no site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br). Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Tacaratu, Rua Pedro Toscano, 349, Centro, (87) 3843-1156, na sala da CPL ou pelo e-mail: [pregoeiro@tacaratu.pe.gov.br](mailto:pregoeiro@tacaratu.pe.gov.br), de segunda a sexta-feira das 08h às 12h, exceto feriados Ibrahim de Sá Lisboa, Pregoeiro.á

**PROCESSO LICITATÓRIO 007/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO 006/2022**  
**SRP Nº 005/2022**

O Fundo Municipal de Saúde de Tacaratu, por intermédio do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 003/2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico para REGISTRO DE PREÇOS, tipo Menor Preço por Item. Sessão pública eletrônica a partir das 16:01 horas (horário de Brasília-DF) do dia 19/04/2022, através do site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), destinado a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS, INJETÁVEIS E FARMÁCIA BÁSICA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TACARATU-PE, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, VALOR MÁXIMO ADMITIDO R\$ 2.586.769,32 (dois milhões e quinhentos e oitenta e seis mil e setecentos e sessenta e nove reais e trinta e dois centavos), relativo ao Processo 007/2022 e PREGÃO ELETRÔNICO 006/2022 e SRP Nº 005/2022. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço citado abaixo ou no site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br). Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Tacaratu, Rua Pedro Toscano, 349, Centro, (87) 3843-1156, na sala da CPL ou pelo e-mail: [pregoeiro@tacaratu.pe.gov.br](mailto:pregoeiro@tacaratu.pe.gov.br), de segunda a sexta-feira das 08h às 12h, exceto feriados. Ibrahim de Sá Lisboa, Pregoeiro



DA REDAÇÃO  
COM AGÊNCIAS

O presidente ucraniano Volodymyr Zelensky pediu que fosse reconhecido o “genocídio” supostamente promovido pelas tropas russas na cidade de Bucha, perto de Kiev, onde, no último fim de semana, foram encontradas dezenas de corpos vestidos como civis, alguns com as mãos amarradas nas costas. “São crimes de guerra e serão reconhecidos como genocídio”, disse Zelensky à mídia em Bucha.

“Vocês estão aqui hoje e veem o que aconteceu. Sabemos que milhares de pessoas foram assassinadas e torturadas com os membros decepados, as mulheres estupradas, as crianças assassinadas”, afirmou o presidente ucraniano - vestindo um colete à prova de balas. Ontem, foi informado que os corpos de cinco homens com as mãos amarradas foram encontrados no porão de um hospital infantil de Bucha.

## Hospital infantil

Segundo a Procuradoria-Geral da Ucrânia, no porão de uma das clínicas infantis, a polícia encontrou os corpos de cinco homens com as mãos amarradas. Em comunicado oficial, o órgão afirma que “soldados das forças armadas russas torturaram e mataram os civis desarmados”. O comunicado estava acompanhado de fotos que



RONALDO SCHEMIDT/AFP

Para o presidente Zelensky, a “escalada das atrocidades” reduz as possibilidades de uma negociação

■ No final de semana, centenas de corpos de ucranianos vestidos como civis foram encontrados na cidade de Bucha, próxima a Kiev, e causaram revolta

# Ucrânia acusa Rússia de praticar genocídio

mostram os corpos.

A Rússia nega sua responsabilidade e sugeriu que as imagens eram montagens. É uma “provação perversa de radicais ucranianos”, reagiu o embaixador adjunto da Rússia nas Nações Unidas.

## Crimes de guerra

Os Estados Unidos, no entanto, disseram que vão buscar a suspensão da Rússia do Conselho de Direitos Humanos do órgão internacional e o presidente Joe Biden pediu um “juízo por crimes de guerra”. Já a alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, “horrorizada” com as imagens de Bucha, pediu que todas as evidências fossem preservadas.

Na mesma linha, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que a UE está dis-

posta a enviar equipes de investigadores à Ucrânia. Por sua vez, a ministra das Relações Exteriores do Canadá, Mélanie Joly, denunciou hoje os “crimes de guerra” em Bucha, e advertiu que o Canadá vai impor novas sanções “em breve”.

“O que aconteceu durante o fim de semana é completamente escandaloso, injustificável e chocante”, declarou a ministra Joly durante uma coletiva de imprensa realizada em meio a uma visita oficial à Finlândia.

“Trata-se claramente de crimes de guerra contra a humanidade”, acrescentou a chanceler, que acusou os soldados russos pelos atos de violência.

## Países prometem novas sanções

“Os Estados Unidos e seus aliados vão anunciar, esta semana, novas sanções econômicas contra a Rússia”, comunicou ontem (4) o assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, Jake Sullivan. Segundo ele, estão em estudo possíveis medidas “relacionadas com a energia”, um tema muito delicado para os europeus, que são muito dependentes do gás russo.

Em uma transmissão feita pela televisão nacional, também nessa segunda-feira, direto da cidade de Bucha - onde foram encontrados os corpos dos civis mortos -, o presidente ucraniano Volodymyr Zelenskiy disse que havia se tornado mais difícil para a Ucrânia negociar com a Rússia depois que Kiev tomou conhecimento da escala das supostas atrocidades cometidas pelas forças russas no País.

## Apelo do prefeito

O prefeito de Kiev, Vitali Klitschko, pediu aos moradores da capital ucraniana que fugiram do conflito que não voltem por “pelo menos outra semana”. “Em primeiro lugar, há toque de recolher 24 horas por dia em vários distritos da região de Kiev. Também nas cidades próximas à capital, onde continuam os combates, foi encontrado um grande número de artefatos explosivos, o que pode representar uma grande ameaça”, disse.

“Não descartamos a possibilidade de que disparem foguetes. Sim, nossas forças de defesa aérea estão trabalhando perfeitamente. Mas qualquer coisa pode acontecer. Então, peço às pessoas que esperem um pouco e não voltem”, acrescentou.

Mais de quatro milhões de ucranianos deixaram seu país desde o início da guerra, em sua maioria para a vizinha Polônia, segundo as Nações Unidas.

Porém, mais de meio milhão de pessoas também viajaram na direção oposta, de acordo com as autoridades ucranianas, a caminho da relativa segurança da cidade de Lviv, no leste, ou para lutar na linha de frente.

Só na última semana 88.00 pessoas voltaram para a Ucrânia.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2022-OBJETO: **Aquisição de Leites especiais para Distribuição Gratuita para as famílias carente do Joaquim Nabuco-PE.** Valor R\$ 288.125,28 (Duzentos e oitenta e oito mil, cento e vinte e cinco reais e cinco centavos). Início do Acolhimento das propostas: a partir do dia 06 de Abril de 2022, Limite para acolhimento das propostas: 09:00h. do dia 20 de Abril de 2022, Abertura das propostas 10:00h do dia 20 de Abril de 2022, Início da Sessão de Disputa: às 11:00h. do dia 20 de Abril de 2022. Informações: Pelo e-mail: [cpl2018j.nabuco@hotmail.com](mailto:cpl2018j.nabuco@hotmail.com) Material: disponível em Portal Bolsa Nacional de compras - BNC [www.bnc.pe.gov.br](http://www.bnc.pe.gov.br) (esclarecimentos e impugnações), site: [joaquimnabuco.pe.gov.br](http://joaquimnabuco.pe.gov.br) local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do Edital.

Joaquim Nabuco, 04 de Abril de 2022

Grivaldo Jose Noberto  
Secretaria de Saúde



### PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA/PE

#### AVISO DA CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 011/2022

O Município de Petrolina/PE, por meio da sua CPL, torna público o **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2022 - CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 011/2022. OBJ.:** Reforma da escola: José Martins (localidade de Pau Ferro) e Escola Área 19 (localidade do Proj. Maria Thereza) - **SEDUCE. Valor Global Estimado:** R\$ 2.380.001,28. **Data/Hora/End.:** 06/05/2022, às 09h. Av. Guararapes, nº 2114, Centro. Edital/Inf.: Mesmo endereço, das 08h às 14h ou pelo site: [www.petrolina.pe.gov.br](http://www.petrolina.pe.gov.br).

Petrolina/PE, 04/04/2022  
Carla Modesto  
CPL (1189/2022)



### PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA/PE

#### AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO SUSPensa

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2021 - TOMADA DE PREÇO Nº 007/2021. **OBJ.:** Contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos sociais, na área de habitação de interesse social para execução do Projeto de Trabalho Social - PTS, no Residencial Novo Tempo 5, localizado no Município de Petrolina/PE, pelo PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, com Recursos do FAR - Fundo de Arrendamento Residencial, conforme o Termo de Convênio/APF nº 485.407-13/230 UH e a solicitação expressa da **Secretaria M. de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Sustentabilidade. Valor Global Estimado:** R\$ 276.000,00. Devido alteração no Edital, fica agendada NOVA DATA DE ABERTURA do presente certame **para o dia 06/05/2022 às 09h**, na SGL, sito na Av. Guararapes, nº 2114, 2º andar do anexo, Centro - Petrolina/PE. Edital e Anexos disponíveis: SGL. Fone: (87) 3861-3514 das 08h às 13h. Valor: R\$ 10,00 ou [www.petrolina.pe.gov.br](http://www.petrolina.pe.gov.br).

Petrolina/PE, 04/04/2022  
Lucigleide P. dos S. Silva  
Presidente da CPL



# ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A

(em recuperação judicial)

CNPJ: 07.699.082/0001-53

## Relatório da Administração

**Prezados Senhores:** A Administração do Estaleiro Atlântico Sul S.A. ("EAS"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes.

### Nota introdutória:

O ano de 2021 foi um ano muito importante para o Estaleiro Atlântico Sul S.A., com avanços significativos em relação à estratégia de reestruturação da Companhia.

Primeiramente, porque em maio de 2021 o EAS teve o seu plano de recuperação judicial aprovado pela grande maioria de seus credores, e homologado em junho de 2021 pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ipojuca/PE. Ademais, ainda sob esse aspecto, além de estar cumprindo integralmente com seu plano de reestruturação, a Companhia pôde antecipar pagamentos aos seus credores, reforçando o seu compromisso com o pagamento da dívida.

Em segundo lugar, porque em 2021 o EAS consolidou sua posição no mercado de reparos navais, retomando por definitivo sua atividade empresarial, ainda que em menores proporções. Tal retomada, além de permitir que a empresa voltasse a gerar receitas e empregar colaboradores, potencializa sua capacidade de realização de novos negócios, lançando o estaleiro como fornecedor de outros produtos e serviços, além da construção naval.

Dentro desse contexto, em 2021 a Companhia avançou em relação a dois propósitos basilares de seu plano de recuperação: o primeiro, concernente à reestruturação financeira da companhia e o segundo, à reestruturação das atividades, através da diversificação das atividades do EAS.

### Serviços de reparos naval e esforço da companhia para geração de novos negócios:

No ano de 2021, o EAS consolidou-se no segmento de reparo naval, o que contribuiu para uma melhora significativa do resultado operacional da companhia quando comparado com o período anterior.

Para 2022, o EAS busca não só manter os serviços de reparo naval atualmente desempenhados, mas também, o desenvolvimento de novas oportunidades de negócios em segmentos diversos, de acordo com a demanda do mercado e a capacidade operacional da companhia. Tudo isso com o objetivo de gerar mais receita e alavancar o resultado operacional.

### Redução de custos:

Como parte do processo de reestruturação, o EAS, no ano de 2021, reduziu seu custo fixo, sem comprometer a segurança e preservação das pessoas e do ativo, que são nossa prioridade.

Não obstante tal redução, aliada ao resultado operacional positivo das atividades de reparo naval, tenha colaborado materialmente para preservação do caixa do EAS, em 2021 as despesas da Companhia ainda superaram sua geração de caixa, especialmente em função dos desembolsos com o processo de Recuperação Judicial, os quais incluem os pagamentos de custas inerentes ao processo, pareceres técnicos e remuneração de assessores.

Além do foco na geração de caixa, a Companhia mantém esforços direcionados à redução de custos, através de ações de melhoria contínua,

visando o aumento de sua produtividade, a diminuição de seus custos indiretos (que deve ocorrer de forma paulatina, com o encerramento de determinadas fases do processo de reestruturação) e controles rígidos, além de ações de incentivo à identificação de oportunidades de economia por parte dos colaboradores.

### Redução da dívida e estrutura de capital:

Ainda em 2021, o EAS iniciou o pagamento de sua dívida perante os credores, segundo ordem de preferência estabelecida no plano e prevista na Lei nº 11.101/2005, tendo ainda obtido determinados descontos financeiros em razão da aplicação das regras do plano de recuperação aprovado e homologado.

Através de mecanismos previstos no plano de reestruturação, o EAS conseguiu reduzir significativamente sua dívida perante determinados credores, que optaram, em contrapartida ao recebimento antecipado, por perdoar percentual substancial da dívida ("Janela de Oportunidade para Perdão de Dívida"). Além disso, no ano de 2021, o EAS também antecipou pagamentos aos seus credores com excedente de caixa, contribuindo assim para a redução do seu passivo.

As dívidas de maior porte também foram reestruturadas no longo prazo pelo plano de recuperação judicial, na medida em que previu, em linhas gerais, carência de 3 (três) anos para início dos pagamentos, prazo de 15 (quinze) anos para amortização dos débitos e repactuação das taxas de juros originalmente pactuadas.

Não obstante os desembolsos realizados ao longo do ano com o pagamento de dívidas e custas relacionadas ao Plano de Recuperação, o EAS mantém posição de caixa robusta e consistente com suas demandas e obrigações.

Nestes termos, a recuperação judicial serviu ao propósito de reequilibrar a estrutura de capital da Companhia, proporcionando um ambiente seguro e saudável ao desenvolvimento de suas atividades operacionais e cumprimento do seu plano de reestruturação.

### Alienação de Unidades Produtivas Isoladas:

O plano de recuperação judicial do EAS prevê, como meio de reestruturação, a alienação de determinadas áreas *não operacionais* para atividade da companhia (Unidades Produtivas Isoladas - "UPIs" A e B.)

No ano de 2021 o EAS promoveu o primeiro leilão para alienação da UPI B. Entretanto, o processo não foi concluído por ausência de propostas. Nesse diapasão, o EAS iniciou discussões com credores e terceiros com vistas à revisão dos parâmetros de alienação da UPI B, de forma a adequá-los à realidade do mercado.

### Redução do passivo trabalhista, tributário e cível:

Com a aprovação do plano de recuperação judicial, o EAS conseguiu reduzir o contingenciamento do seu passivo, visando otimizar o resultado.

**Cível e Trabalhista:** Os passivos cíveis e trabalhistas, existentes até a data do ajuizamento da recuperação judicial (30/01/2020), conforme regra do art. 49 da Lei nº 11.101/2005, estão sendo endereçados no plano de recuperação judicial, de acordo com as regras de pagamento nele previstas.

**Tributário:** O EAS possui créditos tributários relevantes que, ao longo de 2021, se materializaram em parte. A perspectiva para o futuro é que projeção de créditos tributários a receber se consolide, contribuindo para o caixa da Companhia.

## Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2021 E 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020		
<b>ATIVOS</b>										
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	3	80.330	70.435	88.250	126.795					
Contas a receber	4	11.979	24.278	9.980	20.502					
Estoques	5	9.880	14.593	9.880	14.593					
Impostos a recuperar	6	9.155	9.026	9.155	10.168					
Despesas antecipadas		477	133	477	133					
Adiantamento a fornecedores	8	2.474	1.458	2.474	1.458					
Outros créditos		22	72	22	73					
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>114.317</b>	<b>119.995</b>	<b>120.238</b>	<b>173.721</b>					
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>										
Aplicações financeiras restritas	7	5.107	5.020	5.107	5.020					
Impostos a recuperar	6	94.321	103.999	94.321	103.999					
Outros créditos	9	18.154	64.437	3.282	16.289					
Ativos mantidos para venda		3.316	3.316	3.316	3.316					
Investimentos em empresas controladas	11	874.409	824.242	-	-					
Imobilizado líquido	12	1.754.254	1.802.435	1.754.254	1.802.435					
Intangível líquido	13	1.931	2.802	1.931	2.802					
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>2.751.492</b>	<b>2.806.251</b>	<b>1.862.211</b>	<b>1.933.862</b>					
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>2.865.809</b>	<b>2.926.246</b>	<b>1.982.449</b>	<b>2.107.583</b>					
<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>										
<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>										
Fornecedores	15	13.403	30.377	105.182	116.484					
Empréstimos e financiamentos	16	-	131.653	-	131.653					
Obrigações trabalhistas e encargos a pagar	17	8.155	10.632	8.155	10.632					
Impostos a recolher		6.955	6.750	6.955	6.752					
Adiantamentos de clientes	4	2.294	6.279	2.294	14.876					
Contas a pagar	19	-	39.969	-	39.969					
Outras contas a pagar		403	464	403	464					
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>31.210</b>	<b>226.123</b>	<b>122.989</b>	<b>320.829</b>					
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>										
Fornecedores	15	75.484	33.687	94.083	114.056					
Empréstimos e financiamentos	16	960.855	900.143	960.855	900.143					
Adiantamentos de clientes	4 e 14	993.738	993.738	-	-					
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	46.282	90.378	46.282	90.378					
Contas a pagar	19	179.767	132.702	179.767	132.702					
Débitos com partes relacionadas	14	190.196	127.858	190.196	127.858					
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>2.446.323</b>	<b>2.278.507</b>	<b>1.471.184</b>	<b>1.365.137</b>					
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>										
Capital social	20	2.159.899	2.159.899	2.159.899	2.159.899					
Prejuízos acumulados		(1.879.161)	(1.845.821)	(1.879.161)	(1.845.821)					
Ajuste acumulado de conversão		107.538	107.538	107.538	107.538					
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>2.865.809</b>	<b>2.926.246</b>	<b>1.982.449</b>	<b>2.107.583</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstração dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita de reparo naval	4	65.401	19.381	65.401	19.381
Custo de reparo naval	22	(48.939)	(15.463)	(48.939)	(15.463)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>16.462</b>	<b>3.918</b>	<b>16.462</b>	<b>3.918</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>					
Despesas gerais e administrativas	22	(82.326)	(108.750)	(82.802)	(127.474)
Equivalência patrimonial	11	48.623	(43.570)	-	-
Depreciação e amortização		(43.018)	(46.671)	(43.018)	(46.671)
Outras receitas operacionais - líquidas		12.635	(1.104)	22.859	(1.104)
<b>Total</b>		<b>(64.086)</b>	<b>(200.095)</b>	<b>(102.960)</b>	<b>(175.249)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>(47.625)</b>	<b>(196.177)</b>	<b>(86.499)</b>	<b>(171.331)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	23	46.672	4.488	91.781	4.488
Receitas financeiras		(27.649)	(124.485)	(27.658)	(124.485)
Despesas financeiras		(4.738)	(1.091)	(10.967)	(25.937)
Varição cambial líquida		14.284	(121.088)	53.158	(145.934)
<b>Total</b>		<b>(33.340)</b>	<b>(317.265)</b>	<b>(33.340)</b>	<b>(317.265)</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	20	<b>(0,001)</b>	<b>(0,005)</b>	<b>(0,001)</b>	<b>(0,005)</b>
<b>PREJUÍZO POR AÇÃO</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Prejuízo dos exercícios		(33.340)	(317.265)	(33.340)	(317.265)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:</b>					
Juros ativos e passivos, líquidos		25.064	123.076	31.293	123.076
Resultado de equivalência patrimonial	11	(48.623)	43.570	-	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	(44.096)	30.187	(44.096)	30.187
Depreciação	12	47.888	52.943	47.888	52.943
Amortização	13	871	3.175	871	3.175
Constituição de provisão para perda com estoques	5	4.501	(1.402)	4.501	(1.402)
		<b>(47.734)</b>	<b>(65.716)</b>	<b>7.117</b>	<b>(109.286)</b>
<b>Redução (aumento) nas contas do ativo</b>					
Contas a receber	4	12.299	(14.293)	10.522	(3.975)
Adiantamento a fornecedores	8	(1.016)	22.653	(1.016)	22.653
Estoques	5	211	395	211	395
Impostos a recuperar	6	9.549	17.389	10.692	17.244
Despesas antecipadas		(344)	192	(344)	192
Outros créditos	9	46.333	6.289	13.058	5.959
<b>Aumento (redução) nas contas do passivo</b>					
Fornecedores	15	13.280	11.119	(49.048)	41.437
Obrigações trabalhistas e encargos a pagar	17	(2.477)	(2.933)	(2.477)	(2.933)
Impostos a recolher		205	6.205	203	6.207
Adiantamentos de clientes	4	(3.985)	4.653	(12.582)	7.184
Obrigações com partes relacionadas	14	50.410	91.616	50.410	91.616
Outras contas a pagar		(61)	(155)	(61)	(156)
		<b>124.404</b>	<b>143.130</b>	<b>19.568</b>	<b>185.823</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>76.670</b>	<b>77.414</b>	<b>26.685</b>	<b>76.537</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Resgate (aplicação em) de investimento temporário, líquido		(86)	15.534	(86)	15.534
Baixa de ativo Investimento	11	(1.545)	-	-	-
Baixa de ativo imobilizado, líquida	12	293	-	293	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(1.338)</b>	<b>15.534</b>	<b>207</b>	<b>15.534</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	16	(65.437)	(39.991)	(65.437)	(39.991)
Captações de financiamentos e empréstimos	16	-	31.958	-	31.958
Amortização de financiamentos e empréstimos		-	(98.888)	-	(98.888)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(65.437)</b>	<b>(106.921)</b>	<b>(65.437)</b>	<b>(106.921)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
		<b>9.895</b>	<b>(13.973)</b>	<b>(38.545)</b>	<b>(14.850)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	3	70.435	84.408	126.795	141.645
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	3	80.330	70.435	88.250	126.795
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
		<b>9.895</b>	<b>(13.973)</b>	<b>(38.545)</b>	<b>(14.850)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continua →

→ continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas do Estaleiro Atlântico Sul S.A. para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(valores em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

### 1. Informações gerais

O Estaleiro Atlântico Sul S.A. - em recuperação judicial ("Companhia" ou "EAS") foi criado em 21 de novembro de 2005. Marco na revitalização da indústria naval brasileira, atua nas áreas de engenharia, construção, montagem e serviços de assistência pós-vendas incluindo entre outros o fornecimento de peças sobressalentes, serviços de manutenção e reparos de navios, cascos e outros produtos da área naval. (\*) Possui capacidade tecnológica para produzir amplo portfólio de navios até 500 mil Toneladas de Porte Bruto (TPB). (\*) Do ponto de vista tecnológico a Companhia é o único estaleiro do país a figurar no time de plantas navais de 4ª geração a exemplo dos mais modernos estaleiros asiáticos considerados a vanguarda do setor. (\*) A Companhia tem equipamentos que estão entre os mais modernos do segmento a exemplo de dois pórticos do tipo Goliath. Cada um destes pórticos possui 100 metros de altura (o equivalente a um prédio de 33 andares), um vão (distância) entre as "pernas" de 164 metros e capacidade de içamento de 1.500 toneladas. Esses pórticos podem operar sincronizados e juntos conseguem movimentar cargas de até 2.800 toneladas. (\*) A Companhia está localizada no Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - SUAPE, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco o que lhe proporciona condições logísticas privilegiadas em relação ao chamado "Triângulo de Ouro" da indústria de petróleo e gás e a coloca no centro das principais rotas de navegação de cabotagem no Nordeste. (\*) Dispondo de uma área de 1.600.000m<sup>2</sup> e infraestrutura completa, com acesso direto ao mar tanto pelo lado sul como pelo lado leste o EAS se tornou o maior estaleiro do Hemisfério Sul e ampliou seu potencial para além da indústria naval desenvolvendo vocação também para implantação de projetos de infraestrutura. (\*) Ao se instalar no Nordeste o Estaleiro colaborou ativa e efetivamente para o desenvolvimento econômico e social da região, gerou milhares de empregos em municípios com baixos índices de empregabilidade tais como: Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e atraiu uma poderosa cadeia de negócios formada por fornecedores nacionais e internacionais de bens e serviços que integram o setor. (\*) O EAS é o estaleiro que produziu o maior número de navios de grande porte no país tendo concluído em junho de 2019 com sucesso uma carteira de encomendas que incluem 15 navios tanqueiros e duas plataformas. (\*) Nos últimos 7 anos trabalhou com foco em melhorias e alcançou níveis recordes de produtividade o que repercutiu na entrega antecipada de embarcações com qualidade reconhecida pelo cliente e alçou o Estaleiro a níveis de eficiência comparáveis aos padrões internacionais. (\*) Ao longo de sua história e mesmo nos momentos de adversidade a Companhia sempre manteve o seu compromisso com seus clientes, acionistas, credores e colaboradores atuando de forma incansável na busca por níveis crescentes de produtividade através de uma adequada gestão de custo e com preocupação especial com a qualidade de seus produtos e segurança de seus empregados. (\*) Fiel aos seus valores sempre manteve um ambiente de trabalho que valorizasse o desenvolvimento de seus colaboradores assegurando oportunidades de crescimento profissional, melhoria da qualidade de vida e promoção de saúde. (\*) Não obstante seu histórico de superação a partir de 2015 em decorrência da crise na indústria de petróleo agravada por mudanças drásticas no ambiente regulatório com alteração das premissas e parâmetros que incentivavam a produção nacional de embarcações, o EAS sofreu o cancelamento de contratos e por consequência a redução de suas receitas com efeitos adversos em sua estrutura de capital. (\*) Em janeiro de 2020 com o objetivo de solucionar problemas de liquidez e assegurar uma reestruturação coordenada que lhe permita desenvolver de forma sustentável os seus negócios, endereçar da melhor forma os interesses de seus *stakeholders* e exercitar com plenitude sua função social, o EAS iniciou processo de recuperação judicial adiante detalhado no item "e" da Nota Explicativa destinada à "Continuidade Operacional". (\*) No contexto do processo de reestruturação, operacional e de dívida a Companhia trabalha na adequação dos seus negócios à nova realidade econômica e de mercado com a diversificação de suas atividades para além da construção naval. Neste sentido a Administração do EAS vêm trabalhando fortemente no desenvolvimento de oportunidades que maximizem as perspectivas de longo prazo da Companhia. (\*) Em outubro de 2020 a Companhia executou seu primeiro projeto de reparo naval evidenciando seu esforço em se adequar às exigências do mercado. No final de 2020 o EAS já estava com o terceiro projeto de reparo em curso e outros projetos no *pipeline* para o exercício seguinte. Em 2021 a Companhia evoluiu na atividade de reparo naval tendo executado e entregue onze (11) projetos e um (1) projeto iniciado em dezembro 2021. Devido ao posicionamento e consolidação do serviço de reparo, para o primeiro trimestre de 2022 a companhia já possui seis (6) projetos de reparo naval. Em 21 de maio de 2021 o Plano de Recuperação Judicial da Companhia foi aprovado pelo sistema de *cram down* (O instituto do *cram down* é um termo utilizado na doutrina americana, sem tradução fiel, segundo a qual possibilita ao juiz impor aos credores discordantes a aprovação do plano apresentada pelo devedor e já aceito pela maiorial) mediante adesão de 100% dos credores das Classes I e IV e 97,07% dos credores da Classe II nos termos do art. 58, §1º da LREF. A aprovação do plano foi homologada em 03 de junho de 2021 pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - Poder Judiciário - 1ª Vara Cível da Comarca de Ipojuca - Processo nº 0000162-07.2020.8.17.2730 requerido pelas Recuperadas Estaleiro Atlântico Sul S.A. - em recuperação judicial e Consunav Rio Consultoria e Engenharia S.A.. (\*) **Informações e dados não sujeitas aos exames do auditor independente.** 1.1. **Estrutura societária:** Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado cujos sócios são grupos com tradição na indústria brasileira: Grupo Camargo Corrêa e Grupo Queiroz Galvão. (\*) O Grupo Camargo Corrêa é um grande conglomerado empresarial privado brasileiro. Fundado em 1939 com presença internacional e com atuação destacada nos setores de cimento, de transporte e mobilidade urbana, engenharia e construção, incorporação imobiliária e indústria naval. (\*) O Grupo Queiroz Galvão foi fundado em 1953 tem foco nos segmentos de construção, óleo e gás, participações e concessões, siderurgia, alimentos, desenvolvimento imobiliário e engenharia ambiental. Está presente em todos os estados brasileiros e em outros países da América do Sul, América Central e da África, além de Estados Unidos, Canadá e Europa. (\*) (\*) **Informações e dados não sujeitas aos exames do auditor independente.** a) **Eventos operacionais relevantes: O processo de melhoria no EAS:** O processo de melhoria contínua da Companhia está baseado em quatro principais pilares: **Gestão:** utilização de sistema de gestão que permite o acompanhamento das metas estabelecidas e foco em resultados; **Processos:** implementação de modernos processos de produção otimizados para produção seriada em todas as fases de construção das embarcações; **Tecnologia:** implementação das principais tecnologias do mundo; **Infraestrutura:** disponibilidade de parque fabril de última geração. (\*) Os resultados apresentados ao longo do tempo repercutiram no aumento da eficiência geral da organização, a melhoria expressiva nos níveis de produtividade, representado pela redução de horas aplicadas e dos ciclos produtivos evoluindo para níveis internacionais de produtividade e a redução de custos. (\*) A performance do EAS na execução dos projetos de reparo confirmou as melhores expectativas não somente do EAS, mas também dos armadores, posicionando a Companhia na vanguarda dos estaleiros especializados em manutenção e reparo de embarcações. (\*) O EAS é reconhecido pelos clientes como uma das principais opções para reparos navais no Brasil e a consolidação no mercado é decorrente da realização de serviços com segurança, qualidade, prazo e compromisso com os clientes. (\*) Cabe destacar também o aprimoramento contínuo dos níveis de governança da Companhia através do Comitê de Ética e Comitê de Auditoria, além do monitoramento e treinamento contínuo do cumprimento do Código de Ética e do Manual Anticorrupção propiciando um ambiente de negócio e de trabalho mais sadio, mais seguro e mais eficiente, no qual a transparência permeia as relações com todos os *"stakeholders"*. (\*) (\*) **Informações e dados não sujeitas aos exames do auditor independente.** 1.2. **Continuidade operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 33.340 (prejuízo de R\$ 317.265 em 2020) acumulando o total de R\$ 1.879.161 em prejuízos até a mesma data (prejuízo acumulado em R\$ 1.845.821 até 2020). Acrescido a isso, a Companhia apresentou geração de caixa operacional consolidada positiva de R\$ 26.685 em 31 de dezembro de 2021 (contra uma geração de caixa operacional consolidada positiva de R\$ 76.537 em 31 de dezembro de 2020). Além dos esforços despendidos pela Companhia visando a retomada gradativa de suas atividades e aprovação do seu plano de recuperação judicial (conforme detalhado a seguir) o EAS vem adotando outras medidas que contribuem com seus níveis de liquidez e melhoram sua estrutura de capital. Algumas das principais medidas adotadas nos últimos dois anos estão relacionadas a seguir: (a) A Companhia (Controladora) finalizou o exercício de 31 de dezembro de 2021 com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 80.330 e saldo de contas a receber no montante de R\$ 11.979 onde R\$ 4.760 é referente as pendências relativas à construção dos navios e R\$ 420 decorrente de venda de sucata (ambos os saldos com previsão de recebimento em 2022). O montante de R\$ 2.790 é decorrente de serviços de reparos naval (a vencer) e R\$ 4.009 referente a transações entre as companhias; (b) Em 09 de janeiro de 2020 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em Assembleia Geral no montante de R\$ 1.436 mediante a capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs); (c) Em 2020 foi aprovado contrato de sub-rogação com os acionistas no valor de R\$ 91.616 e durante o período de 2021 foram assinados novos contratos no montante de R\$ 50.410 referente ao pagamento de endividamento do EAS pelos acionistas na condição de fiadores; (d) Como parte do processo de reestruturação o EAS no ano de 2021 reduziu seu custo fixo garantindo a segurança e preservação das pessoas e do ativo, bem como cumpriu com as obrigações legais e preservou o saldo de caixa da Empresa; (e) Aprovação do plano de recuperação judicial: em 21 de maio de 2021 foi retomada a Assembleia Geral de Credores do EAS para deliberação do plano de recuperação judicial. O plano foi aprovado pelo sistema de *cram down* mediante adesão de 100% dos credores das Classes I e IV e 97,07% dos credores da Classe II nos termos do art. 58, §1º da LREF. A aprovação do plano foi homologada em 03 de junho de 2021 pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - Poder Judiciário - 1ª Vara Cível da Comarca de Ipojuca - Processo nº 0000162-07.2020.8.17.2730 requerido pelas Recuperadas Estaleiro Atlântico Sul S.A. e Consunav Rio Consultoria e Engenharia S.A.. Em 03 de junho de 2021 a decisão de concessão da recuperação judicial e homologação do plano foi proferida e a publicação foi efetuada no dia 08 de junho de 2021. Nos termos da cláusula 1.6.39 do PRJ, o início da vigência do prazo para cumprimento do plano inicia na data da publicação da decisão que homologou o documento, nesse caso, ocorrida no dia 08 de junho de 2021. O plano de recuperação judicial prevê para o pagamento dos credores forma de pagamento B (aqueles detentores de créditos superiores a R\$ 1.000.000 (um milhão de Reais)) prazo de carência de 3 (três) anos e prazo de amortização de 15 (quinze) anos com correção monetária inicial correspondente a 120% do CDI, redutível para 115% caso verificada a ocorrência de certos eventos. O plano prevê ainda a possibilidade de prorrogar o prazo de amortização mediante deliberação dos credores forma de pagamento B. Esses créditos deverão ser amortizados após a carência de 3 anos em parcelas anuais devidas até 31 de maio de cada ano de forma proporcional ao saldo devido aos credores na data de pagamento respeitado cronograma de amortização previsto no plano. O plano prevê ainda hipóteses de amortização extraordinária dos créditos mediante: i) Alienação de Unidades Produtivas Isoladas (UPIs); ii) Distribuição mediante excedente de caixa; iii) Janelas de oportunidade por meio das quais é facultado aos credores o recebimento antecipado dos créditos mediante contrapartida à contribuição para a redução do endividamento da Companhia. As hipóteses de amortização extraordinária traduzem o compromisso da Companhia de antecipar o quanto possível o pagamento de seus credores. O EAS (Controladora) encerrou o ano com o saldo de caixa no montante de R\$ 80,3 milhões, maior do que havia projetado em razão de uma redução de custos e de receitas acima do esperado. Com melhor geração e preservação de caixa no período, a Companhia solicitou aos credores um evento adicional de antecipação de distribuição de excedente de caixa (*cash sweep*) no montante de R\$ 30 milhões sendo aprovado por unanimidade pelos credores habilitados. O pagamento foi efetuado em 28 de dezembro de 2021 e distribuídos nos termos do PRJ com prioridade para os credores que aderiram a janela de oportunidade e para os credores extraconcursais. A seguir a posição dos credores do EAS em 31 de dezembro de 2021 conforme plano de recuperação judicial do Estaleiro:

#### RESUMO DOS CREDORES POR CLASSE

CLASSE I	Saldo em 31/12/2021	2.708
CLASSE II	1.045,395	
CLASSE III	86.830	
CLASSE IV	21.756	
EXTRACONCURSAL	52.062	
<b>TOTAL SEM PARTES RELACIONADAS</b>	<b>1.208,752</b>	
CLASSE II (PARTES RELACIONADAS)	186.709	
EXTRACONCURSAL (PARTES RELACIONADAS)	3.488	
<b>TOTAL PARTES RELACIONADAS</b>	<b>190,197</b>	
<b>TOTAL DE CREDORES</b>	<b>1.398,948</b>	

A Administração acredita na continuidade da Companhia por meio das medidas acima. b) **Investimento em sociedades: Consunav Rio Consultoria e Engenharia S.A. ("Consunav") - 100% de participação:** A Consunav tem como principal objeto social a prestação de serviços de engenharia na área naval, desenvolvimento de projetos de novas embarcações, consultoria e estudos, planejamento, vistorias e acompanhamento de construções de embarcações. Na data de 30 de novembro de 2021 as Recuperadas reuniram-se a fim de deliberar sobre a incorporação da Consunav Rio Consultoria e Engenharia S.A. ao Estaleiro Atlântico Sul S.A. conforme disposto na cláusula 8.3 do PRJ (Plano de Recuperação Judicial) aprovado. Conforme laudo realizado pela Pemom Auditoria e Consultoria Ltda. foi incorporado ao patrimônio líquido do EAS o patrimônio líquido negativo de R\$ 1.545.653,05. **EAS International Inc ("EAS Inc.") - 100% de participação:** Constituída no Panamá em 21 de março de 2011 com capital social subscrito de R\$ 42.316 sendo R\$ 24.713 integralizado e R\$ 17.603 a integralizar, tem como principal objeto social a execução dos contratos de construção de plataformas. Em 31 de dezembro de 2021 a Controlada não possuía atividade operacional relevante sendo seus ativos líquidos constituídos por adiantamentos à Controladora (vide Nota Explicativa no 4) e determinados passivos com fornecedores. Conforme mencionado na Nota Explicativa no 11 a Administração da Companhia definiu em 2018 pela alteração da moeda funcional do EAS INC Development de Dólares para Reais. A mudança foi motivada

pelos seguintes aspectos conforme estabelecido no CPC 02 (R2) "Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis". A partir de janeiro de 2018 o EAS Inc. deixou de possuir estrutura operacional própria nem autonomia nas decisões devido a mudança no cenário operacional da Controlada. O principal ambiente econômico é atualmente determinado em Reais (R\$). (\*) **Informações e dados não sujeitos aos exames do auditor independente.** c) **Impactos da COVID-19:** A Administração tem monitorado o avanço da COVID-19 (corona vírus) e seu impacto nas operações da Companhia. Diversas ações de monitoramento são tomadas, entre elas destacamos a manutenção de um comitê formado pela alta liderança da Companhia para que as decisões estejam em linha com as recomendações do Ministério da Saúde, das autoridades locais e das entidades de classe. A Companhia vem adotando medidas para mitigar a transmissão do vírus tais como: aquisição de máscaras descartáveis para entrega a todos os funcionários e terceiros; aferição de temperatura de todos os funcionários e visitantes do EAS; contratação de funcionário para limpeza exclusiva para das áreas comuns (banheiros, halls, corredores etc.); aferição de temperatura no momento de embarque nos ônibus fretados da empresa; realização de testes periódicos em funcionários da empresa; manutenção do rodízio dos funcionários do escritório; disponibilização de protetor facial para os funcionários e uso de álcool em todas as áreas comuns da empresa; treinamento/orientação do médico do trabalho para os colaboradores. Não conseguimos a esta altura prever os impactos sobre as demonstrações contábeis até o final do surto no país. Até o presente momento não houve abalo relevante que pudesse impactar as demonstrações contábeis tampouco houve implicação nas estimativas contábeis da Companhia que justifique alteração nos números relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia continuará com o monitoramento e avaliará os impactos e quando necessário fará as devidas divulgações.

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis adotadas

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Controladora e das Controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) a moeda funcional da Companhia e de suas Controladas. **2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. Os adiantamentos efetuados referem-se à compra de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamento em moeda estrangeira e são convertidos para a moeda funcional da Companhia (Real - R\$) na data da transação, ou seja, na data que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato de os adiantamentos serem considerados pré-pagamentos que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado a Companhia efetua o registro do imobilizado ou custo incorrido caso seja componente de produção contra a baixa do adiantamento correspondente. **2.5. Principais fontes de julgamento e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco significativo de causar um ajuste importante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir: **2.5.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. **2.5.2. Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD). Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.5.3. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:** A Companhia reconhece provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.6. Apuração dos resultados de reparo naval:** Com relação à operação de reparo naval caso os custos incorridos sejam registrados em mais de um exercício, as receitas são reconhecidas proporcionalmente ao percentual de avanço físico do reparo. O resultado é mensurado na proporção que os custos do contrato são incorridos pelo trabalho executado até a data do balanço proporcionalmente ao custo total estimado. Caso os custos incorridos não reflitam o trabalho executado, eles só são utilizados para determinação da etapa da conclusão física da obra quando se referem a materiais feitos especificamente para um determinado contrato. A margem de lucro atribuída é calculada a partir do resultado da receita total contratada deduzido dos custos e despesas totais orçadas. Quando é provável que o total dos custos dos contratos exceda o total das receitas contratuais a perda prevista é reconhecida imediatamente no resultado. Caso a fase de execução física da obra seja superior ao que seria correspondente aos adiantamentos realizados pelos clientes, a rubrica contas a receber é apresentada no balanço patrimonial líquido dos respectivos adiantamentos. Caso seja inferior, é apresentado um passivo denominado de adiantamentos de clientes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. **2.7.1. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados da seguinte forma: **a) Custo Amortizado (CA):** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao Custo Amortizado (CA): • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros, a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro geram em datas específicas fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. **b) Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao Custo Amortizado (CA) ou aos critérios de mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) são classificados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A Companhia não designou instrumentos da dívida ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). **2.7.2. Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros da Companhia são mensurados ao Custo Amortizado (CA) pelo método da taxa de juros efetiva. **2.8. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.9. Aplicações financeiras restritas:** Trata-se de aplicação financeira restrita a contratos de empréstimos junto ao Banco do Brasil e aplicações financeiras para garantia de execução fiscal por cobrança indevida de débitos fiscais. É mensurado pelo custo de aquisição acrescido por juros incorridos até a data das demonstrações contábeis consolidadas. **2.10. Contas a receber:** Estão representadas basicamente pela diferença entre as contas a receber reconhecidas proporcionalmente à etapa de conclusão física de cada projeto na data do balanço e os adiantamentos recebidos pelos clientes. Esta classificação é calculada para cada projeto individualmente e considera quaisquer alterações nas margens projetadas. Não há Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no contexto destas demonstrações contábeis, pois a Administração não espera incorrer em perdas com os saldos de contas a receber com o seu cliente Transpetro e para os clientes de reparo naval que efetuam os pagamentos conforme cronogramas estabelecidos. Não há histórico de perdas. **2.11. Despesas antecipadas:** Demonstros pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis cuja amortização ocorre linearmente considerando os prazos contratuais. **2.12. Investimentos e base de consolidação:** Nas demonstrações contábeis individuais (controladora) a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas e o valor de participação dos acionistas não controladores é calculado e demonstrado separadamente. **2.13. Estoques:** Os estoques apresentam os materiais para construção de navios, para as atividades de reparo naval e para a manutenção do site do EAS e são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. A segregação é feita com base na data de entrega dos projetos. **2.14. Imobilizado líquido:** Máquinas, equipamentos e outros ativos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento da cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. A Administração da Companhia de acordo com o previsto no CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos" avalia a eventual necessidade de contabilização de provisão para *impairment* do ativo imobilizado considerando o **valor de venda** dos bens tomados em conjunto, líquidos de despesas de alienação denominados nas seguintes rubricas: terrenos, edificações e máquinas e equipamentos. A Administração considera como unidade geradora de caixa a sua planta industrial localizada em Suape/PE. **2.15. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.16. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são apresentados ao custo menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente excluindo custos de desenvolvimento não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos. Os ativos intangíveis da Companhia são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização conforme o caso sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. **2.17. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstros pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais. **2.18. Empréstimos e financiamentos:** Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente incorridos até as datas dos balanços e demonstrado na Nota Explicativa nº 16. **2.19. Tributação: 2.19.1. Impostos correntes:** As receitas de reparo naval relativas às embarcações pré-registradas no Registro

→ continuação

D4Sign 8880e573-b326-454a-9381-d48a64d17e14 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

→☆ continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas do Estaleiro Atlântico Sul S.A. para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**

(valores em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

Especial Brasileiro (REB) são equiparadas à exportação e não estão sujeitas à incidência do PIS e da COFINS conforme a Lei nº 9.432/97. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecidos pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. O preço predeterminado é aquele fixado contratualmente, sujeito ou não a reajustamento para execução global e a apuração do resultado em cada período-base e sua inclusão na determinação do lucro líquido será feita ainda que não ocorrida à transferência de propriedade. Nesse caso é determinada parcela dos lucros apurados pela Companhia que não tenha sido recebida pelo qual essa parcela é objeto de diferimento da tributação pelo imposto de renda das pessoas jurídicas e contribuição social sobre o lucro líquido. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante de acordo com a previsão de sua realização. **2.19.2. Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável incluindo saldo de prejuízos fiscais quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. **2.20. Benefícios fiscais: 2.20.1. Isenções fiscais:** A Companhia é beneficiária das seguintes isenções fiscais: **a) RECAP - regime especial de aquisição de bens de capital para empresas exportadoras:** Previsto na Lei nº 11.196/05 o benefício fiscal consiste na desoneração do PIS e da COFINS suspensos nas aquisições de bens de capital nacionais ou importados incluídos no "RECAP" destinados a estaleiros e exportadores preponderantes com objetivo de serem registrados no ativo imobilizado ou utilizados no processo industrial. O RECAP é restritivo aos itens conforme lista de NCM prevista nos Decretos nºs 5.788/2006 e 6.581/2008. O ato declaratório nº 94 de 31/08/2018 habilitou a Cia a fruir o benefício até ago/2021. **b) PRODINPE - Programa de desenvolvimento da indústria naval e de mecânica pesada associada do Estado de Pernambuco:** Previsto na Lei nº 12.710/04 beneficia a Companhia com isenção ou diferimento do ICMS nas aquisições de insumos para o processo produtivo, bens para o ativo imobilizado industrial, materiais para construção e seus respectivos fretes originários do próprio Estado de Pernambuco ou importados. **c) Drawback e aquisição de insumos nacionais:** Previsto na Portaria SECEX 23/2011 há o benefício da suspensão de todos os tributos federais (IPI/PIS/COFINS/imposto de Importação) na importação de insumos para o processo produtivo de acordo com o Ato Concessório aprovado antecipadamente. Há também a suspensão do IPI e PIS/COFINS na aquisição de insumos nacionais para industrialização de navios prevista na Lei nº 11.774/08 e para plataformas prevista na Lei nº 10.865/04 (Exportador Preponderante) e Decreto nº 7.212/10. **d) Instrução Normativa nº 513/2005 da SRF:** Regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro na aquisição de matérias-primas e insumos para plataformas destinadas à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural em construção ou conversão no país contratadas por empresas sediadas no exterior permite a aquisição no mercado interno ou externo com a suspensão de todos os tributos federais (IPI/PIS/COFINS/imposto de importação) de acordo com o Ato Concessório aprovado antecipadamente pela receita federal. **e) Ex-tarifário:** Na importação de máquinas e equipamentos para o ativo imobilizado há a redução da alíquota do imposto de importação para 2% após a aprovação do ex-tarifário (Portaria ME nº 39 de 24/06/2019). **f) Receitas auferidas:** Nas receitas apuradas no reparo naval em embarcações pré-registradas no REB (MP 2.158-35/2001) não há incidência de PIS e COFINS em função de serem equiparadas à exportação. **g) Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra):** O Reintegra é um regime especial tributário que beneficia a pessoa jurídica produtora que efetue exportação de bens manufaturados possibilitando-lhe apurar valor para fins de ressarcir parcial ou integralmente em forma de compensação ou restituição em dinheiro o resíduo tributário federal existente na cadeia de produção. A nova normativa prevê que o benefício do Reintegra poderá ser entre 0,1% e 3% sobre a receita de exportação auferida. **2.21. Prejuízo por ação:** O prejuízo por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações da Controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui operações com efeitos diluidores e não houve nenhuma operação desse tipo para o exercício de 2021. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: reforma da taxa de juros de referência:** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante equivalente ao movimento numa taxa de mercado; • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de *hedge* sem que o relacionamento de *hedge* seja descontinuado; • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como *hedge* de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:** As alterações prevêm concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia de Covid-19. Como um expediente prático um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia da Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021 o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2021, no entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017 o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro) uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direito e resseguro) independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: definição de estimativas contábeis em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em/ou após o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 - R1) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

**3. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	458	35.177	458	48.049
<b>Aplicações financeiras</b>				
Aplicações automáticas (a)	-	51	-	51
Títulos de renda fixa (b)	79.872	35.207	87.792	78.695
<b>Saldo líquido</b>	<b>80.330</b>	<b>70.435</b>	<b>88.250</b>	<b>126.795</b>

(a) Trata-se de aplicações automáticas com taxas de remuneração diárias que variam entre 20% a 34% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e variação cambial mais remuneração entre 0,10% a 0,18% a.a.;

(b) Refere-se a títulos de renda fixa cujas taxas de remuneração anual variaram de 42% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações têm compromisso de recompra e podem ser resgatadas a qualquer momento estando sujeitas a risco insignificante de mudança no valor.

**4. Contas a receber, adiantamentos de clientes, receitas e custos****4.1. Controladora e consolidado**

Projeto	31/12/2021				31/12/2020				
	Saldo de contas a receber de clientes	Saldo de adiantamentos	Receita do contrato reconhecida	Custos	Saldo de contas a receber de clientes	Saldo de adiantamentos	Receita do contrato reconhecida	Custos	Resultado bruto
Divisão Navios	3.508	-	-	-	4.760	-	-	-	-
Divisão Plataformas	-	993.738	-	-	-	993.738	-	-	-
Reparo Naval	2.790	1.122	65.401 (48.939)	16.462	15.085	5.849	19.381 (15.463)	3.918	
Outros	5.682	1.172	-	-	4.433	430	-	-	-
<b>Total Controladora</b>	<b>11.979</b>	<b>996.032</b>	<b>65.401 (48.939)</b>	<b>16.462</b>	<b>24.278</b>	<b>1.000.017</b>	<b>19.381 (15.463)</b>	<b>3.918</b>	
DivisãoPlataformas	(1.999)	(993.738)	-	-	(3.776)	(985.141)	-	-	-
<b>Total Consolidado</b>	<b>9.980</b>	<b>2.294</b>	<b>65.401 (48.939)</b>	<b>16.462</b>	<b>20.502</b>	<b>14.876</b>	<b>19.381 (15.463)</b>	<b>3.918</b>	

As contas a receber são reconhecidas com base no custo mais margem prevista nos contratos de venda acordados com os clientes.

Quando há indicativo de deterioração de margem os cálculos da apuração do resultado naval são revisados e provisões para contratos onerosos são constituídas com base na estimativa de custos a incorrer até a entrega dos projetos.

**5. Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Matérias-primas	3.501	9.292	3.501	9.292
Materiais de manutenção	6.062	4.448	6.062	4.448
Materiais de consumo	317	853	317	853
	<b>9.880</b>	<b>14.593</b>	<b>9.880</b>	<b>14.593</b>

Os estoques de matérias-primas são compostos basicamente de equipamentos e materiais para a construção de navios, para serviços de reparo e para manutenção do site da Cia.

**6. Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				
PIS a recuperar (a)	4.072	4.315	4.072	4.340
COFINS a recuperar (a)	2.614	2.883	2.614	3.013
Outros	2.469	1.828	2.469	2.815
	<b>9.155</b>	<b>9.026</b>	<b>9.155</b>	<b>10.168</b>

**Não circulante**

PIS a compensar (ativo imobilizado) (a)	5.048	5.048	5.048	5.048
COFINS a compensar (ativo imobilizado) (a)	35.296	44.975	35.296	44.975
Reintegra (a), (b)	53.842	53.842	53.842	53.842
INSS s/faturamento	134	134	134	134
Outros	-	-	-	-
	<b>94.321</b>	<b>103.999</b>	<b>94.321</b>	<b>103.999</b>
	<b>103.476</b>	<b>113.025</b>	<b>103.476</b>	<b>114.167</b>

(a) De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia os créditos de PIS e COFINS a recuperar e a compensar sobre a aquisição de imobilizado, insumos e serviços aplicados na produção e Reintegra serão compensados através de declarações de compensação lastreadas em pedidos de restituição já efetuados com tributos federais a pagar tais como: imposto de renda e contribuição social e demais tributos retidos na fonte sobre a folha de pagamento de salários (IRRF) e serviços terceirizados como o IRRF e PIS/COFINS/CSLL. Alternativamente há a possibilidade de a Companhia pedir restituição de tais créditos; (b) A Companhia atendeu aos requisitos para obter o ressarcimento do Reintegra relativo aos projetos relacionados à exportação representados pela construção dos cascos dos navios 001 (João Cândido), 002 (Zumbi dos Palmares), 005 (André Rebouças), 009 (Milton Santos), 010 (Abdias Nascimento), 011 (Castro Alves), 012 (Carlos Drummond), 013 (Olavo Bilac), 014 (Garrincha) e 015 (Portinari) que atingiram o índice de conteúdo nacional definidos no regime e finalizados dentro do prazo de vigência do benefício. No mês de novembro de 2020 a Companhia foi ressarcida no valor de R\$ 17.218 referente ao Reintegra relativo ao Processo de Construção da Plataforma P55; (c) A Companhia foi ressarcida em agosto de 2021 no valor de R\$ 14.036 referente a créditos de PIS e COFINS a recuperar referente ao período de 2013.

**7. Aplicações financeiras restritas**

	Controladora e consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Fundo Garantidor da Construção Naval (a)	30	35
Banco do Brasil - Garantia Contratual BB (b)	2.103	2.042
Banco Bradesco - Garantia Execução Fiscal (c)	2.974	2.943
	<b>5.107</b>	<b>5.020</b>

(a) Referem-se ao saldo das quotas do Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN); (b) Refere-se a cláusula contratual no período de amortização da dívida do financiamento contraído junto ao Banco do Brasil para construção das instalações da Companhia que corresponde no mínimo a 06 meses do serviço da dívida do contrato incluindo pagamento do principal e juros. Conforme acordo entre as partes foi utilizado no período de 2019 o montante de R\$ 2.838 e no período de 2020 o montante de R\$ 955 para pagamento das parcelas do financiamento; (c) Refere-se à Carta de Fiança para garantia de execução por cobrança indevida de débitos de IRPJ, IRRF e CSRF, a fim de expedição da Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa.

**8. Adiantamento a fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	11	27	11	27
Adiantamento a fornecedores nacionais	2.463	1.312	2.463	1.312
Importações em andamento - transitória	-	119	-	119
(-) Provisão para perda de adiantamentos	-	-	-	-
	<b>2.474</b>	<b>1.458</b>	<b>2.474</b>	<b>1.458</b>

Os adiantamentos efetuados para fornecedores estrangeiros e nacionais são basicamente para aquisição e materiais para navios e para os serviços de reparo naval.

**9. Outros créditos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais	3.282	16.289	3.282	16.289
EAS International (a)	14.871	3.192	-	-
Consunav Rio Cons. e Eng. S.A. (b)	-	44.956	-	-
	<b>18.154</b>	<b>64.437</b>	<b>3.282</b>	<b>16.289</b>

a) Refere-se as partes relacionadas entre o EAS e a Consunav e EAS e o EAS Inc (vide Nota Explicativa no 14); b) A Alta Administração deliberou a incorporação da Consunav pelo EAS na data de 30 de novembro de 2021.

**10. Despesa com imposto de renda e contribuição social diferido**

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 3.583.820 (R\$ 3.435.916 em 31 de dezembro de 2020) controladora e consolidado para os quais não foi reconhecido saldo de imposto diferido ativo em função da falta de perspectiva de lucro tributável futuro.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(33.340)	(317.265)	(38.288)	(317.265)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(11.336)	(107.870)	(13.018)	(107.870)
<b>Ajustes ao prejuízo contábil que afetam o resultado do exercício</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	(16.532)	14.814	-	-
Ajuste ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-
Créditos fiscais não constituídos	(27.867)	93.056	(13.018)	107.870
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**11. Investimentos em empresas controladas**

Controladas	País	Atividade	Situação	Quotas detidas (em milhares)		Participação no capital votante	
				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Consunav Rio Consultoria e Engenharia S.A.	Brasil	Construção naval	Sem atividade	582.000	-	100%	100%
EAS Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	Compras internacionais	Operacional	3.000	-	100%	100%

As informações financeiras resumidas a respeito das Controladas estão descritas a seguir. Na data de 30 de novembro de 2021 as Recuperandas reuniram-se a fim de deliberar sobre a incorporação da Consunav Rio Consultoria e Engenharia S.A. ao Estaleiro Atlântico Sul S.A. conforme disposto na cláusula 8.3 do PRJ aprovado. Conforme laudo realizado pela Pemom Auditoria e Consultoria Ltda. foi incorporado ao PL do EAS o patrimônio líquido negativo de R\$ 1.545.653,05.

31 de dezembro de 2021	Informações das investidas						
	Participação	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Saldo do investimento	Equivalência patrimonial
Consunav	100%	-	-	-	(1.191)	-	(1.191)
EAS Inc	100%	1.015.811	141.400	874.411	49.813	874.410	49.813
						<b>874.410</b>	<b>48.623</b>

  

31 de dezembro de 2020	Informações das investidas						
	Participação	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Saldo do investimento	Equivalência patrimonial
Consunav	100%	44.631	44.986	(355)	(526)	(356)	(526)
EAS Inc	100%	1.018.402	193.804	824.598	(43.044)	824.598	(43.045)
						<b>824.242</b>	<b>(43.571)</b>

A movimentação dos investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais é como segue:

	Investimento
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>867.813</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(43.571)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>824.242</b>
Resultado de equivalência patrimonial	48.623
Baixa por Incorporação da Consunav	1.546
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>874.410</b>

→☆ continua

→ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas do Estaleiro Atlântico Sul S.A. para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**  
(valores em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

**12. Imobilizado líquido**

	Taxas médias anuais de depreciação	Controladora e consolidado			
		31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	–	61.763	–	61.763	61.763
Edificações	1,0% a 2,00%	1.876.392	(317.464)	1.558.928	1.583.254
Benfeitorias	4%	1.124	(503)	621	656
Máquinas e equipamentos	2,5% a 10%	526.995	(232.855)	294.141	314.355
Móveis e utensílios	10%	9.267	(8.699)	568	993
Ferramentas	20%	32.532	(31.464)	1.067	1.633
Instalações	10%	63.638	(57.569)	6.070	8.501
Veículos	20%	3.717	(3.713)	4	7
Equipamentos de informática	20%	15.306	(14.844)	462	643
Adiantamento a fornecedores	–	13.183	–	13.183	13.183
Obras em andamento	–	1.447	–	1.447	1.447
Provisão para valor recuperável de ativos (impairment)	–	(184.000)	–	(184.000)	(184.000)
<b>Total controladora e consolidado</b>		<b>2.421.365</b>	<b>(667.111)</b>	<b>1.754.254</b>	<b>1.802.435</b>

A Administração da Companhia de acordo com o previsto no CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos" contratou a empresa especializada, a qual procedeu avaliação de valor justo dos principais ativos operacionais da Companhia considerando o valor dos bens tomados em conjunto, líquidos de despesas de alienação denominados nas seguintes rubricas: terrenos, edificações e máquinas e equipamentos. Conforme acima, com base na avaliação da empresa especializada foi realizado teste de *impairment* considerando o valor de liquidação do ativo então estimado em R\$ 1.754.254 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.802.435 em 31 de dezembro de 2020). O teste de *impairment* identificou a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado no montante de R\$ 184.000 em 31 de dezembro de 2019 e o teste realizado em 31 de dezembro de 2020 e 2021 manteve os valores a qual foi registrada no resultado do exercício em rubrica específica em 31 de dezembro de 2019. A avaliação também estimou os valores justos dos ativos operacionais no montante de R\$ 2.467.412 em 31 de dezembro de 2021 (e R\$ 2.409.527 em 31 de dezembro de 2020). Note-se que a Administração considera como unidade geradora de caixa a sua planta industrial localizada em Suape/PE. Não houve mudança no agregado de ativos utilizados para identificar a unidade geradora de caixa em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir: Em virtude dos contratos de financiamentos realizados quase a totalidade dos bens do ativo imobilizado estão dados em garantia dos referidos empréstimos.

Custo	Saldos em 31/12/2019		Saldos em 31/12/2020		Saldos em 31/12/2021	
	Adições	Adições	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Terrenos	–	–	61.763	–	–	61.763
Edificações	1.876.392	–	1.876.392	–	–	1.876.392
Benfeitorias	1.124	–	1.124	–	–	1.124
Máquinas e equipamentos	530.022	–	530.022	–	(3.028)	526.994
Móveis e utensílios	9.268	–	9.268	–	–	9.268
Ferramentas	32.532	–	32.532	–	–	32.532
Instalações	63.639	–	63.639	–	–	63.639
Veículos	11.591	–	11.591	–	(7.874)	3.717
Equipamentos de informática	15.306	–	15.306	–	–	15.306
Adiantamento a fornecedores	13.183	–	13.183	–	–	13.183
Obras em andamento	1.448	–	1.448	–	–	1.448
	<b>2.616.268</b>	<b>–</b>	<b>2.616.268</b>	<b>–</b>	<b>(10.903)</b>	<b>2.605.365</b>

Depreciação	Saldos em 31/12/2019		Saldos em 31/12/2020		Saldos em 31/12/2021	
	Adições	Adições	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Edificações	(268.254)	(24.883)	(293.137)	(24.325)	–	(317.462)
Benfeitorias	(432)	(35)	(467)	(35)	–	(501)
Máquinas e equipamentos	(195.264)	(20.403)	(215.667)	(19.921)	2.735	(232.853)
Móveis e utensílios	(7.725)	(548)	(8.273)	(426)	–	(8.699)
Ferramentas	(30.306)	(594)	(30.900)	(566)	–	(31.466)
Instalações	(48.869)	(6.269)	(55.138)	(2.432)	–	(57.570)
Veículos	(11.583)	(3)	(11.586)	(3)	7.874	(3.714)
Equipamentos de informática	(14.457)	(208)	(14.665)	(181)	–	(14.847)
	<b>(576.890)</b>	<b>(52.943)</b>	<b>(629.833)</b>	<b>(47.888)</b>	<b>10.609</b>	<b>(667.111)</b>

Provisão para valor recuperável de ativos (impairment)	Saldos em 31/12/2019		Saldos em 31/12/2020		Saldos em 31/12/2021	
	Adições	Adições	Adições	Baixas	Adições	Baixas
	–	–	(184.000)	–	–	(184.000)
<b>Saldos líquidos - Controladora</b>	<b>1.855.378</b>	<b>(52.943)</b>	<b>1.802.435</b>	<b>(47.888)</b>	<b>(293)</b>	<b>1.754.254</b>
<b>Saldos líquidos - Consolidado</b>	<b>1.855.378</b>	<b>(52.943)</b>	<b>1.802.435</b>	<b>(47.888)</b>	<b>(293)</b>	<b>1.754.254</b>

**13. Intangível líquido**

	Taxas anuais de amortização		Controladora e consolidado		
	31/12/2021		31/12/2020		
Software	20%	1.832	20%	2.702	
Outros	4%	10	4%	11	
Intangível em andamento	–	88	–	88	
		<b>1.931</b>		<b>2.802</b>	
Controladora e consolidado					
	Saldos em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldos em 31/12/2021
Software (a)	55.261	–	55.261	–	55.261
Outros	25	–	25	–	25
Intangível em andamento (b)	88	–	88	–	88
	<b>55.374</b>	<b>–</b>	<b>55.374</b>	<b>–</b>	<b>55.374</b>

Amortização	Saldos em 31/12/2019		Saldos em 31/12/2020		Saldos em 31/12/2021	
	Adições	Adições	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Software	(49.385)	(3.174)	(52.559)	(870)	(53.429)	–
Outros	(12)	(1)	(13)	(1)	(14)	(53.443)
	<b>(49.397)</b>	<b>–</b>	<b>(52.572)</b>	<b>(871)</b>	<b>(53.443)</b>	<b>1.931</b>

(a) Os softwares são partes independentes de seus respectivos hardwares e referem-se basicamente ao sistema ERP (SAP) utilizado pela Companhia e outros softwares e aplicativos utilizados para suporte no desenvolvimento de projetos, desenhos e construção dos navios e plataformas; (b) O intangível em andamento reflete basicamente o investimento efetuado na atualização do software utilizado atualmente pela Companhia visando torná-lo totalmente integrado entre as áreas de operação e administração da Companhia.

**14. Partes relacionadas**

	Contas a receber (a)		Adiantamentos de clientes (c)		Sub-rogação (d)
	Fornecedores (b)	de clientes (c)	Fornecedores (b)	de clientes (c)	
<b>Controladas</b>					
EAS International	18.880	11.853	993.738	–	–
Consunav Rio Cons. e Eng. S.A.	–	–	–	–	–
<b>Acionistas</b>					
Construções e Comércio Camargo Correa S/A	–	–	–	–	34.619
Queiroz Galvão Naval S/A	–	–	–	–	–
Mover Participações S/A	–	–	–	–	126.615
Mover Participações S/A - Extraconcursal	–	–	–	–	3.003
Queiroz Galvão S/A	–	–	–	–	25.476
Queiroz Galvão S/A - Extraconcursal	–	–	–	–	483
<b>Total Controladora em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>18.880</b>	<b>11.853</b>	<b>993.738</b>	<b>–</b>	<b>190.196</b>
<b>Total Controladora em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>51.924</b>	<b>11.792</b>	<b>993.738</b>	<b>–</b>	<b>127.858</b>

(a) Refere-se ao mútuo entre a EAS e a Consunav e contas a receber do EAS-INC; (b) Refere-se a venda de materiais e equipamentos da controlada EAS Inc. para o EAS; (c) Refere-se a adiantamentos por conta dos contratos de construção das plataformas de perfuração para a Controlada EAS Inc. Mais detalhes vide Nota Explicativa no 28; (d) Refere-se à sub-rogação entre o EAS e a MOVER Participações S.A., Queiroz Galvão S.A. e Construções e Comércio Camargo Correa S/A referente ao pagamento de parcelas devidas pela companhia ao BNDES pelas referidas empresas na condição de garantidores.

**14.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia:** A remuneração total paga aos administradores em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 3.628 (R\$ 2.184 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios não atrelados a vigência do contrato de trabalho.

**15. Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Serviços contratados	78.874	40.775	78.874	40.775
Matéria-prima	9.329	22.938	9.329	22.938
Outros	684	351	111.062	166.827
	<b>88.887</b>	<b>64.064</b>	<b>199.265</b>	<b>230.540</b>
Passivo circulante	13.403	30.377	105.182	116.484
Passivo não circulante	75.484	33.687	94.083	114.056

Conforme PRJ aprovado que prever a repactuação as dívidas, os credores com valores superiores a R\$ 1.000 terão atualização monetária de 120% do CDI, carência de três anos e após a carência quinze anos para amortização da dívida.

Para os demais credores listados no PRJ os pagamentos serão efetuados conforme o PRJ.

**16. Empréstimos e financiamentos**

Aplicados no imobilizado	Controladora e consolidado			
	Encargos (*)	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
BNDES - (1 e 2)	120% CDI	jun/2038	832.265	948.994
BNDES - Extraconcursal (1 e 2) (**)	120% CDI	jun/2038	44.853	–
Banco do Brasil (1 e 2)	120% CDI	jun/2038	76.528	82.802
Banco do Brasil - Extraconcursal (1 e 2) (**)	120% CDI	jun/2038	7.209	–
			<b>960.855</b>	<b>1.031.796</b>
Passivo circulante	–	–	–	131.653
Passivo não circulante	–	–	960.855	900.143

(\*) Refere-se à taxa efetiva dos juros incidentes sobre os empréstimos conforme os respectivos contratos, a qual foi aplicada para correção dos saldos devedores; (\*\*) Refere-se à ao crédito decorrente de obrigações contraiadas depois que a empresa entra em recuperação judicial ou créditos garantidos por alienação fiduciária e tem prioridade de pagamento. 1) Os financiamentos referem-se à construção do estaleiro sobre o saldo principal destes financiamentos incidem conforme PRJ aprovado os juros contratuais de 120% da variação do CDI ao ano e

possuem seu valor de mercado equivalente ao seu valor contábil, com carência de três anos e quinze anos de amortização; 2) Os financiamentos destinados à construção do estaleiro estão garantidos por: (a) aval parcial dos acionistas da Companhia; (b) hipoteca do imóvel para implantação do estaleiro; (c) gravames relativos a construções, instalações, máquinas e equipamentos e (d) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia. As parcelas vencíveis em longo prazo estão conforme demonstradas a seguir:

	Controladora e consolidado
	31/12/2021
2023	–
2024	–
2025	13.387
2026 em diante	947.468
	<b>960.855</b>

As movimentações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

	Controladora e consolidado
	31/12/2021
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.053.681</b>
Captações	–
Variações monetárias, cambiais e juros	116.994
Amortização de juros	(39.991)
Pagamento de principal	(98.888)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.031.796</b>
Variações monetárias e juros	(5.504)
Amortização de juros	(65.437)
Pagamento de principal	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>960.855</b>

**17. Obrigações trabalhistas e encargos a pagar**

	Controladora e consolidado
	31/12/2021
INSS e FGTS a recolher	570
Provisão para férias e encargos	1.535
Provisão para Reestruturação (a)	5.500
Outros	550
	<b>8.155</b>
	<b>10.632</b>

(a) Provisão referente ao processo de reestruturação da Companhia. A previsão da Administração é que os desembolsos ocorram ao longo do próximo exercício social. A contrapartida está registrada na rubrica "despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021.

**18. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis**

**18.1. Prováveis:** A Administração baseada na opinião de seus assessores jurídicos que procederam com análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportado por opinião de seus consultores jurídicos constituiu provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis R\$ 46.282 em 31 de dezembro de 2021 e (R\$ 90.378 em 31 de dezembro de 2020). De acordo com o PRJ aprovado os processos trabalhistas devem ser desidratados e seu valores reduzidos conforme premissa estabelecida no Plano. **18.2. Possíveis:** A perda possível refere-se principalmente a ação ordinária de cobrança com indenização por danos morais, materiais e lucros cessantes movida por ex-prestador de serviços sob a suposta alegação de não cumprimento contratual com fornecedor. A perda possível tributária refere-se principalmente a questionamentos relacionados CPRB e glosa de créditos de PIS e COFINS tomados pela Companhia em exercícios anteriores. A Companhia possui processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária que versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outras). O valor total dos processos cíveis, tributários e trabalhistas refere-se ao montante de R\$ 274.344 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 214.886 em 31 de dezembro 2020) cuja probabilidade de perda é considerada possível pela Administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos para os quais não houve constituição de provisão para riscos de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os valores acima mencionados não consideram as reduções porventura aplicáveis nos termos do PRJ.

**19. Contas a pagar**

A Companhia assinou em 27 de junho de 2016 o Instrumento Particular de Transação Extra Judicial referente aos contratos celebrados entre o Estaleiro e Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) e concordaram em encerrar a relação contratual no que se refere à construção dos Navios DP ("Dynamic Position") e o Estaleiro concordou em ressarcir a Transpetro em referência aos valores pagos a título de adiantamento no montante de R\$ 133.723. Condições de pagamentos previsto no PRJ vide Nota Explicativa nº 1.2.

Em fevereiro de 2020 a Cia contraiu uma dívida junto a Bradesco S.A. no montante de R\$ 31 milhões referente a honra da fiança bancária junto ao contrato de financiamento entre o EAS e BNDES.

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	–	39.969
Passivo não circulante	179.767	132.702
	<b>179.767</b>	<b>172.671</b>

As parcelas do principal vencíveis em longo prazo estão demonstradas a seguir:

	Controladora e consolidado
	31/12/2021
2023	–
2024	–
2025	2.606
2026 em diante	177.161
	<b>179.767</b>

**20. Patrimônio líquido**

**a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.159.899 dividido em 59.801.706.116 (59.801.706.116 em 2020) ações ordinárias nominativas sem valor nominal assim distribuídas:

Acionistas	31/12/2021		31/12/2020	
	Ações	%	Ações	%
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	4.840.190	0,01%	4.840.190	0,01%
Construtora Queiroz Galvão S.A.	5.053.949	0,01%	5.053.949	0,01%
Camargo Correa Naval Participações S.A.	29.896.012.868	49,99%	29.896.012.868	49,99%
Queiroz Galvão Naval S.A.	29.895.799.108	49,99%	29.895.799.108	49,99%
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	1	0,00%	1	0,00%
	<b>59.801.706.116</b>	<b>100,00%</b>	<b>59.801.706.116</b>	<b>100,00%</b>

Em 2020 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas o seguinte aumento de capital:

Data AGE	Qtde. de ações	R\$
09/01/2020	1.436.000	1.436 (1)

</

—☆ continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas do Estaleiro Atlântico Sul S.A. para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**

(valores em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

**24. Instrumentos financeiros**

**24.1. Considerações gerais e políticas:** A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle definidos pela Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros quanto às políticas supracitadas é apresentada e avaliada pela Companhia e posteriormente submetida à apreciação do Conselho de Administração. A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria da Companhia. **24.2. Estrutura do gerenciamento de risco:** Os principais passivos financeiros da Companhia se referem a empréstimos e contas a pagar a fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber além dos depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados em que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco. A política de gestão de riscos impede a Companhia de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos. **24.3. Índice de alavancagem controladora:** O índice de alavancagem é definido como a relação entre as dívidas (empréstimos e financiamentos) líquidas dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e o patrimônio líquido da Companhia conforme demonstrado a seguir:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
<b>Total dos empréstimos, financiamentos</b>	<b>960.855</b>	<b>1.031.796</b>
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa	(80.330)	(70.435)
(-) Aplicações financeiras restritas	(5.107)	(5.020)
<b>Dívida líquida</b>	<b>875.418</b>	<b>956.340</b>
Patrimônio líquido	388.276	421.616
Índice de alavancagem	2,25	2,27

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: **24.4. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e instrumentos financeiros derivativos. As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras são todos valores constantes e com base nas operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício. **24.5. Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado. A Administração da Companhia entende como mediano o risco de grandes variações no CDI para os próximos 12 meses levando em conta a política monetária do Banco Central que aumentou a taxa básica de juros para 9,15% ao ano, sinalizando ao mesmo tempo um novo aumento de 1,5 ponto percentual para a reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) em fev/22. A expectativa é fechar o ano de 2022 com 11,5% com vistas a refrear a inflação que acumulou aumento de 10,06% em 2021. Em virtude da política fiscal adotada pelo governo vigente de pagar menos juros da dívida pública, a Administração entende que um aumento significativo na taxa SELIC é improvável, pois isso acarretaria maior endividamento da União. Por outro lado, o surgimento de possíveis novas variantes do Coronavírus pode contribuir para uma eventual queda na taxa de juros, visto que programas emergenciais demandam maior expansão da base monetária para atender uma maior demanda por moeda em situações excepcionais. Dessa forma, a Companhia não tem contratado derivativos para proteger esse risco. **24.6. Sensibilidade à taxa de juros:** A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2021 a Companhia oferece o cenário provável a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2021 conforme relatório FOCUS (mediana agregado - dezembro/2021). Os cenários possível e remoto consideram uma variação de 25% e 50% respectivamente nos índices aplicáveis.

	Em 31/12/2021		Provável		Possível		Remoto		
	Risco	Taxa a.a.	Saldos	Taxa a.a. (a)	Perda	Taxa a.a.	Perda	Taxa a.a.	Perda
<b>Ativos indexados ao CDI</b>									
Aplicações financeiras, líquidas de contas garantidas	Baixa do CDI	9,15%	80.330	7,77%	(1.107)	5,83%	(2.668)	3,89%	(4.229)
<b>Passivos indexados ao CDI</b>									
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	9,15%	(960.855)	11,5%	(22.580)	(b)	(b)	(b)	(b)
					<b>(23.687)</b>				

(a) Cenário previsto foi considerando a taxa de CDI = 11,50% a.a. conforme relatório FOCUS (mediana 03 de janeiro de 2022). Para as aplicações financeiras foi considerada média de aplicação a 67,58% do CDI; (b) A Administração da Companhia entende que não é razoável um aumento de 25% ou 50% na taxa do CDI. Desta maneira não foram efetuadas análise para os cenários "possível" e "remoto".

**24.7. Risco de câmbio:** O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido as variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (neste caso devido a alguns custos serem denominados em uma moeda diferente da sua moeda funcional).

Nicole Terpins - Diretora Superintendente - CEO

Reinaldo Martinho - CRC 1SP 229.369/O-8 - Contador

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas**

Aos Acionistas, Diretores e Conselheiros do **Estaleiro Atlântico Sul S.A. - em recuperação judicial e controladas. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Estaleiro Atlântico Sul S.A. - em recuperação judicial ("Companhia" ou "EAS") identificadas como controladora e consolidado que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada do Estaleiro Atlântico Sul S.A. - em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2021 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2. às demonstrações contábeis individuais e consolidadas a qual comenta sobre o plano de recuperação judicial da Companhia aprovado em Assembleia Geral de Credores cujo valor corresponde a R\$ 1.208.752 mil, acrescido da dívida com partes relacionadas de R\$ 190.197 mil totalizando o montante aproximado de R\$ 1.398.948 mil. O plano de recuperação judicial proposto está lastreado na diversificação de suas atividades (novos negócios) e prevê as seguintes principais atividades: a) a construção naval e outras estruturas metálicas; b) a manutenção de embarcações; e c) a alienação de ativos. A continuidade operacional da Companhia e de sua controlada está atrelada ao êxito na implementação da recuperação judicial. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e ao fazê-lo considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua Controlada ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma

A Cia apresentou um baixo grau de exposição ao risco em referência à flutuação da moeda, visto que houve um decréscimo dos títulos a pagar em dólar aos fornecedores do EAS Inc., acrescido ao fato de que a variação do dólar em 2021 foi quatro vezes menor em comparação ao ano de 2020. **24.8. Contas a receber:** O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia. A Companhia não tem histórico de perdas devido principalmente só possuir cliente de grande porte. **24.9. Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido. **24.10. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. **24.11. Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao Custo Amortizado (CA):** Dada a natureza dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia os seus valores justos aproximam-se dos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Os instrumentos financeiros são todos mensurados a Custo Amortizado (CA).

**25. Transações que não afetaram o caixa**

As seguintes transações não afetaram os fluxos de caixa da Companhia:

	Controladora e consolidado 2021	Controladora e consolidado 2020
Conversão de dívidas com acionistas (AFAC) em capital social (a)	—	1.436

(a) Na data de 09 de janeiro de 2020 os acionistas aumentaram o capital social da Companhia em R\$ 1.436 mediante a integralização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs).

**26. Seguros e fianças bancárias**

A Companhia contratou fianças bancárias para assegurar o cumprimento das obrigações relacionadas ao Financiamento do BNDES, FINEP, Juízo Vara Federal de PE e Energia Elétrica. As fianças totalizam R\$ 15.012 (R\$ 15.012 em 2020) composto por: R\$ 10.157 para o Finep, R\$ 4.855 para o Juízo Vara Federal de PE. (\*) A Companhia também possui contratado seguro de Riscos Operacionais, e Responsabilidade Civil e Seguro Reparador Naval no montante de R\$ 717.636 (R\$ 778.457 em 2020) seguros com coberturas para o Cais, Prédios, Disque Seco, Maquinário, Móveis, Equipamentos, Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil junto a terceiros. (\*) A Administração da Companhia entende que os valores cobertos pelas apólices contratadas em 31 de dezembro de 2021 são considerados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

(\*) Informações e dados não sujeitas aos exames do auditor independente.

**27. Encerramento dos contratos com a Sete International GMBH e seus reflexos na Companhia**

Em 4 de março de 2015 a subsidiária da Companhia EAS International Inc. notificou a Sete Brasil e suas Afiliadas ("SETE") quanto ao encerramento dos contratos de construção de 7 plataformas de perfuração (*Drill Ship*) ("Contratos EPC"), tendo em vista a inadimplência da SETE quanto ao pagamento dos valores devidos ao EAS Inc. nos termos dos referidos Contratos EPC após decorrido o correspondente período de cura. Tal notificação seguiu uma sequência de notificações anteriores em que o EAS Inc. cobrou a SETE a respeito dos valores em atraso e requisitou evidências quanto à sua capacidade de retomar os pagamentos suspendendo, outrossim, os Contratos EPC e conseqüentemente os contratos com seus fornecedores. Neste sentido em 20 de fevereiro de 2015 o EAS Inc. já havia enviado notificação a SETE encerrando os Contratos EPC em função da falha da SETE em prover o EAS Inc. com tais evidências. Em 23 de março de 2015 a Companhia e o EAS Inc. celebraram um contrato de *Stand Still* com a SETE iniciando negociações visando à solução das disputas relativas ao término dos Contratos EPC, no entanto, o *Stand Still* foi encerrado pelo EAS Inc. A decisão da Companhia de encerrar os Contratos de EPC com a SETE levou em consideração sólidos fundamentos legais, bem como os aspectos financeiros e operacionais do contrato. O objetivo principal desta decisão foi evitar ainda maiores prejuízos à Companhia, seus parceiros e colaboradores permitindo à Companhia que ajustasse sua estrutura considerando o novo fluxo de caixa, então impactado negativamente pelo não pagamento dos valores devidos pela SETE a partir de novembro de 2014. Ademais, importa ressaltar que o término dos Contratos EPC não impacta os demais projetos da Companhia. Os contratos EPC representavam R\$ 11.537.698 sendo que desse total R\$ 5.237.291 já foram reconhecidos como receitas até 31 de dezembro de 2015. Nossas demonstrações contábeis dessa forma incluem todos os ajustes relacionados ao término do contrato refletindo todos os efeitos decorrentes dos termos contratuais com clientes e renegociação com fornecedores e prestadores de serviços não gerando um efeito líquido operacional sendo seus efeitos reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015. Em relação aos débitos remanescentes com seus fornecedores a Companhia efetuou o reconhecimento de suas obrigações em seu balanço patrimonial, no entanto, a Companhia segue com as negociações com esses fornecedores, a fim que seja possível alcançar uma saída amigável para os valores cobrados. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o balanço patrimonial do EAS Inc. apresentava os seguintes saldos sendo operações *intercompany* eliminadas:

	2021	2020
<b>Passivo</b>		
Fornecedores	141.400	185.207

**28. Serviços prestados pelo auditor independente**

Registre-se que a Administração nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2021 e 2020 não contratou a prestação de serviços da Pemom Auditores Independentes relacionados a esta Companhia que não os serviços de auditoria. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais ou promover os interesses deste.

**29. Aprovação das demonstrações contábeis**

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 22 de março de 2022 nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis quando requeridos.

alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua Controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente, se causada por fraude ou erro planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua Controlada; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua Controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua Controlada a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2022

Pemom Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP 031.056/O-2

Emerson Fabri

Contador CRC 1SP-236.656/O-6

Raphael Teixeira Maciel

Contador CRC 1SP-302.257/O-5

# Adriano Pires desiste da Petrobras

AGÊNCIA O GLOBO

O Comitê de Pessoas da Petrobras tinha em mãos pareceres contrários às nomeações do consultor Adriano Pires e de Rodolfo Landim (presidente do Flamengo) para a presidência da empresa e para a chefia do Conselho de Administração da estatal, respectivamente, de acordo com fontes do governo.

Landim e Pires foram avisados desses pareceres e, então, decidiram

desistir de ocupar os postos. O risco, sem a renúncia, era de serem vetados pela própria Petrobras.

Landim avisou no domingo que não iria assumir o Conselho de Administração da Petrobras. Como mostrou a jornalista do GLOBO Malu Gaspar, Adriano Pires comunicou ontem ao Palácio do Planalto que desistiu de ocupar a presidência da empresa.

O Comitê de Pessoas da Petrobras iria se reunir hoje para decidir sobre as nomeações. Era necessário o aval

desse colegiado para que ambos pudessem assumir os postos.

## Conflito de interesses

Esse comitê, porém, tem pareceres contra as duas nomeações, especialmente a de Pires, por supostos conflitos de interesses. Esse parecer é decorrente de uma investigação conhecida internamente como Background Check de Integridade (BCI).

## Votorantim Cimentos N/NE S.A.

CNPJ/MF nº 10.656.452/0001-80

## Relatório da Administração

Submetemos à apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais (DFs) da Votorantim Cimentos N/NE S.A. (VCNNE ou Companhia), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

**1. Cenário macroeconômico** – A economia brasileira, assim como a econômica global, teve um ano de reestruturação econômica dado os impactos e restrições gerados no ano de 2020 devido à pandemia da Covid-19. Como resultado desse aprendizado no novo modelo de agir e em novas formas de estimular a economia após os primeiros surtos do vírus, a atividade econômica brasileira cresceu 4,6% em 2021, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O mercado de cimento brasileiro terminou o ano de 2021 com o total de 64,7 milhões de toneladas de cimento vendidas e um crescimento de 6,6% comparado ao ano anterior, retornando aos níveis de venda de dezembro de 2015, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC). O principal motivo para o crescimento da atividade foi a continuidade das construções e reformas por meio da autoconstrução, das obras no setor imobiliário e do retorno dos projetos de infraestrutura. Houve uma evolução positiva nos primeiros meses de 2021, mas no segundo semestre a taxa de crescimento diminuiu e estabilizou, conforme já esperado, dada a reabertura da economia e, portanto, o redirecionamento da renda da população para outras despesas, reduzindo assim a alocação em construções e reformas. Durante o ano, também ocorreu o aumento sistêmico no custo de produção, com aumento de preços em matéria-prima e *commodities* em geral. O setor de construção começou 2022 com um cenário desafiador. A temporada de chuvas foi intensa, principalmente no Sudeste do país, impactando o volume de vendas do primeiro mês de 2022, de acordo com o SNIC. A projeção para 2022 é de estabilidade entre 0% e 0,5%, de acordo com a associação brasileira, devido ao cenário econômico não favorável em um horizonte de alta inflação e aumento da taxa básica de juros impactando o crescimento do país, juntamente com o cenário político instável com eleições presidenciais no segundo semestre.

**2. Resultados** – A receita líquida totalizou R\$ 2,6 bilhões em 2021, um aumento de 19% em relação a 2020, explicado principalmente pela forte dinâmica de mercado, com aumento de volume de vendas e crescimento de duplo dígito no preço, mesmo com uma forte base de comparação. O CPV aumentou 15% em relação a 2020, atingindo R\$ 1,9 bilhão, na sua maior parte explicado pelo aumento de volume na região, gerando

um maior gasto em matéria-prima, energia e manutenção. Além do custo decorrente da alta demanda, a alta pressão dos custos, devido ao desequilíbrio de suprimento no mercado em decorrência da pandemia de 2020, impactou a operação inflacionando preços de matéria-prima, combustível e energia. As despesas com vendas e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 160 milhões, estável frente às registradas em 2020. Com isso, o lucro operacional atingiu R\$ 554 milhões, um aumento de 32% comparado com o resultado de R\$ 421 milhões em 2020. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 385 milhões, aumento de 62% em comparação com o lucro líquido de R\$ 238 milhões em 2020.

**3. Liquidez e endividamento** – No final do ano de 2021, o montante de dívida bruta foi de R\$ 721 milhões, 45% menor em relação ao final de 2020, principalmente devido às maiores liquidações de dívida ao longo do período e um impacto menor de variação cambial. Durante o primeiro trimestre de 2021, alinhado com as estratégias de refinanciamento da VCSA, a VCSA emitiu a sua 12ª debênture no montante de R\$ 450 milhões, com custo anual de CDI+1,45%, com maturidade para fevereiro de 2026. O montante dessa nova captação da VCSA foi usado para pré-pagar totalmente a 1ª debênture emitida pela VCNNE, a qual tinha maturidade para 2023. A VCSA e a Companhia emitiram um novo Certificado de Recebíveis Imobiliário ("CRI") por meio da RB Capital Companhia de Securitização, no montante de R\$ 264 milhões e R\$ 136 milhões, respectivamente. A operação tem 12 anos de maturidade e um custo anual de IPCA+4,47%. A transação também inclui um contrato de *swap* e visa tanto a troca de exposição à taxa flutuante IPCA+ para taxa flutuante CDI+, resultando em um custo anual de CDI+1,33%. Em outubro de 2021, a VCNNE efetuou a amortização antecipada de um de seus contratos de empréstimo, nos termos da Lei nº 4.131/1962, no montante de USD 75 milhões (R\$ 408,8 milhões) com vencimento em 2024. Conseqüentemente, o *swap* associado a esse empréstimo também foi liquidado. Adicionalmente, a Companhia firmou um contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste em 2020, no montante total de R\$ 87 milhões, com custo efetivo de IPCA+ 1,54% a.a. e vencimento em abril de 2030, principalmente para financiar a expansão da sua unidade de Pecém (CE). Em complemento a essa operação, a Companhia realizou a contratação de uma operação de instrumento financeiro derivativo (*swap*). Os recursos estão sendo liberados de acordo com a comprovação de gastos do projeto e, até 31 de dezembro de 2021, foram liberados R\$ 75,5 milhões.

**4. Investimento e desinvestimento** – A Companhia encerrou 2021 com CAPEX de R\$ 168 milhões, 26% menor comparado com 2020. Essa queda é proveniente do término das obras da planta de moagem de Pecém (CE), que teve *startup* em meados de 2021.

## A Administração

Balança Patrimonial – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9 (b)	62.433	14.805
Aplicações financeiras	10 (b)	34.202	32.676
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)	1.669	7.158
Contas a receber de clientes	11 (b)	118.767	105.940
Estoques	12 (b)	460.978	298.419
Tributos a recuperar	13 (b)	249.150	100.682
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		16.391	1.406
Outros ativos		7.925	8.985
		<u>951.515</u>	<u>570.071</u>
Ativos classificados como mantidos para venda			3.172
		<u>951.515</u>	<u>573.243</u>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	20 (b)	17.718	10.674
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)	45.180	15.151
Arrendamento	19 (b)	11.765	12.128
Risco sacado a pagar	21	84.184	106.658
Fornecedores e outras contas a pagar		353.632	267.050
Salários e encargos sociais		38.876	36.611
Imposto de renda e contribuição social a recolher		6.972	6.972
Tributos a recolher		25.550	35.777
Dividendos a pagar	26 (c)	34.409	83.356
Concessão	24 (b)	50.344	41.034
Outros passivos		28.388	20.420
		<u>690.046</u>	<u>635.831</u>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	20 (b)	703.771	1.307.346
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)	107.256	262.473
Arrendamento	19 (c)	620	8.628
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 (c)	132.738	163.163
Partes relacionadas	14 (b)	6.600	9.783
Provisões e depósitos judiciais	23 (b)	227.137	246.048
Concessão	24 (b)	661.860	584.128
Outros passivos		10.157	11.718
		<u>1.850.139</u>	<u>2.593.287</u>
		<u>2.540.185</u>	<u>3.229.118</u>
Patrimônio líquido	26	335.906	218.324
Capital social		1.564.527	1.682.942
Reservas de lucros		3.668	15.778
Ajustes de avaliação patrimonial			(1.277)
Ações em tesouraria			
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>1.904.101</u>	<u>1.915.767</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>4.444.286</u>	<u>5.144.885</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>385.085</u>	<u>237.552</u>
<b>Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado</b>			
Participação em outros resultados abrangentes das investidas		(584)	
<b>Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado</b>			
Remensurações com benefícios de aposentadoria	25	(158)	(184)
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo		(11.368)	15.690
<b>Outros componentes do resultado abrangente do exercício</b>		<u>(12.110)</u>	<u>15.506</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<u>372.975</u>	<u>253.058</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2021	2020
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>382.170</u>	<u>258.272</u>
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação, amortização e exaustão	28	172.127	162.693
Equivalência patrimonial	16 (d)	13.304	8.732
Reversão de benefícios a empregados	25 (b)	(114)	(113)
Reversão líquida de <i>impairment</i> de intangível			(200)
Perda líquida na venda de imobilizado e intangível	30	539	4.025
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa, líquida das reversões	11 (c)	2.688	7.553
Provisão de processos cíveis, trabalhistas e fiscais	23 (b)	665	30.330
Provisão para obsolescência de estoques	12 (c)	369	4.305
Juros e atualização monetária sobre concessão		129.805	141.912
Outros componentes do resultado financeiro		108.784	49.055
Demais itens que não afetam caixa		(70.998)	27.639
		<u>739.339</u>	<u>694.203</u>

Acréscimo (decréscimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		1.337	(27.503)
Estoques		(162.928)	(33.264)
Tributos a recuperar		44.067	68.735
Partes relacionadas		42.961	36.371
Depósitos judiciais		(14.570)	2.132
Demais créditos e outros ativos		(9.157)	36.614
<b>Acréscimo (decréscimo) em passivos</b>			
Fornecedores		37.915	(13.141)
Risco sacado a pagar		(22.474)	51.444
Salários e encargos sociais		2.265	10.412
Adiantamento de clientes			2.935
Tributos a recolher		(40.160)	(31.429)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		(22.810)	(7.288)
Demais obrigações e outros passivos		6.521	7.407
<b>Caixa gerado nas operações</b>		<u>602.306</u>	<u>797.628</u>
Juros pagos		(68.186)	(69.641)
Juros recebidos		1.388	5.764
Imposto de renda e contribuição social pagos			(1.219)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<u>535.508</u>	<u>732.532</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras		(2.914)	44.683
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		10.845	5.758
Recebimento de dividendos			11.397
Aquisição de imobilizado		(168.226)	(226.295)
Aquisição de intangível			(968)
Partes relacionadas		682.131	(732.199)
Efeito caixa das movimentações de capital em investidas		(18.286)	(1.615)
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos</b>		<u>503.550</u>	<u>(899.239)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Captações de recursos		181.533	39.348
Liquidação de empréstimos e financiamentos		(864.014)	(5.592)
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)	88.995	24.634
Aumento de capital social			8.348
Redução de capital social			(369.637)
Dividendos pagos			(388.107)
Liquidação de arrendamento	19 (c)	(9.837)	(10.522)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<u>(991.430)</u>	<u>(313.421)</u>
<b>Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>47.628</u>	<u>(480.128)</u>
Efeito caixa na incorporação da Vencemos			34.311
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		14.805	460.622
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>62.433</u>	<u>14.805</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2021	2020
Receita de contratos com clientes	27 (b)	2.587.445	2.171.369
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	28	(1.881.384)	(1.639.209)
<b>Lucro bruto</b>		<u>706.061</u>	<u>532.160</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Com vendas	28	(91.197)	(95.956)
Gerais e administrativas	28	(68.429)	(63.700)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	78.756	91.996
		<u>(80.870)</u>	<u>(67.660)</u>
<b>Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>		<u>625.191</u>	<u>464.500</u>
<b>Resultado de participações societárias</b>			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)								
	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
		Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Retenção			
Em 1º de janeiro de 2020		869.976	1.215.650	161.246	113.887	(1.277)	272	2.359.754
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício							237.552	237.552
Outros componentes do resultado abrangente	26 (d)						15.506	15.506
							15.506	253.058
Contribuições e distribuições para acionistas								
Aumento de capital social referente FINOR		8.348						8.348
Redução de capital		(660.000)						(660.000)
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de reserva de incentivos fiscais	26 (c)		141.943				(141.943)	
Dividendos deliberados	26 (c)						(45.393)	(45.393)
Retenção de lucros					50.216		(50.216)	
					50.216			
		<u>(651.652)</u>	<u>141.943</u>					<u>(697.045)</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<u>218.324</u>	<u>1.357.593</u>	<u>161.246</u>	<u>164.103</u>	<u>(1.277)</u>	<u>15.778</u>	<u>1.915.767</u>
Em 1º de janeiro de 2021		218.324	1.357.593	161.246	164.103	(1.277)	15.778	1.915.767
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício							385.085	385.085
Outros componentes do resultado abrangente	26 (d)						(12.110)	(12.110)
							(12.110)	372.975
Contribuições e distribuições para acionistas								
Aumento de capital social	26 (b)	117.582		(117.582)				
Cancelamento das ações em tesouraria	26 (b)		(1.277)		1.277			
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de reserva de incentivos fiscais	26 (c)		143.555				(143.555)	
Constituição de reserva legal	26 (c)			19.254			(19.254)	
Dividendos mínimos distribuídos	26 (c)						(47.134)	(47.134)
Dividendos prioritários de ações preferenciais classe B	26 (c)						(33.741)	(33.741)
Dividendos intercalares a partir do resultado do exercício corrente	26 (c)						(139.663)	(139.663)
Dividendos intercalares a partir das reservas de anos anteriores	26 (c)				(164.103)			(164.103)
Retenção de lucros					1.738		(1.738)	
		<u>117.582</u>	<u>142.278</u>	<u>(98.328)</u>	<u>(162.365)</u>	<u>1.277</u>	<u>(385.085)</u>	<u>(384.641)</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<u>335.906</u>	<u>1.499.871</u>	<u>62.918</u>	<u>1.738</u>		<u>3.668</u>	<u>1.904.101</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
<b>1. Informações gerais</b> – A Votorantim Cimentos N/NE S.A. ("Companhia" ou "VCNNE") tem como atividades preponderantes: a produção e o comércio de portfólio completo de materiais pesados de construção, que inclui cimento, agregados, concreto, argamassa, calcário agrícola e outros materiais de construção, bem como de matérias-primas e derivados, produtos semelhantes e relacionados; prestação de serviços de concretagem; pesquisa, mineração e processamento de reservas minerais de acordo com sua atividade principal de produção; transporte, distribuição e importação; coprocessamento para geração de energia; e participação em outras empresas. A Companhia é uma sociedade anônima com sede em Recife/PE, e atua nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A Companhia é controlada diretamente pela Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA"), e indiretamente pela Votorantim S.A. ("VSA"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade e estado de São Paulo, Brasil, que constitui a <i>holding</i> das empresas Votorantim e é integralmente controlada pela família Ermírio de Moraes.			
<b>2. Aprovação das demonstrações financeiras</b> – A elaboração destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 1 de abril de 2022 para sua apreciação pela Assembleia de Acionistas.			
<b>3. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021 – 3.1. Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19):</b> A pandemia mundial declarada pela Organização Mundial da Saúde (			

... continuação

em linha com a substituição do indexador não apresentam impactos a serem divulgados. Outras normas e alterações passaram a vigorar para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. A adoção dessas novas normas não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **4.2. Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia:** Novas normas, interpretações e emendas às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não estão vigentes. Pretendemos adotar as novas normas, interpretações e emendas, se aplicáveis, quando se tornarem vigentes. A Companhia realizou uma análise preliminar sobre a aplicabilidade dessas alterações e identificou possíveis impactos em suas políticas contábeis decorrentes da alteração do CPC 32/IAS 12 "Tributos sobre o lucro". A alteração requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos. A alteração é efetiva para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023 e a Companhia está atualmente analisando detalhadamente os possíveis impactos, de acordo com a regulamentação tributária local.

**5. Base de preparação** – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2021, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e conforme as normas internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo IASB. A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, que no caso de certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, foram mensurados ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. As políticas contábeis das controladas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são mais significativas, estão divulgadas na Nota 6. A Companhia não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, considerando que a sua controladora VCSA disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo. As investidas das quais a Companhia detém controle, isto é, está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida, estão divulgadas na Nota 16 (c). **5.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da VCNNE é o Real ("R\$" ou "Reais"). **5.2. Operações com moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação para os itens remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado como variações cambiais líquidas. **5.3. Demonstrações financeiras de períodos anteriores: (a) Ajustes na demonstração do resultado:** A Companhia revisou os saldos divulgados em 31 de dezembro de 2020, no que concerne o seguinte:

	Consolidado		
	Conforme originalmente apresentado	Incentivo fiscal de imposto de renda	Reapresentado
Receita de contratos com clientes	2.171.369		2.171.369
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.639.209)		(1.639.209)
<b>Lucro bruto</b>	<b>532.160</b>		<b>532.160</b>
<b>Despesas operacionais (I)</b>	<b>(41.606)</b>	<b>(26.054)</b>	<b>(67.660)</b>
<b>Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>	<b>490.554</b>	<b>(26.054)</b>	<b>464.500</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>	<b>(8.732)</b>		<b>(8.732)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(197.496)</b>		<b>(197.496)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>284.326</b>	<b>(26.054)</b>	<b>258.272</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(46.774)</b>	<b>26.054</b>	<b>(20.720)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>237.552</b>		<b>237.552</b>

(i) Reclassificou o montante de R\$ 26.054, apresentados anteriormente em "Outras receitas operacionais, líquidas" (Nota 30), referente ao benefício de incentivo fiscal de imposto de renda, para "Imposto de renda e contribuição social correntes" (Nota 22 (b)). **(b) Reclassificação entre Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras:** A Companhia revisou a sua política de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 9 (a)), a fim de incluir na apresentação dos saldos do balanço patrimonial uma melhor representação do modelo de gestão de caixa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a classificação dos instrumentos financeiros entre a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 9 (b)) e a rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota 10 (b)) era realizada com base no vencimento original dos títulos. Títulos com vencimento superior a 90 dias eram classificados como Aplicações financeiras. No entanto, em linha com a política de gestão de caixa da Companhia, são feitas aplicações em títulos da modalidade CDB e Compromissadas, que podem ter vencimento superior a 90 dias, mas que possuem liquidez imediata e em média são resgatados em um período inferior a 90 dias. Tais investimentos são realizados com o intuito de suprir as necessidades de caixa da Companhia e não sofrem mudança significativa de seu valor quando do resgate antes do vencimento, sendo resgatados pelo valor do principal mais juros incorridos até o momento do resgate. Dessa forma, concluímos que tais investimentos atendem as definições da norma contábil no que diz respeito a "Caixa e equivalentes de caixa". A Companhia revisou os saldos de 31 de dezembro de 2020 e identificou a necessidade de reclassificação dos saldos apenas na demonstração dos fluxos de caixa, no que tange aos saldos iniciais de 2020, conforme abaixo:

**(b) Composição**

Programas	2020						2021							
	Valor principal			Total (líquido entre ativo e passivo)	Impacto no resultado financeiro	Ganho realizado com efeito caixa	Valor justo por vencimento			2022	2023	2024	2025	2026
	2021	2020	Unidade				2022	2023	2024					
<b>Proteção de taxas de juros</b>														
Swaps taxa fluante em IPCA vs. taxa fluante em CDI	393.533	181.227	BRL milhares	10.171	(16.492)	1.092	(7.413)	(21.442)	(19.441)	(14.683)	(13.270)			61.423
Swaps taxa fluante em LIBOR vs. taxa fluante em CDI	50.000	125.000	USD milhares	97.540	25.307	87.903	35.642	(22.069)	(16.929)	(11.521)	86.161			
	<u>443.533</u>	<u>306.227</u>		<u>107.711</u>	<u>8.815</u>	<u>88.995</u>	<u>28.229</u>	<u>(43.511)</u>	<u>(36.370)</u>	<u>(26.204)</u>	<u>72.891</u>			<u>61.423</u>

**7.4. Risco de crédito:** Os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores financeiros. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação em uma das seguintes agências de rating: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's, sendo rating nacional igual ou melhor que A (ou A2), ou rating em escala global igual ou melhor que BBB- (ou Baa3). O limite de exposição da Companhia a cada contraparte financeira é determinado pela política financeira da Votorantim Cimentos e está vinculado ao rating e balanço patrimonial da instituição. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas. A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de "Monte Carlo", do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato para cada contraparte.

**7.4.1. Qualidade dos créditos de contas a receber de clientes**

	2021	2020
	Risco alto	15.261
Risco médio	23.372	10.067
Risco baixo	43.384	64.888
AAA	9.450	
	<u>91.467</u>	<u>90.016</u>

Risco Alto Clientes novos sem histórico de informações financeiras.  
Risco Médio Clientes com histórico de atrasos nos pagamentos.  
Risco Baixo Clientes com sólido histórico comercial e de pagamento.  
Clientes AAA Classificação apenas para clientes de atacado, com base em análise de crédito individual.

Os valores citados acima não incluem os saldos de partes relacionadas. O risco de crédito é definido conforme modelos estatísticos internos de *risk scoring*, dentro dos padrões de risco aceitáveis pela Companhia. **7.5. Risco de liquidez:** O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política financeira da Companhia, visando garantir recursos suficientes para honrar os compromissos da Companhia no curto prazo. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é o fluxo de caixa, para o qual as projeções consideram um prazo de 12 meses. A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise quando seus vencimentos contratuais são essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários. Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

**Votorantim Cimentos N/E S.A.**

	Conforme originalmente apresentado	Reclassificações	Revisado
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	726.768		726.768
Aplicações financeiras	52.856	(2.409)	50.447
Demais itens das atividades de investimentos	(943.922)		(943.922)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(891.066)</b>	<b>(2.409)</b>	<b>(893.475)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(313.421)</b>		<b>(313.421)</b>
<b>Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(477.719)</b>	<b>(2.409)</b>	<b>(480.128)</b>
Efeito caixa da incoação da Vencemos	34.311		34.311
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	458.213	2.409	460.622
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>14.805</u>		<u>14.805</u>

**6. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** – Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente revisados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão descritas nas respectivas notas explicativas abaixo: **6.1. Estimativa de valor justo:** A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 – Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; (ii) O valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; (iii) O valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; (iv) A análise de fluxos de caixa descontados. **6.2. Impairment de ativo e ativo não circulante: (a) Práticas contábeis:** Ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e o teste de valor recuperável (*impairment*) é realizado, pelo menos, anualmente. Os ativos que estão sujeitos a depreciação/amortização passam por testes de *impairment* anualmente e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida na rubrica de "Outras receitas operacionais, líquidas" (Nota 30) pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda e seu valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para o qual existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa – UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofreram *impairment*, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de *impairment* na data do balanço. O ágio resultante de aquisições é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Quando uma perda por *impairment* é revertida, o valor contábil do ativo ou UGC é modificado para corresponder a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de forma que o valor contábil revisado não exceda o valor contábil que teria sido determinado se nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em anos anteriores. A reversão de uma perda por *impairment* é reconhecida como receita na rubrica de "Outras receitas operacionais, líquidas" (Nota 30). **(b) Teste de impairment de ágio e ativos não circulantes:** Um teste de *impairment* é realizado pelo menos anualmente para todas as UGCs às quais o ágio foi alocado, bem como para outras UGCs que não contêm ágio, mas apresentam indicadores de *impairment*. O valor recuperável é mensurado pelo modelo de fluxo de caixa descontado, e determinado a partir do valor em uso de cada UGC. Quando essa abordagem já resulta em um valor recuperável maior que o valor contábil da UGC, não é necessário determinar seu valor de venda. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa após os impostos com base em planejamentos financeiros aprovados pela Administração da Companhia, cobrindo um período de cinco anos. Os fluxos de caixa além do período de cinco anos, calculados de acordo com o modelo do valor em uso, são extrapolados usando as projeções do último ano (taxa de crescimento nula). O uso de fluxos de caixa após os impostos e taxas não resulta em nenhuma diferença significativa com relação ao uso de fluxos de caixa antes dos impostos e taxas. A Administração considerou como as principais premissas para calcular o valor recuperável das UGCs o preço e volume de venda e a taxa de desconto. A Administração projetou o preço e o volume de vendas futuros com base no desempenho anterior e nas expectativas futuras de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto (2021 – 7,6% e 2020 – 7,9%) utilizadas são após os impostos e refletem riscos específicos relacionados ao segmento operacional ou à UGC que está sendo testada. A Companhia não identificou impactos referentes a *impairment* para o exercício de 2021. **6.3. Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A Companhia está sujeita aos impostos e contribuições sobre o lucro. São reconhecidas provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente analisados, em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro estimado, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **6.4. Provisões e contingências (Nota 23 (b)):** A Companhia é parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental que se enquadram em instâncias diversas. As provisões judiciais contra resultados potencialmente desfavoráveis de litígios em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. A provisão é constituída com base na melhor estimativa da perda provável e é regularmente atualizada para refletir o valor do

desenvolvimento dos litígios. **6.5. Obrigações com descomissionamento de ativos (Nota 23 (b)):** Os gastos relacionados ao descomissionamento de uma mina são registrados como *Asset Retirement Obligation* ("ARO"). As obrigações consistem principalmente em custos associados ao encerramento das atividades. O custo de desativação do ativo, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo subjacente e depreciado ao longo de sua vida útil. A companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com os custos necessários para encerrar uma atividade de mineração e recuperar as áreas degradadas como sendo uma estimativa contábil crítica por envolver diversas premissas, como taxas de desconto, inflação e vida útil do ativo. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia. A taxa de desconto utilizada em 2021 é de 7,42% a.a. (31 de dezembro de 2020 – 6,98% a.a.). **6.6. Plano de pensão (Nota 25 (b)):** O valor atual de obrigação ou direito do plano de benefício definido dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais e utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido para os saldos das obrigações ou direito atuariais, está a taxa de desconto calculada com base nas taxas de retorno oferecidas pelo Governo, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações do plano de assistência médica e plano de benefício definido.

**7. Gestão de risco financeiro – 7.1. Gestão de risco socioambiental:** A Companhia atua em diversos segmentos e dessa forma, suas atividades estão sujeitas a leis e legislações ambientais locais, estaduais, nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, no tocante a regular a condução das atividades, estabelecendo medidas de mitigação, compensação, gestão e monitoramento, incluindo aqueles que regulam os deveres do titular do empreendimento e/ou atividade quanto às medidas de zelo e proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a penalidades administrativas, como multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos parâmetros obrigatórios ambientais. A Companhia periodicamente atualiza seu levantamento de riscos socioambientais e trata os mesmos, seja com ações de mitigação de riscos, seja com ações de estimativas de custos para regularização destes riscos levantados. **7.2. Gestão de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moedas e taxas de juros); (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez. Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia são denominados em reais. No entanto, alguns ativos e passivos são denominados em moeda estrangeira, resultando em variação cambial. Adicionalmente, a Companhia possui dívidas atreladas a indexadores e moedas distintos, que podem impactar seu fluxo de caixa. Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia segue a política financeira da Votorantim Cimentos, aprovada pelo Conselho de Administração do Conglomerado, com o objetivo de estabelecer governança e macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como os indicadores de mensuração e acompanhamento. O processo de gestão destes riscos objetiva a proteção do fluxo de caixa contra eventos adversos de mercado financeiro, tais como oscilações de preços, de moedas e de taxas de juros, e contra eventos adversos de crédito de contrapartes financeiras. Adicionalmente, objetiva a gestão de avançagem e outras exposições financeiras ou operacionais em linha com critérios de agências de *rating* para empresas consideradas *investment grade*. A política financeira da Votorantim Cimentos pretende preservar a liquidez da Companhia, diversificação de fontes de financiamento, acesso sem restrições ao mercado de capitais a custos competitivos e geração de valor aos acionistas. Os instrumentos financeiros que podem ser contratados para proteção financeira e gestão de riscos são: *swaps* convencionais, opções de compra (*calls*), opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros (de moedas, taxas de juros ou commodities) e contratos a termo conhecidos como NDF – *Non-Deliverable Forward* (de moedas, taxas de juros ou commodities). As estratégias que contemplam compras e vendas de opções simultaneamente somente serão autorizadas quando não resultam em posição líquida vendida em volatilidade do ativo *underlying*. A Companhia não contrata instrumentos financeiros para fins especulativos, bem como não são permitidas transações que possam ser caracterizadas como avançagem (ou seja, que a exposição ao fator de risco via derivativo seja maior do que o objeto hedgeado) e quaisquer outros instrumentos requerem aprovação do Conselho de Administração. **7.3. Risco de mercado: 7.3.1. Risco cambial:** Entende-se por risco cambial a exposição da Companhia às oscilações de moedas relevantes que compõem suas relações comerciais, operacionais e financeiras, e que consequentemente impactam seus fluxos de caixa ou resultados. Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	Nota	2021	2020
Ativos em moeda estrangeira			
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)	89.422	385.334
Contas a receber de clientes	11 (b)	451	
		<u>89.873</u>	<u>385.334</u>
Passivos em moeda estrangeira			
Empréstimos e financiamentos (i)	20 (b)	279.132	627.856
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)	53.780	277.623
Fornecedores		64.784	7.015
		<u>397.696</u>	<u>912.494</u>
Exposição líquida		<u>(307.823)</u>	<u>(527.160)</u>

(i) Custos de captação não estão considerados neste montante. **7.3.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros:** O risco de taxa de juros é oriundo das oscilações de cada um dos principais indexadores de taxas de juros provenientes de transações de empréstimos e financiamentos, e de aplicações financeiras, as quais podem impactar os pagamentos e recebimentos da Companhia. Os empréstimos e financiamentos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. **7.3.3. Instrumentos financeiros derivativos: (a) Práticas contábeis:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado, na rubrica "Resultado dos instrumentos financeiros derivativos". Todas as operações de instrumentos financeiros derivativos foram realizadas em mercados de balcão. **Programa de proteção de taxa de juros em USD** – instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de adequar a exposição à LIBOR (gerada por dívidas em USD indexadas em taxas flutuantes em LIBOR) aos parâmetros estabelecidos em política. A proteção é realizada por meio de *swaps*.

	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
		2021	2020	2021	2020	2021	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>							
Empréstimos e financiamentos (i)		38.661	41.318	386.367	364.429	106.786	937.561
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)	45.180	36.381	55.466	15.159	250	152.436
Arrendamento		9.222	3.806				13.028
Risco sacado a pagar	21	84.184					84.184
Fornecedores		353.632					353.632
Dividendos a pagar	14 (b)	34.409					34.409
Partes relacionadas	14 (b)		6.600				6.600
Concessão		50.344	54.293	183.810	390.145	1.414.615	2.093.207
Plano de pensão		4.361	4.297	12.572	18.896		40.126
		<u>619.993</u>	<u>146.695</u>	<u>638.215</u>	<u>788.629</u>	<u>1.521.651</u>	<u>3.715.183</u>

	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
		2021	2020	2021	2020	2021	
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>							
Empréstimos e financiamentos (i)		34.252	38.297	1.186.259	268.743		1.527.551
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)	15.151	33.825	89.082	139.566		277.624
Arrendamento		9.358	9.125	4.057			22.540
Risco sacado a pagar	21	106.658					106.658
Fornecedores		267.050					267.050
Dividendos a pagar	14 (b)	83.356					83.356
Partes relacionadas	14 (b)		9.783				9.783
Concessão		41.034	46.092	156.045	331.212	589.695	1.164.078
Plano de pensão		4.473	4.468	13.359	21.163		43.463
		<u>561.332</u>	<u>141.590</u>	<u>1.448.802</u>	<u>760.684</u>	<u>589.695</u>	<u>3.502.103</u>

(i) Não considera ajuste a valor justo das operações contratadas nos termos da Lei nº 4.131/1962. A tabela acima mostra o principal e o juros em aberto, se aplicável, nas datas de vencimento. No caso dos passivos de taxa fixa, a despesa de juros foi calculada considerando a taxa estabelecida em cada contrato de dívida. A despesa de juros sobre passivos de taxa fluante foi calculada com base em uma previsão de mercado para cada período.

continua ...

... continuação

**7.6. Demonstrativo da análise de sensibilidade:** Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos empréstimos e financiamentos são a exposição à flutuação do dólar das taxas de juros CDI, LIBOR e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia. Os números abaixo são apresentados de acordo com sua relevância. Os cenários em 31 de dezembro de 2021 estão descritos abaixo: **Cenário I** – considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2021, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2022. **Cenário II** – considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021. **Cenário III** – considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021.

Fatores de risco	Impactos no resultado									
	Cenário I			Cenários II & III						
	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Empréstimos e financiamentos	Principal de instrumentos financeiros	Choque nas curvas de 31/12/2021	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	
Câmbio										
USD		279.132	50.000	USD	-1,44%	(21)	(800)	(1.599)	800	1.599
Taxas de juros										
BRL – CDI	95.743		672.558	BRL	191 bps	18.367	67.976	153.120 (54.669)	(98.937)	
BRL – IPCA		435.281	393.533	BRL	-456 bps	19.849 (19.035)	(35.402)	21.948	47.074	
USD LIBOR		279.132	50.000	USD	2 bps	1.383 (2.887)	(5.774)	2.887	5.774	
Cupom dólar			50.000	USD	17 bps	27.185 (70.583)	(141.165)	70.583	141.165	

**8. Instrumentos financeiros por categoria:** (a) **Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual foram adquiridos e determina a classificação destes no seu reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias: (i) **Instrumentos financeiros ao custo amortizado:** Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado. (ii) **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. (iii) **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Todos os instrumentos financeiros que não se enquadram nas definições acima são classificados nesta categoria. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio do resultado. (b) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. (c) **Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. A exceção do *impairment* do contas a receber (Nota 11), o *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos	Nota	2021	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	11 (b)	118.767	118.767
Partes relacionadas	14 (b)	5.232	5.232
		<u>123.999</u>	<u>123.999</u>
Caixa e equivalentes de caixa (i)	9 (b)		62.433
Aplicações financeiras	10 (b)		34.202
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)		180.665
			<u>277.300</u>
<b>Passivos</b>			
Empréstimos e financiamentos	20 (b)	442.357	442.357
Risco sacado a pagar	21	84.184	84.184
Arrendamento	19 (c)	12.385	12.385
Fornecedores		353.632	353.632
Partes relacionadas	14 (b)	6.600	6.600
Concessão	24 (b)	712.204	712.204
Salários e encargos sociais		38.876	38.876
		<u>1.650.238</u>	<u>1.650.238</u>
Empréstimos e financiamentos	20 (b)		279.132
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)		152.436
			<u>431.568</u>
			<u>431.568</u>

Ativos	Nota	2020	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	11 (b)	105.940	105.940
Partes relacionadas	14 (b)	760.945	760.945
		<u>866.885</u>	<u>866.885</u>
Caixa e equivalentes de caixa (i)	9 (b)		14.805
Aplicações financeiras	10 (b)		32.676
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)		385.335
			<u>432.816</u>
<b>Passivos</b>			
Empréstimos e financiamentos	20 (b)	690.164	690.164
Risco sacado a pagar	21	106.658	106.658
Arrendamento	19 (c)	20.756	20.756
Fornecedores		267.050	267.050
Partes relacionadas	14 (b)	9.783	9.783
Concessão	24 (b)	625.162	625.162
Salários e encargos sociais		36.611	36.611
		<u>1.756.184</u>	<u>1.756.184</u>
Empréstimos e financiamentos	20 (b)		627.856
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)		277.623
			<u>905.479</u>
			<u>905.479</u>

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa. (e) **Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização.

Ativos	Nota	Valor justo medido com base em		
		Técnica de valoração suportada por preços observáveis		Valor justo
		Preços cotados em mercado ativo	Nível 2	
Caixa e equivalentes de caixa	9 (b)	39.070	23.363	62.433
Aplicações financeiras	10 (b)	20.159	14.043	34.202
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)		180.665	180.665
		<u>59.229</u>	<u>218.071</u>	<u>277.300</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos	20 (b)		698.880	698.880
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)		152.436	152.436
			<u>851.316</u>	<u>851.316</u>

Ativos	Nota	Valor justo medido com base em		
		Técnica de valoração suportada por preços observáveis		Valor justo
		Preços cotados em mercado ativo	Nível 2	
Caixa e equivalentes de caixa	9 (b)	4.105	10.700	14.805
Aplicações financeiras	10 (b)	23.372	9.304	32.676
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)		378.177	378.177
		<u>27.477</u>	<u>398.181</u>	<u>425.658</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos	20 (b)		1.509.525	1.509.525
Instrumentos financeiros derivativos			277.624	277.624
			<u>1.787.149</u>	<u>1.787.149</u>

Os demais instrumentos financeiros apresentados na Nota 8 (d) e não incluídos acima, são avaliados ao custo amortizado, e a Companhia entende que o valor contábil se aproxima de seu valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é determinado por preços observáveis (Nível 2) em transações não forçadas entre participantes do mercado ou em condições equivalentes a estas, no caso de transações entre partes relacionadas.

**9. Caixa e equivalentes de caixa – (a) Práticas contábeis:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. (b) **Composição**

	2021	2020
Moeda nacional	892	333
Caixa e bancos	23.363	
Certificados de Depósito Bancário – CDBs		10.700
Operações compromissadas – Títulos privados	38.178	3.772
Operações compromissadas – Títulos públicos	<u>62.433</u>	<u>14.805</u>

O caixa e os equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações overnight) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa é equivalente a 100,28% a.a. do CDI.

**10. Aplicações financeiras – (a) Práticas contábeis:** As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata e, portanto, são classificadas no ativo circulante. Não obstante, são classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e/ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos. (b) **Composição:** As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

	2021	2020
Valor justo por meio do resultado		
Moeda nacional		
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	14.043	9.304
Letras Financeiras do Tesouro – LFTs		1.217
Quotas de fundos de investimento	20.159	22.155
	<u>34.202</u>	<u>32.676</u>

As carteiras dos fundos de investimento são compostas por aplicações financeiras em operações compromissadas em títulos privados, operações compromissadas em títulos públicos e Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). A rentabilidade média para os montantes alocados em aplicações financeiras é equivalente a 100,06% a.a. do CDI.

**11. Contas a receber de clientes – (a) Práticas contábeis:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de contas a receber. A Companhia aplicou a abordagem simplificada do CPC 48/IFRS 9 "Instrumentos financeiros" para calcular as perdas de crédito estimadas. A partir do perfil de pagamento dos clientes, a Companhia os classifica com base em seu risco. Para cada classe de risco, uma matriz de provisão foi desenvolvida considerando o histórico de contas não recebidas e outros dados prospectivos relevantes. A matriz desenvolvida possui diferentes taxas de perda para diferentes intervalos de tempo do contas a receber e é aplicada em todo o saldo de contas a receber, incluindo o saldo de contas a receber não vencido.

(b) **Composição**

	Nota	2021	2020
Clientes nacionais		111.841	113.629
Clientes estrangeiros		451	
Partes relacionadas	14 (b)	19.009	13.303
		131.301	126.932
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		<u>(12.534)</u>	<u>(20.992)</u>
		<u>118.767</u>	<u>105.940</u>

(c) **Movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa**

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(20.992)	(9.628)
Adições	(5.491)	(9.391)
Reversões	2.803	1.838
Contas a receber de clientes baixados durante o exercício como incobráveis	11.146	12
Efeito de controlada incorporada – Nota A3.1		(3.823)
Saldo no final do exercício	<u>(12.534)</u>	<u>(20.992)</u>

(d) **Vencimento:** Os saldos abaixo por vencimento não consideram a provisão de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

	2021	2020
A vencer	110.476	103.319
Vencidos até 3 meses	6.855	5.909
Vencidos entre 3 e 6 meses	6.274	2.016
Vencidos há mais de 6 meses	7.696	15.688
	<u>131.301</u>	<u>126.932</u>

**12. Estoques – (a) Práticas contábeis:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos de produção. O valor realizável líquido dos estoques é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas para efetivação da venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. A Companhia realiza o inventário físico cíclico durante o ano das mercadorias constantes em seu estoque, e os ajustes de inventário são registrados na rubrica "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados". Uma provisão para perda de estoques obsoletos é reconhecida com base principalmente no histórico de baixa movimentação dos itens (*slow moving*). As adições e reversões da provisão são reconhecidas na rubrica de "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados" no resultado do exercício. Perdas efetivas e a subsequente recuperação de itens baixados por perda efetiva são registrados na mesma rubrica.

(b) **Composição**

	2021	2020
Produtos acabados	22.328	19.639
Produtos semi acabados	154.164	108.009
Matérias-primas	23.652	23.313
Combustíveis	86.074	37.701
Materiais auxiliares e de consumo	81.514	64.925
Importações em andamento	83.724	33.572
Outros	31.474	32.843
Estimativa de perdas (i)	<u>(21.952)</u>	<u>(21.583)</u>
	<u>460.978</u>	<u>298.419</u>

(i) A estimativa de perdas em estoque refere-se substancialmente aos materiais obsoletos e de baixo giro.

(c) **Movimentação da estimativa de perdas de estoques**

	Produtos acabados	Produtos semi acabados	Matérias-primas e combustíveis	Materiais auxiliares	Materiais de manutenção e outros	Total
Saldo no início do exercício	(123)	(526)	(36)	(1.648)	(19.250)	(21.583)
Adições	(1.564)	(68)	(86)	(1.281)	(5.962)	(8.961)
Reversões	1.383	54	6	703	3.109	5.255
Baixas				47	3.290	3.337
Saldo no final do exercício	<u>(304)</u>	<u>(540)</u>	<u>(116)</u>	<u>(2.179)</u>	<u>(18.813)</u>	<u>(21.952)</u>

	Produtos acabados	Produtos semi acabados	Matérias-primas e combustíveis	Materiais auxiliares	Materiais de manutenção e outros	Total
Saldo no início do exercício						
Adições						
Reversões						
Efeito de controlada incorporada – Nota A3.1						
Saldo no final do exercício						

**13. Tributos a recuperar – (a) Práticas contábeis:** Os tributos a recuperar são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e a recuperabilidade dos saldos é revisada anualmente pela Companhia.

(b) **Composição**

	2021	2020
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (i)	220.135	258.394
Programa de Integração Social – PIS (i)	42.633	54.416
ICMS sobre ativo imobilizado (ii)	6.547	8.613
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (iii)	30.099	36.887
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	6.021	6.731
Outros	4.567	4.013
	<u>310.002</u>	<u>369.054</u>
Circulante	249.150	100.682
Não circulante	<u>60.852</u>	<u>268.372</u>
	<u>310.002</u>	<u>369.054</u>

(i) Os saldos referem-se principalmente a créditos tributários relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. (ii) Os saldos referem-se a ICMS sobre aquisição de imobilizado (CIAP), que serão apropriados em curto e médio prazo, conforme a legislação vigente. (iii) Os saldos referem-se a créditos de ICMS diversos oriundos da operação e, historicamente os valores são compensados pela própria operação em curto e médio prazo.

**14. Partes relacionadas – (a) Práticas contábeis:** As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se o preço e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (controladas, coligadas e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, empréstimos, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços.

(b) **Saldos patrimoniais**

	Contas a receber de clientes		Outros ativos		Fornecedores		Arrendamento		Dividendos a pagar		Outros passivos	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Sociedade controladora</b>												
Votorantim S.A. (v)			3.319	3.319	149	1.013	1.067	1.727				
Votorantim Cimentos S.A. (i) (vi)	2.071	5.202	10.800	753.077	18.798	40.845			34.282	83.356	6.600	6.600
<b>Sociedades controladas e coligadas</b>												
Calmit Mineração e Participações Ltda. (vii)				4.547								3.133
Mov C Transportes Ltda.				1.913	1	4.005	1.663					
Supermix Concreto S.A. (ii)	4.574	4.851			6	464						
Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (iii)							16.304	4.980				
Votorantim Cement Trading S.L. (iv)	12.073	3.117					62.673	4.315				
Outros	291	132		1	161	149						50
	<u>19.009</u>											

... continuação

**(c) Resultado**

	Vendas		Compras		Receita financeira	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Sociedades controladoras</b>						
Votorantim S.A. (v)			9.241	9.637		
Votorantim Cimentos S.A. (i) (vi)	12.728	5.079	110.767	106.093	12.704	5.714
<b>Sociedades controladas e coligadas</b>						
Supermix Concreto S.A. (ii)	55.361	44.072				
Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (iii)	31.390	19.986	59.896	36.661		
Votorantim Cement Trading S.L. (iv)	11.777	9.393	298.822	111.837		
Outros	48	19	48	19		(19)
	<u>111.304</u>	<u>78.549</u>	<u>478.774</u>	<u>264.247</u>	<u>12.704</u>	<u>5.695</u>

As principais transações com partes relacionadas foram feitas nas seguintes condições: (i) No segundo semestre de 2020, a Companhia celebrou contratos de mútuo com a controladora VCSA que totalizam o montante de R\$ 748.766, com vencimento para 12 meses da data da contratação e com taxa de 111,00% do CDI, os quais foram liquidados ao longo do exercício de 2021. (ii) As operações de vendas com a Supermix Concreto S.A. referem-se a vendas de cimento e agregados, cujos preços são praticados de acordo com tabela de preços e prazos estabelecidos entre as partes. (iii) Operações de compra de energia da Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda., cujos preços são praticados de acordo com tabela de preços e prazos estabelecidos entre as partes. (iv) As operações de compra com a Votorantim Cement Trading S.L. referem-se a compra de combustível, principalmente coque, que estão sujeitas às variações de taxa de câmbio e dos indicadores específicos de preço. (v) Atividades compartilhadas pelo Centro de Excelência da VSA, relacionados às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos, assistência técnica e tecnologia da informação. Essas atividades beneficiam todas as empresas do Grupo Votorantim e são reembolsadas à VSA com base na proporção do custo das atividades efetivamente prestados à Companhia. (vi) As operações de compra com a VCSA referem-se a compra de cimento e agregados, cujos preços são praticados de acordo com tabela de preços e prazos estabelecidos entre as partes. (vii) Em dezembro de 2021, a Companhia realizou a incorporação da parcela cindida da Calmit. **15. Depósitos judiciais – (a) Práticas contábeis:** A Companhia é parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e, quando possuem provisão correspondente, são apresentados de forma líquida em "Provisões" no passivo (Nota 23 (b)). Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante. **(b) Composição**

	2021			2020		
	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no ativo com provisão	Total de depósitos judiciais	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no ativo com provisão	Total de depósitos judiciais
Tributárias	86.837	9.317	96.154	73.636	10.711	84.347
Cíveis	62	44	106	60	44	104
Trabalhistas		12.661	12.661		12.769	12.769
Ambientais	27		27			
	<u>86.926</u>	<u>22.022</u>	<u>108.948</u>	<u>73.696</u>	<u>23.524</u>	<u>97.220</u>

**16. Investimentos – (a) Práticas contábeis**  
Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. Tais investimentos são reconhecidos a partir da data que a Companhia obtiver controle inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle deixar de existir. Quando a Companhia deixa de ter controle sobre controladas, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança do valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", são reclassificados no resultado. **(b) Composição**

	Informações em 31 de dezembro de 2021		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo		
	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido do exercício	Percentual de participação votante e total (%)	2021	2020	2021	2020

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Controladas							
Cimento Vencemos do Amazonas Ltda. (i)			100,00		5.709		
Calmit Mineração e Participações Ltda. (ii)	9.440	(3.742)	100,00	(3.742)	(1.198)	9.440	18.849
Fazenda São Miguel Ltda.	33.332	(236)	100,00	(236)	(97)	33.332	34.481
Pedreira Pedra Negra Ltda.	19.509	(9.326)	100,00	(9.326)	(13.146)	19.509	9.335
Outros						1.731	1.423
				<u>(13.304)</u>	<u>(8.732)</u>	<u>64.012</u>	<u>64.088</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, na qualidade de acionista da controlada Calmit, aprovou a incorporação da parcela cindida da sua subsidiária Calmit Mineração e Participação Ltda. ("Calmit"). (ii) Em 30 de novembro 2020, a Companhia incorporou sua controlada Cimento Vencemos do Amazonas Ltda., conforme Nota A3.1 das últimas demonstrações financeiras anuais. **(c) Informações sobre as empresas investidas:** Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras das controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	2021					
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial						
Controladas						
Calmit Mineração e Participação Ltda.	100,00	1.634	17.607		9.801	9.440
Fazenda São Miguel Ltda.	100,00	8.250	29.110	1.401	2.627	33.332
Pedreira Pedra Negra Ltda.	100,00	5.528	20.344	764	5.599	19.509

	2020					
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial						
Controladas						
Calmit Mineração e Participação Ltda.	100,00	2.205	29.741	10	13.087	18.849
Fazenda São Miguel Ltda.	100,00	11.745	29.355	1.181	2.853	37.066
Pedreira Pedra Negra Ltda.	100,00	5.579	9.496	767	4.973	9.335

	2021							
	Receita líquida	Custo dos produtos vendidos e serviços prestados (prejuízo)	Lucro bruto	Receitas operacionais (despesas)	Resultado de participação societárias	Receitas financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Prejuízo do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
Calmit Mineração e Participação Ltda.				(671)	17	(2.239)	(849)	(3.742)
Fazenda São Miguel Ltda.	7.834	(5.591)	2.243	(2.669)		192		(234)
Pedreira Pedra Negra Ltda.				579	(10.268)	363		(9.326)

	2020							
	Receita líquida	Custo dos produtos vendidos e serviços prestados (prejuízo)	Lucro bruto	Receitas operacionais (despesas)	Resultado de operações societárias	Receitas financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Prejuízo do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
Calmit Mineração e Participação Ltda.				(2.150)	684	(702)	970	(1.198)
Fazenda São Miguel Ltda.	4.415	(6.015)	(1.600)	314		1.182		(104)
Pedreira Pedra Negra Ltda.				(4.895)	(9.754)	1.503		(13.146)

	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício			64.088	201.636
Equivalência patrimonial			(13.304)	(8.732)
Dividendos deliberados (i)				(11.397)
Incorporação da Cimento Vencemos do Amazonas (Nota 16 (b) (i))				(55.401)
Baixa do ágio da Cimento Vencemos do Amazonas (Nota 16 (b) (i))				(63.633)
Aumento de capital – Pedreira Pedra Negra Ltda.			19.500	1.615
Redução de capital – Calmit Mineração e Participações Ltda.			(5.626)	
Redução de capital – Fazenda São Miguel Ltda.			(3.234)	
Ganho na compra e venda de ações – Fazenda São Miguel			2.329	
Outros			259	
Saldo no final do exercício			<u>64.012</u>	<u>64.088</u>

(i) Em 25 de setembro de 2020, a Administração da então controlada incorporada Vencemos, aprovou distribuições de lucros à Companhia, relativos a exercícios anteriores, que totalizam o montante de R\$ 11.397.

**17. Imobilizado – (a) Práticas contábeis:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado. Com exceção dos terrenos que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustado, caso necessário. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável,

quando o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia adota para *impairment* de ativos não financeiros (Nota 6.2). Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" no resultado conforme Nota 30.

**(b) Composição e movimentação**

	Terras, terrenos e benfeitorias		Edifícios e construções		Máquinas, equipamentos e instalações		Veículos		Móveis e utensílios		Obras em andamento		Benfeitorias em propriedade de terceiros		Total
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Saldo no início do exercício															
Custo	204.621	683.915	2.883.338	30.382	10.975	327.238	11.078	4.151.547							
Depreciação acumulada	(18.175)	(206.595)	(1.276.619)	(23.401)	(7.355)		(4.161)	(1.536.306)							
Saldo líquido	<u>186.446</u>	<u>477.320</u>	<u>1.606.719</u>	<u>6.981</u>	<u>3.620</u>	<u>327.238</u>	<u>6.917</u>	<u>2.615.241</u>							
Adições			311			167.915		168.226							
Baixas	(3.171)	(16)	(8.099)		(98)			(11.384)							
Depreciação	(1.713)	(14.182)	(126.356)	(2.620)	(825)		(420)	(146.116)							
Reclassificação de ativos mantidos para venda	3.172							3.172							
Efeito de coligada incorporada (Nota 16 (b))	6.731							6.731							
Transferências (i)	17.197	45.099	258.641	(47)	309	(321.505)	(24)	(330)							
Saldo no final do exercício	<u>208.662</u>	<u>508.221</u>	<u>1.731.216</u>	<u>4.314</u>	<u>3.006</u>	<u>173.648</u>	<u>6.473</u>	<u>2.635.540</u>							
Custo	228.549	729.601	3.130.788	29.814	11.163	173.648	11.054	4.314.617							
Depreciação acumulada	(19.887)	(221.380)	(1.399.572)	(25.500)	(8.157)		(4.581)	(1.679.077)							
Saldo líquido no final do exercício	<u>208.662</u>	<u>508.221</u>	<u>1.731.216</u>	<u>4.314</u>	<u>3.006</u>	<u>173.648</u>	<u>6.473</u>	<u>2.635.540</u>							

	Terras, terrenos e benfeitorias		Edifícios e construções		Máquinas, equipamentos e instalações		Veículos		Móveis e utensílios		Obras em andamento		Benfeitorias em propriedade de terceiros		Total
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Saldo no início do exercício															
Custo	198.795	661.115	2.822.967	29.734	11.044	220.411	10.782	3.954.848							
Depreciação acumulada	(16.185)	(188.110)	(1.204.127)	(20.130)	(6.818)		(3.747)	(1.439.117)							
Saldo líquido	<u>182.610</u>	<u>473.005</u>	<u>1.618.840</u>	<u>9.604</u>	<u>4.226</u>	<u>220.411</u>	<u>7.035</u>	<u>2.515.731</u>							
Adições	1.241					225.054		226.295							
Baixas	(4)		(9.363)		(1)			(9.368)							
Depreciação	(1.631)	(13.919)	(116.926)	(3.492)	(809)		(413)	(137.190)							
Reclassificação de ativos mantidos para venda	(3.172)							(3.172)							
Efeito da incorporação de controlada	5.798	11.246	3.756	335	8	911		22.054							
Reversão da perda do valor recuperável – impairment			1.200					1.200							
Transferências (i)	1.604	6.988	109.212	534	196	(119.138)	295	(309)							
Saldo no final do exercício	<u>186.446</u>	<u>477.320</u>	<u>1.606.719</u>	<u>6.981</u>	<u>3.620</u>	<u>327.238</u>	<u>6.917</u>	<u>2.615.241</u>							
Custo	204.621	683.915	2.883.338	30.382	10.975	327.238	11.078	4.151.547							
Depreciação acumulada	(18.175)	(206.595)	(1.276.619)	(23.401)	(7.355)		(4.161)	(1.536.306)							
Saldo líquido no final do exercício	<u>186.446</u>	<u>477.320</u>	<u>1.606.719</u>	<u>6.981</u>	<u>3.620</u>	<u>327.238</u>	<u>6.917</u>	<u>2.615.241</u>							

Taxas médias anuais de depreciação – %  
1 2 5 20 10 2  
(i) Transferências realizadas oriundas da reclassificação de "Obras em andamento" para outras classes do imobilizado, bem como "Softwares" e "Direitos de exploração sobre recursos naturais" do intangível. **(c) Obras em andamento** – O saldo é composto, principalmente, de projetos de expansão e otimização das empresas industriais.

	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Sustaining (ii)	64.286	38.937		
Moagem de cimento em Pecém-CE (i)	1.695	181.840		
Nova unidade em Sobral-CE	69.513	72.249		
Coprocessamento (iii)	11.337	9.292		
Meio ambiente e segurança	7.692	3.859		
Modernização industrial (iv)	8.896	2.653		
Geologia e direitos minerários	5.953	3.897		
Expansão	2.470	1.853		
Hardwares e softwares	716	427		
Outros projetos	1.090	12.231		
	<u>173.648</u>	<u>327.238</u>		

(i) Uma nova unidade de moagem de cimento em Pecém-CE iniciou a fase de pré-operação em julho de 2021, com capacidade adicional de 800 mil toneladas de produção, totalizando 1 milhão de toneladas de cimento por ano. A planta conta com equipamentos de última geração, que priorizam eficiência energética, segurança e automação industrial. A diminuição do saldo deste projeto deve-se a reclassificação parcial dos ativos prontos para uso para as classes de imobilizados correspondentes à sua natureza. (ii) Investimentos em *sustaining* realizados para aquisição ou reposição de máquinas e equipamentos industriais ligados à operação das fábricas e minas, com a finalidade de garantir a continuidade dos parques com aplicação de mesma ou novas tecnologias. (iii) Investimento em coprocessamento, tecnologia que consiste na utilização de resíduos industriais e pneus inservíveis como substitutos de combustíveis e/ou matérias primas não renováveis utilizadas em fábricas de cimento devidamente licenciadas para este fim. Ao mesmo tempo, é uma forma de destinação final de resíduos, eliminando diversos passivos ambientais. (iv) Investimentos em modernização industrial, tem como principal finalidade a geração de benefício financeiro através da aplicação de novas tecnologias ou otimização de equipamentos e processos que culminam na redução de custos e/ou alavancagem de receitas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os encargos sobre empréstimos e financiamentos capitalizados nas obras em andamento totalizaram R\$ 5.627 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 2.582). A taxa de capitalização utilizada foi de 5,79% a.a. (31 de dezembro de 2020 – 3,17% a.a.).

**18. Intangível – (a) Práticas contábeis:** (i) **Ágio:** Os ágios por expectativa de rentabilidade futura decorrentes de aquisições de controladas, são reconhecidos na data de aquisição e mensurados pelo montante que exceder a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, para a qual geralmente se exige o valor justo na data da aquisição; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida; (iii) no caso de combinação de negócios realizada em estágios, o valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; e (iv) o valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. O ágio de controladas é registrado como "Investimento". O ágio de entidades incorporadas e unidade adquiridas pela Companhia que atenderam a definição de combinação de negócios, mesmo não sendo uma entidade investida, são registrados no "Intangível". A recuperabilidade do ativo é testada anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não podem ser revertidas. O ágio é aloc

... continuação										
Votorantim Cimentos N/NE S.A.										
2020										
	Direitos de Concessão e exploração sobre recursos naturais		Concessão e repactuação do risco hidrológico		Ágios (i) ARO (i) Softwares		Contratos e relação com clientes e acordos		Outros	Total
	naturais	hidrológico	Ágios (i)	ARO (i)	Softwares	e acordos	Outros	Total		
Custo	192.823	198.546	33.772	8.477	17.960	13.008	464.586			
Amortização e exaustão acumulada	(42.893)	(92.926)	(3.911)	(4.352)	(561)	(144.643)				
Saldo líquido	149.930	105.620	29.861	4.125	17.399	13.008	319.943			
Adições			552	640	416		1.608			
Baixas					(415)		(415)			
Amortização e exaustão	(6.830)	(6.093)	(1.009)	(1.105)	(1.095)		(16.132)			
Provisão da perda do valor recuperável – impairment – Nota B3.2	(1.000)						(1.000)			
Efeito de controla incorporada – Nota A3.1			63.633				63.633			
Revisão de provisão por mudança de estimativa				2.443			2.443			
Atualização da taxa de juros				1.470			1.470			
Transferências (ii)	9.477			1.479	1.737		12.693			
Saldo no final do exercício	151.577	99.527	64.185	33.405	4.500	13.008	384.243			
Custo	201.300	198.546	64.185	38.325	9.957	13.008	545.018			
Amortização e exaustão acumulada	(49.723)	(99.019)	(4.920)	(5.457)	(1.656)		(160.775)			
	151.577	99.527	64.185	33.405	4.500	13.008	384.243			
Taxas médias anuais de amortização e exaustão – %	2	3	3	20	3					
(i) <b>Asset Retirement Obligation</b> (obrigação com descomissionamento de ativos); (ii) Transferências realizadas de imobilizado oriundo da reclassificação de "Obras em andamento" para "Softwares" e "Direitos de exploração sobre recursos naturais"; (iii) Em decorrência da aplicação da Lei nº 14.052/2020, a Companhia reconheceu um acréscimo ao valor bruto de R\$ 57.625 referente à renegociação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, por meio da extensão do prazo do direito de concessão da Usina Pedra do Cavalo em sete anos. <b>(c) Ágios por expectativa de rentabilidade futura:</b> Abaixo demonstramos a composição dos ágios, os quais são suportados pela expectativa de rentabilidade futura.										
	2021		2020							
Cimentos Vencemos do Amazonas Ltda.	63.633		63.633							
Fábrica de Argamassas em Belém-PA	552		552							
	64.185		64.185							
<b>19. Direito de uso sobre contratos de arrendamento – (a) Práticas contábeis:</b> A Companhia mantém controles para a identificação de contratos de arrendamento que permitam a avaliação da aplicabilidade da norma de arrendamentos mercantis para cada contrato firmado. Conforme permitido pela norma, são desconsiderados do escopo: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) contratos com valores inferiores a USD 5 mil (R\$ 28). Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também são desconsiderados: (i) a parcela variável de pagamentos; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Companhia não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Companhia não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo. Para os arrendamentos considerados como fora de escopo, a contabilização ocorre mensalmente na competência da utilização do direito de uso do ativo arrendado, diretamente no resultado. Para os contratos considerados como escopo da norma de arrendamentos, a Companhia realiza o registro, na competência da assinatura do contrato, de um passivo de arrendamento que reflete os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso. O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido ou como despesa operacional, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro. <b>(b) Composição e movimentação do ativo de direito de uso:</b>										
	2021		2020							
	Máquinas e equipamentos	Imóveis e salas comerciais	Veículos	Total						
Saldo no início do exercício										
Custo	25.639	9.169	2.493	37.301						
Amortização e exaustão acumulada	(10.732)	(5.632)	(1.152)	(17.516)						
Saldo líquido	14.907	3.537	1.341	19.785						
Adições		320		320						
Amortização	(5.997)	(2.133)	(522)	(8.652)						
Saldo no final do exercício	8.910	1.724	819	11.453						
Custo	25.639	9.489	2.493	37.621						
Amortização Acumulada	(16.729)	(7.765)	(1.674)	(26.168)						
Saldo líquido no final do exercício	8.910	1.724	819	11.453						
Taxa médias anuais de amortização – %	44	57	43							
	2021		2020							
	Máquinas e equipamentos	Imóveis e salas comerciais	Veículos	Total						
Saldo no início do exercício										
Custo	25.639	9.169	925	35.733						
Amortização e exaustão acumulada	(4.735)	(2.816)	(594)	(8.145)						
Saldo líquido	20.904	6.353	331	27.588						
Adições			1.568	1.568						
Amortização	(5.997)	(2.817)	(557)	(9.371)						
Saldo no final do exercício	14.907	3.536	1.342	19.785						
Custo	25.639	9.169	2.493	37.301						
Amortização e exaustão acumulada	(10.732)	(5.633)	(1.151)	(17.516)						
Saldo líquido no final do exercício	14.907	3.536	1.342	19.785						
Taxa médias anuais de amortização – %	28	38	31							
<b>(c) Composição e movimentação do passivo de arrendamento</b>										
	2021		2020							
Saldo no início do exercício	20.756		28.015							
Adições	320		1.568							
Liquidações			(9.837)							
Ajuste a valor presente	1.146		1.695							
Saldo no final do exercício	12.385		20.756							
Circulante	11.766		12.128							
Não circulante	619		8.628							
	12.385		20.756							
<b>20. Empréstimos e financiamentos – (a) Política contábil:</b> (i) <b>Mensuração ao custo amortizado:</b> Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se a taxa de juros efetiva. (ii) <b>Mensuração ao valor justo por meio do resultado:</b> Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962 possuem <i>swaps</i> (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em LIBOR e pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real. Os termos e as condições do empréstimo e derivativo configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em CDI e em BRL. A diferença da mensuração entre os dois instrumentos (empréstimo ao custo amortizado x derivativo ao valor justo), gera um descasamento contábil no resultado e para eliminar este descasamento contábil as contratações feitas até 2020, foram designadas na modalidade de <i>fair value hedge</i> , sendo o efeito desta designação a mensuração da dívida a valor justo por meio do resultado. O valor justo desses instrumentos financeiros leva em conta o risco de crédito da Companhia, o qual é calculado com base nas curvas de mercado, e a alteração no valor justo do passivo financeiro que é atribuível a alterações no risco de crédito é registrado no patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Caso a classificação do risco de crédito no patrimônio líquido crie ou aumente o descasamento contábil no resultado, a entidade deve apresentar todos os ganhos ou as perdas no resultado do exercício. O montante acumulado das alterações do risco de crédito permanece na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" até a liquidação do instrumento financeiro, quando são reclassificados para a rubrica de "Lucros acumulados", sem afetar o resultado do exercício. Para evitar oscilações no resultado em virtude das volatilidades pontuais do mercado e, consequentemente, do risco de crédito implícito, as contratações feitas a partir de 2021, não foram designadas como <i>fair value hedge</i> e, portanto os empréstimos são mensurados ao custo amortizado para mitigar oscilações pontuais no resultado, enquanto os <i>swaps</i> correspondentes por serem derivativos são mensurados ao valor justo contra resultado. (iii) <b>Método de cálculo:</b> Para as dívidas contratadas em taxa flutuante, o valor futuro é estimado pelo fluxo de caixa projetado pela taxa de juros de mercado da moeda em que a dívida é denominada, além de adicionar o <i>spread</i> definido em contrato. A exceção é um contrato pré-fixado, no qual o valor futuro é estimado pelo fluxo de caixa projetado pela taxa fixa definida no momento da contratação. O valor presente da dívida denominada em USD é mensurado por meio do desconto do fluxo de caixa pela curva do cupom cambial (a remuneração, em dólares estadunidense, dos reais investidos no Brasil), considerando o risco de crédito da Companhia com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. Em função do prazo e materialidade dessas dívidas, variações na taxa de mercado em que essas dívidas são denominadas e na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. O valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva dos <i>swaps</i> atrelados à essa dívida também é estimado pela taxa de mercado da moeda em que a ponta do <i>swap</i> é denominada. Assim como na dívida, o valor presente da ponta denominada em USD é mensurado por meio do desconto do fluxo de caixa pela curva de cupom cambial e, no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI divulgada pela B3, considerando tanto o risco de crédito da Companhia e da contraparte, a depender do ajuste estimado. (iv) <b>Custos de empréstimos:</b> Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, (um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos), são capitalizados como parte do custo do ativo, quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.										
	2021		2020							
	Circulante	Não circulante	Total	Valor justo						
Modalidade	Encargos anuais médios	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
<b>Moeda nacional</b>										
Debêntures	110,71% CDI	1.248		449.343		450.591		504.109		
Debêntures CRI	IPCA + 4,08%	1.862	(240)	347.023	183.120	348.885	182.880	324.844	307.069	
Agência de fomento	1,54% Pré BRL	8.747	734	69.223	34.208	77.970	34.942	79.711	47.255	
FINAME	5,74% Pré BRL	1.298	1.301	1.872	3.161	3.170	4.462	2.967	4.880	
Outros		5.109	6.808	7.223	10.481	12.332	17.289	12.226	18.356	
		17.016	9.851	425.341	680.313	442.357	690.164	419.748	881.669	
<b>Moeda estrangeira</b>										
Empréstimos – Lei nº 4.131/1962 (i)	LIBOR + 0,87%	702	823	278.430	627.033	279.132	627.856	279.132	627.856	
		702	823	278.430	627.033	279.132	627.856	279.132	627.856	
		17.718	10.674	703.771	1.307.346	721.489	1.318.020	698.880	1.509.525	
Juros sobre empréstimos e financiamentos		7.354	6.472							
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal)		10.364	4.202							
		17.718	10.674							
<b>CDI – Certificado de Depósito Interbancário. FINAME – Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais. IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo. LIBOR – London Interbank Offered Rate. BRL – Reais. USD – Dólar norte-americano. (i) Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962 possuem <i>swaps</i> (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em LIBOR e pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real, e resultaram no custo médio final ponderado de 111,00% a.a. do CDI. A política para contabilização desses instrumentos está descrita na Nota 7.3.3 (a) (ii). <b>(c) Perfil de vencimentos:</b> Os saldos apresentados abaixo não conciliam com os saldos apresentados na tabela anterior (Nota 20 (b)), considerando que não estão contemplados os custos de captação.</b>										
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	A partir de 2030	Total
<b>Moeda nacional</b>										
Debêntures CRI	2.755						69.035	69.035	69.035	147.444
Agência de fomento	8.747	9.437	9.437	9.437	9.446	9.433	9.427	9.452		3.155
FINAME	1.298	1.286	586							3.170
Outros	5.109	4.143	3.080							12.332
	17.909	14.866	13.103	9.437	9.446	78.468	78.462	78.487		150.599
% amortizado por ano	3,97%	3,30%	2,91%	2,09%	2,10%	17,41%	17,41%	17,41%		33,41%
100,00%										
<b>Moeda estrangeira</b>										
Empréstimos – Lei nº 4.131/1962	702			285.314						286.016
	702			285.314						286.016
% amortizado por ano	0,25%	0,00%	0,00%	99,75%	0,00%					100,00%
	18.611	14.866	13.103	294.751	9.446	78.468	78.462	78.487		150.599
	18.611	14.866	13.103	294.751	9.446	78.468	78.462	78.487		150.599
% amortizado por ano	0,00%	0,00%	1,78%	40,00%	1,28%	10,65%	10,65%	10,65%		20,44%
										100,00%
<b>(d) Movimentação</b>										
	2021		2020							
Saldo no início do exercício	1.318.020		1.154.829							
Captações	181.533		39.348							
Varição cambial	64.777		153.972							
Provisão de juros	27.445		31.106							
Juros pagos	(25.423)		(34.409)							
Apropriação dos custos de captações, líquida das adições	(2.862)		972							
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	17.921		(25.150)							
Ajuste a valor justo (Nota 31 (b))	4.092		2.944							
Liquidações	(864.014)		(5.592)							
Saldo no final do exercício	721.489		1.318.020							
(i) Novos empréstimos e amortizações: Por meio de captações e pagamentos antecipados de certas dívidas, a Companhia busca, de acordo com sua política financeira e estratégia de gestão de passivos, alongar o prazo médio dos vencimentos bem como equilibrar a exposição a diferentes moedas dos empréstimos e financiamentos a sua geração de caixa nessas moedas, além de preservar sua liquidez. As principais captações e amortizações executadas em 2021 foram as seguintes: (a) Debêntures: Em março de 2021, a Companhia amortizou a totalidade da sua 1ª emissão pública de debêntures com vencimento em 2023, no montante de R\$ 450.000. (b) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") Em fevereiro de 2021, por meio da RB Capital Companhia de Securitização, a Companhia e sua controladora VCSA emitiram seu segundo Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") no mercado de capitais brasileiro no montante de R\$ 136.000, com vencimento em 2033. A Companhia e a controladora VCSA contrataram instrumentos financeiros derivativos ( <i>swap</i> ) com o objetivo de trocar a taxa flutuante de IPCA + para a taxa flutuante de CDI +. (c) Empréstimos e amortizações nos termos da Lei nº 4.131/1962: Em outubro de 2021, a Companhia efetuou a amortização antecipada de um dos seus contratos de empréstimo, nos termos da Lei nº 4.131/1962, no montante de USD 75.000 (R\$ 408.825) com vencimento em 2024. Consequentemente, o <i>swap</i> associado a este empréstimo também foi liquidado. (d) Agência de fomento: Durante o exercício de 2021, a Companhia realizou uma série de desembolsos, no valor total de R\$ 45.367.910,15 relacionados com o contrato de empréstimo firmado com o Banco do Nordeste, em 18 de março de 2020. Os recursos estão sendo liberados de acordo com a comprovação de gastos do projeto de Pecém-CE e, até o momento, foram liberados o montante de R\$ 75.538 do total de R\$ 85.574 contratado.										
	2021		2020							
Real	17.016	9.851	425.341	680.314	442.357	690.165				
Dólar estadunidense	702	823	278.430	627.033	279.132	627.856				
	17.718	10.674								

... continuação

## Votorantim Cimentos N/NE S.A.

**(d) Efeito dos impostos e contribuições diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente**

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(163.163)	(149.710)
Efeito no resultado	24.488	(6.199)
Efeito em outros componentes do resultado abrangente – risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	5.856	(8.084)
Efeito em outros componentes do resultado abrangente benefícios de aposentadoria	82	95
Outros	(1)	735
Saldo no final do exercício	(132.739)	(163.163)

**23. Provisões e depósitos judiciais – (a) Práticas contábeis: (i) Provisões de ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental:** A Companhia é parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais. As provisões cíveis, ambientais e tributárias são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, as quais refletem as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. A provisão trabalhista é realizada principalmente com base no valor histórico médio de liquidação dos processos. A provisão trabalhista é realizada inicialmente com base no valor histórico médio de liquidação dos processos, sendo a média determinada separadamente por negócio e por: (i) processos próprios; e (ii) processos de terceiros em que a Companhia tem responsabilidade solidária e/ou subsidiária. Especificamente para processos de funcionários próprios com perda provável acima de R\$ 1.000, as provisões serão mensuradas conforme o valor de risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrarem na fase de execução, terão sua provisão atualizada para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), para funcionários próprios e/ou terceiros insolventes. **(ii) Obrigações com descomissionamento de ativos (Asset Retirement Obligation – “ARO”):** A mensuração das obrigações com descomissionamento de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente para as condições ambientais similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade, ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com as autoridades competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições anteriores ao projeto ou atividade. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com a autoridade competente, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado. As obrigações abrangem, principalmente, custos associados com o encerramento das atividades. Por serem obrigações de longo prazo são ajustadas a valor presente por uma taxa de desconto. O custo com descomissionamento de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. As políticas contábeis referentes a contrapartida ativa da obrigação com descomissionamento de ativos, estão divulgadas na Nota 18 (a). A taxa de juros utilizada para trazer as obrigações com descomissionamento de ativos a valor presente é estimada através da taxa livre de risco do mercado americano (*Treasury USA 30y Yield*) adicionando o risco país e diferencial de inflação. O passivo constituído é atualizado periodicamente tendo como base essas taxas de desconto, que são revisadas anualmente pela Companhia. O passivo constituído também é atualizado por meio de revisões anuais que incluem: • revisão da vida útil das minas conforme as reservas estimadas; • revisão da estimativa de recuperação de minas que tiveram atualização de planos de fechamento; • revisão da taxa de desconto. Mudanças na estimativa de fechamento são adicionadas ou deduzidas do ativo relacionado, até o limite do saldo residual do ativo, e amortizadas em uma base prospectiva ao longo da vida útil remanescente. O montante da mudança da estimativa que exceder o limite do saldo residual do ativo é reconhecido no resultado do exercício na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”.

**(b) Composição e movimentação**

	2021				
	ARO (i)	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais
Saldo no início do exercício	48.366	150.054	27.853	17.413	2.362
Adições		7.199	6.747	13.443	380
Reversões		(10.271)	(7.753)	(8.491)	(589)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		1.394		108	1.502
Liquidações com depósitos judiciais				(2.842)	(2.842)
Liquidações com efeito caixa	(440)	(11.327)	(7.121)	(3.891)	(31)
Atualização da taxa de juros	(4.191)				(4.191)
Ajuste a valor presente	2.882				2.882
Revisão de provisão por mudança da estimativa – resultado	(144)				(144)
Atualizações monetárias, líquidas de reversão		7.073	(819)	(718)	491
Saldo no final do exercício	46.473	144.122	18.907	15.022	2.613

	2020				
	ARO (i)	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais
Saldo no início do exercício	42.171	132.285	20.929	3.596	2.973
Adições	641	7.273	7.502	20.211	121
Reversões	(49)	(612)	(1.191)	(3.253)	(315)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		892	2.669	2.253	5.814
Efeito de controla incorporada		1.482		216	1.698
Liquidações com depósitos judiciais			(2.718)	(20)	(2.738)
Liquidações com efeito caixa	(288)	(12)	(2.055)	(4.933)	(7.288)
Atualização da taxa de juros	1.470				1.470
Ajuste a valor presente	2.633				2.633
Revisão de provisão por mudança da estimativa – ativo	2.443				2.443
Revisão de provisão por mudança da estimativa – resultado	(655)				(655)
Atualizações monetárias, líquidas de reversão		8.746	2.717	(657)	(417)
Saldo no final do exercício	48.366	150.054	27.853	17.413	2.362

(i) *Asset Retirement Obligation* (obrigação com descomissionamento de ativos). **(c) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e depósitos judiciais:** As provisões apresentadas no quadro abaixo, não contemplam os depósitos judiciais, os quais estão sendo apresentados na Nota 15 (b).

	2021	2020
Tributárias	153.439	160.765
Cíveis	18.951	27.898
Trabalhistas	27.683	30.181
Ambientais	2.614	2.362
	202.687	221.206
Depósitos judiciais classificados em passivos com provisão	(22.022)	(23.524)
	180.665	197.682

**(d) Comentários sobre as provisões com probabilidade de perda provável: (d.1) Provisões tributárias:** Essas provisões referem-se, principalmente, a processos administrativos ou judiciais que discutem a legalidade do recolhimento de tributos federais, estaduais e municipais. As principais ações tributárias consistem na cobrança de ICMS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. **(d.2) Provisões cíveis:** Essas provisões referem-se, principalmente, à discussão sobre processos cíveis de natureza administrativa e judicial. Referidas contingências são originárias de processos com distintas naturezas jurídicas, ressaltando-se ações de indenização por dano material e dano moral, ações de cobranças e execuções e pedidos administrativos. **(d.3) Provisões ambientais:** A Companhia está sujeita às leis e regulamentos e estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis. A Companhia conduz regularmente verificações para identificar riscos com objetivo de mitigá-los e fazer a devida gestão desses riscos. Ademais, as provisões ambientais da Companhia referem-se, principalmente, a processos administrativos ou judiciais que discutem a qualidade ambiental de determinadas operações. **(e) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis:** A Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

	2021	2020
Tributárias	1.112.328	1.305.204
Cíveis	218.043	432.495
Ambientais	20.573	18.685
	1.350.944	1.756.384

**(i) Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM:** A Companhia possui diversas autuações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM, dos períodos de 1991 a 2015. Em 31 de dezembro de 2021, o valor em controvérsia dessas ações totaliza o montante de R\$ 290.726. A Companhia entende que R\$ 70.571 é o montante de perda provável, o qual está devidamente provisionado, e R\$ 220.155 é o montante de perda possível. Atualmente, os processos se encontram em fase administrativa ou judicial. **(ii) Ação indenizatória com empresa de transportes do Nordeste:** Em setembro de 2015, os advogados de uma empresa de uma transportadora localizada no Nordeste do país ingressaram com ação indenizatória contra a Companhia buscando a anulação do acordo judicial com essa transportadora ou a compensação por danos no montante de R\$ 96.960. Em novembro de 2015, a Companhia apresentou sua defesa e, em abril de 2016, os autores apresentaram sua réplica. Em 2017, foi proferida sentença julgando o pedido dos advogados procedente e condenando a Companhia ao pagamento do valor pleiteado. A Companhia ingressou com embargos de declaração com pedido de efeito suspensivo junto ao TJMA e teve o pedido deferido. Em dezembro de 2020, os embargos de declaração foram rejeitados, e o recurso aos Tribunais Superiores foi apresentado. A ação foi encerrada em dezembro de 2021.

**24. Concessão – (a) Práticas contábeis:** O montante é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento). **(b) Composição:** A Companhia possui um contrato de concessão do setor de energia elétrica para a operação de uma planta hidroelétrica (Pedra do Cavalo) que permite que sejam autoprodutores. A planta é localizada no rio Paraguaçu, no estado da Bahia, e tem uma capacidade total instalada de 160 MW e uma garantia física de 60 MW. Esse contrato prevê pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM para concessões. O contrato apresenta prazo de duração até abril de 2044 (42 anos), e o valor da obrigação está demonstrado a seguir:

Usina	Participação	Data início da concessão	Data fim da concessão	2021		2020	
				Ativo intangível (Nota 18 (b))	Passivo	Ativo intangível (Nota 18 (b))	Passivo
Pedra do Cavalo	100%	mar/02	abr/44				
Circulante					50.344		41.034
Não circulante				150.572	661.860	99.527	584.128
				150.572	712.204	99.527	625.162

**25. Plano de pensão – (a) Práticas contábeis:** A Companhia participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. O passivo com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação ou direito de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo. Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em “Outros componentes do resultado abrangente”, e não serão reclassificadas para o resultado no exercício em que são

realizadas. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido. Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. A Companhia não tem mais obrigações de pagamento uma vez que as contribuições tiverem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **(b) Composição de planos de benefício definido:** A tabela a seguir demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira da Companhia. A Companhia realiza a compensação, para os planos de benefício definido, das obrigações de cada plano com seus respectivos ativos. Os saldos são apresentados líquidos no ativo, para os planos superavitários, e líquidos no passivo, para os planos deficitários.

	2021	2020
Direito registrado no balanço patrimonial		
Planos de pensão superavitários (i)	2.032	2.113
Ativo registrado no balanço patrimonial	2.032	2.113
Despesas reconhecidas no resultado do exercício (Nota 29 (b))		
Benefícios de saúde pós-emprego	114	113
	114	113

Remensurações (Nota 26 (a (vi)))

Benefícios de plano de pensão – valor bruto	(240)	(279)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	82	95
Benefícios de plano de pensão – valor líquido	(158)	(184)

(i) Os saldos de benefícios de plano de pensão estão registrados na rubrica de “Outros ativos” no grupo não circulante do balanço patrimonial. **(c) Plano de contribuição definida:** A Companhia patrocina planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,50% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6,00% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido da Companhia. **(d) Plano de benefício definido e benefícios pós-emprego (planos de pensão e saúde):** A Companhia possui planos de benefícios previdenciários definidos no Brasil. O custo dos benefícios por aposentadoria e outros benefícios desses planos, concedidos aos empregados elegíveis, é determinado através do método do benefício projetado “pró rata”, tomando como base a melhor estimativa da Administração para o retorno dos ativos do plano, reajuste de salários, tendências de custos e as taxas de mortalidade e idade média de aposentadoria dos empregados. Os montantes reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Valor presente de obrigações financiadas	(38.202)	(47.698)
Valor justo de ativos do plano	67.660	59.493
Superávit total de planos de benefícios previdenciários	29.458	11.795
Impacto do requerimento mínimo do fundo/máximo dos ativos	(27.426)	(9.682)
Ativo líquido do passivo	2.032	2.113

A movimentação da obrigação do benefício definido e do valor justo dos ativos do plano durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos/limite do ativo	Total
Em 1º de janeiro de 2021	(47.698)	59.493	11.795	(9.682)	2.113
Custo do serviço corrente	(33)		(33)		(33)
Despesa (receita) financeira	(3.128)	4.088	960	(813)	147
	(3.161)	4.088	927	(813)	114

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos/limite do ativo	Total
Remensurações					
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		7.307	7.307		7.307
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas demograficas	7.093		7.093		7.093
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	2.291		2.291		2.291
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como receita financeira				(16.931)	(16.931)
	9.384	7.307	16.691	(16.931)	(240)

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos/limite do ativo	Total
Contribuições					
Empregador	2	44	46		46
Pagamento de benefícios	3.271	(3.272)	(1)		(1)
Em 31 de dezembro de 2021	(38.202)	67.660	29.458	(27.426)	2.032

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos/limite do ativo	Total
Em 1º de janeiro de 2020	(43.718)	61.075	17.357	(15.126)	2.231
Custo do serviço corrente	(35)		(35)		(35)
Despesa (receita) financeira	(2.722)	3.859	1.137	(989)	148
	(2.757)	3.859	1.102	(989)	113

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos/limite do ativo	Total
Remensurações					
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		(1.618)	(1.618)		(1.618)
Ganhos decorrentes de mudanças nas premissas demograficas	(640)		(640)		(640)
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira	(4.454)		(4.454)	6.433	1.979
	(5.094)	(1.618)	(6.712)	6.433	(279)

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos/limite do ativo	Total
Contribuições					
Empregador		48	48		48
Em 31 de dezembro de 2020	(47.698)	59.493	11.795	(9.682)	2.113

	2021	2020
Ações	23.916	27.362
Instituições financeiras	43.448	31.769
Títulos públicos	296	362
Outros	67.660	59.493

As premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	2021	2020
Taxa de desconto	8,55%	6,88%
Taxa da inflação	3,25%	4,00%
Retorno esperado sobre os ativos do plano		
Aumentos salariais futuros	2,82%	2,77%
Aumentos de planos de pensão futuros	3,25%	4,00%

As premissas referentes a experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade baseiam-se na seguinte tábua de mortalidade pós-aposentadoria: • Brasil: AT-2000: A sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas, mantendo as outras premissas constantes, é:

	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,25%	Redução de 1,65%	Aumento de 1,70%
Expectativa de vida		Aumento de 1 na premissa	Redução de 1 na premissa
		Redução de 3,37%	Aumento de 3,39%

As análises de sensibilidade acima se baseiam em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas foi aplicado o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço), como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial. Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior.

**26. Patrimônio líquido – (a) Práticas contábeis: (i) Capital social:** É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido. **(ii) Reemissão de ações (ações em tesouraria)** Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são reemitidas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento do patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital. **(iii) Distribuição de dividendos:** É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Os titulares de ações preferenciais classe B de emissão da Companhia têm prioridade na distribuição de dividendo mínimo de 6% ao ano, calculado sobre o valor representativo dessas ações, não inferior ao mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social, de 25% do lucro líquido do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório após as deduções legais, somente é provisionado na data de aprovação, pelos acionistas, em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos. **(iv) Lucro (prejuízo) básico por ação:** É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. Para fins de cálculo do lucro (prejuízo) por ação, a Companhia considera tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, uma vez que ambas possuem os mesmos direitos com relação a dividendos e distribuição de lucros. A Companhia não possui instrumentos ou acordos que possam ter um efeito dilutivo no cálculo do lucro (prejuízo) por ação. **(v) Reserva legal e de retenção de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia. **(vi) Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia recebe, no Brasil, benefícios oriundos de programas estaduais de incentivo fiscal para promover o desenvolvimento industrial, conforme explicado abaixo: Os incentivos fiscais estão relacionados principalmente a: Benefícios de ICMS: A Companhia possui incentivos fiscais sobre o ICMS relativo a programas estaduais de desenvolvimento industrial que consistem no financiamento ou diferimento do pagamento dos tributos e na redução dos tributos devidos. O objetivo desses programas estaduais é promover, em longo prazo, o desenvolvimento das atividades industriais, a geração de empregos e fomentar o desenvolvimento econômico e social dos estados. Os prazos e termos da redução dos impostos são estabelecidos em cada programa. A redução do valor do ICMS devido é registrada no resultado do período de apuração do imposto ou quando a Companhia atende às condições estabelecidas pelos programas estaduais para receber o benefício. Os incentivos fiscais da Companhia vencem no período de 2021 a 2032. Os benefícios de ICMS totalizaram R\$ 112.482 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 115.889) registrado na rubrica de “Outras receitas operacionais,

continua ...

... continuação

líquidas" (Nota 30). Imposto de renda sobre o lucro das operações em determinadas regiões: A Companhia tem o benefício de redução parcial do imposto de renda devido, relacionado a algumas operações regionais com cimento, argamassa e clínquer. O incentivo fiscal é mensurado com base no lucro operacional tributável apurado de acordo com as regras de incentivo fiscal (identificado como "lucro da exploração") dos projetos específicos que são beneficiados pelo incentivo durante um período determinado estabelecido pelo fisco. Os incentivos fiscais da Companhia expiram em períodos diferentes entre 2025 e 2028. De acordo com as regras do benefício, um montante igual ao benefício fiscal (a redução do imposto de renda) deve ser alocado a uma conta de reserva ("Reserva de incentivos fiscais") dentro do patrimônio líquido da pessoa jurídica que tem o benefício e o saldo dessa reserva não pode ser distribuído aos acionistas. Os benefícios fiscais do imposto de renda totalizaram R\$ 31.074 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 26.054) registrados na despesa na rubrica de "Imposto de renda e contribuição social". A receita auferida com subsídios do governo na Companhia é alocada da receita do ano para a reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório. **(vii) Ajuste de avaliação patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial incluem: • Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria. • Outros componentes do resultado abrangente das investidas. **(b) Capital social:** Em 29 de agosto de 2019, a Companhia obteve a liberação de recursos investidos no FINOR. Os valores foram convertidos em ações subscritas do FINOR, sendo 19.731 ações preferenciais classe B, no montante de R\$ 1.277, referente a ações da própria Companhia e mantidas em tesouraria. Em 30 de abril de 2021, a Companhia cancelou essas ações preferenciais classe B, sem redução do capital social. Tal cancelamento foi compensado contra "Reserva de incentivos fiscais", rubrica essa que foi contabilizada a opção de constituição do incentivo FINOR. Em junho de 2020, a Companhia obteve a liberação no montante de R\$ 8.348 em recursos investidos no FINOR, cujos valores anteriormente investidos foram convertidos em 112.192 ações preferenciais classe B subscritas pelo FINOR e transferidas ao Banco Votorantim S.A., sucessor legal, por incorporação, da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, que passou a ser acionista da Companhia. Em outubro de 2020, a Companhia adquiriu referidas ações detidas pelo Banco Votorantim S.A., conforme Nota A3.6 na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2020. Em 30 de abril de 2021, a Companhia promoveu o aumento do seu capital social no montante de R\$ 117.582 mediante a capitalização de reservas, sem emissão de ações. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 335.906 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 218.324), composto por 17.294.725 ações ordinárias e 5.641.689 ações preferenciais (6.086 da classe "A" e 5.635.603 da classe "B") (31 de dezembro de 2020 - 17.294.725 ações ordinárias e 5.661.420 ações preferenciais). **(c) Dividendos e reserva legal:** O cálculo dos dividendos é assim demonstrado:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	385.085	237.552
Reserva legal - 5% (até o limite de 20% sobre o capital social) (i)	(19.254)	
Dividendos prioritários ações preferenciais classe B (6% ao ano sobre o valor representativo das ações preferenciais classe B)	(33.741)	(28.654)
Reserva para incentivos fiscais	(143.555)	(141.943)
Base de cálculo dos dividendos	188.535	66.955
<b>Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto</b>	<b>47.134</b>	<b>16.739</b>
Quantidade total de ações	22.936.414	22.956.145
Dividendos por ação - R\$	2,05	0,73

(i) No exercício de 2020, em consequência da redução de capital social em 31 de dezembro de 2020, o saldo da reserva legal ficou superior ao limite de 20% do valor do capital social da Companhia, conforme estabelece o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em atendimento ao § 2º do mesmo artigo 193, a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 30 de abril de 2021, deliberou sobre a integralização do saldo da reserva legal excedente ao estabelecido em lei, por meio de aumento de capital no montante de 117.582, conforme determinado pela regulamentação aplicável e conforme Nota 26 (b). O resumo dos dividendos pagos no período é assim demonstrado:

	2021
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	(47.134)
Dividendos prioritários ações preferenciais classe B distribuídos ao longo de 2021 (6% ao ano sobre o valor representativo das ações preferenciais classe B)	(33.741)
Dividendos intercalares sobre o resultado do exercício corrente	(139.663)
Dividendos sobre a reserva de exercícios anteriores	(164.103)
<b>Total de dividendos deliberados durante o exercício</b>	<b>(384.641)</b>

**(d) Ajuste de avaliação patrimonial**

	Perdas atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria	Risco de crédito de dívidas avaliadas a valor justo	Outros componentes do resultado abrangente	Total
Em 1º de janeiro de 2020	394		(122)	272
Remensurações de perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	(279)		(279)	
Tributos diferidos - Nota 22 (c)	95	(8.084)	(7.989)	
Risco de crédito de dívidas avaliadas a valor justo		23.774		23.774
Em 31 de dezembro de 2020	210	15.690	(122)	15.778
Em 1º de janeiro de 2021	210	15.690	(122)	15.778
Remensurações de perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	(76)		(76)	
Tributos diferidos - Nota 22 (c)	(82)	5.856	5.774	
Risco de crédito de dívidas avaliadas a valor justo		(17.224)	(17.224)	
Participação em outros resultados abrangentes das investidas			(584)	(584)
Em 31 de dezembro de 2021	52	4.322	(706)	3.668

**Votorantim Cimentos N/NE S.A.**

**27. Receita de contratos com clientes - (a) Práticas contábeis:** A receita é determinada com base no valor que a Companhia espera receber pela venda de produtos e serviços prestados no curso normal dos negócios da entidade, já deduzidos de perdas esperadas e quaisquer eventos que possam impactar a mensuração do valor da transação. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece uma receita quando: (i) existe um contrato e/ou qualquer acordo para que a Companhia satisfaça uma obrigação de performance; (ii) a obrigação de performance do contrato é identificável; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com segurança e este possa ser alocado para cada obrigação de performance; (iv) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; (v) as obrigações de desempenho acordadas com a contraparte sejam cumpridas e o controle sobre os bens ou serviços sejam transferidos para a contraparte; e (vi) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A prática geral da Companhia é reconhecer a receita, e os custos associados, na competência da entrega dos produtos e serviços prestados aos seus clientes ou quanto a titularidade e os riscos e benefícios são transferidos ao cliente: (i) Contratos com clientes relacionados a venda de cimento e agregados tem como obrigação de performance a entrega dos produtos de acordo com certas especificações técnicas estabelecidas em contrato. Dessa forma, o reconhecimento da receita destes produtos ocorre no momento que a obrigação de performance é cumprida, na entrega do produto ao cliente conforme as especificações estabelecidas no contrato; (ii) Serviços de concretagem estão atrelados ao cumprimento dos níveis de resistência do concreto especificados no contrato. Se o serviço de um mesmo contrato é prestado em diferentes períodos, a receita é reconhecida proporcionalmente ao serviço prestado no período corrente. A receita deve ser reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita, sendo que o serviço de concretagem apresenta duas obrigações de performance: (1) a prestação do serviço, e (2) a confirmação quanto ao cumprimento da resistência contratada. Frequentemente, a competência em que as duas obrigações de performance são cumpridas é a mesma. Um ativo de contrato é reconhecido quando é realizada a transferência dos bens e serviços ao cliente antes que ocorra o recebimento da consideração prometida. Os ativos de contrato são reconhecidos no grupo de Contas a receber (Nota 11) e sua recuperabilidade é avaliada conforme as políticas de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa. Um passivo de contrato é reconhecido quando a Companhia tem a obrigação de transferir produtos ou serviços para um cliente para os quais a entidade já recebeu as considerações referidas. O reconhecimento do passivo de contrato ocorre na competência do recebimento das considerações e liquidadas quando do cumprimento da obrigação de performance por parte da entidade, em contrapartida ao grupo de Receita. Tais passivos de contratos são apresentados como adiantamento de clientes. Para alguns contratos com clientes são reconhecidos passivos de contratos em decorrência de *rebates* negociados, que são liquidados na forma de produtos a serem entregues em gratuidade aos referidos clientes - quando do atingimento de certos volumes de compra estabelecidos. Os passivos de contratos são reconhecidos de acordo com a estimativa do montante que a entidade espera pagar ao cliente, com base em informações históricas. O valor da receita não será considerado mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

	2021	2020
Receita bruta		
Venda de produtos e serviços mercado interno	3.483.976	2.907.311
Venda de produtos e serviços mercado externo	12.550	18.993
	3.496.526	2.926.304
	(909.081)	(754.935)
	<u>2.587.445</u>	<u>2.171.369</u>

**28. Abertura de despesas por natureza**

	2021	2020
Frete	464.969	381.909
Insumos e materiais de consumo	389.401	348.350
Combustíveis	308.403	200.063
Salários, encargos e benefícios (Nota 29 (b))	210.760	197.348
Energia elétrica	102.950	170.629
Depreciação, amortização e exaustão	172.127	162.693
Manutenção e conservação	153.552	137.394
Despesa de serviços diversos	102.704	92.880
Embalagens	81.111	70.798
Despesas comerciais e marketing	2.978	14.896
Aluguéis e arrendamentos	9.053	7.324
Impostos, taxas e contribuições	2.781	4.487
Utilidades	2.987	2.716
Outros	37.234	7.378
	<u>2.041.010</u>	<u>1.798.865</u>

**Reconciliação**

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	1.881.384	1.639.209
Despesas com vendas	91.197	95.956
Despesas gerais e administrativas	68.429	63.700
	<u>2.041.010</u>	<u>1.798.865</u>

**29. Despesas com benefícios a empregados - (a) Práticas contábeis:** Provisões são registradas para a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como "Benefícios a empregados", na rubrica remuneração direta, conforme quadro abaixo.

	2021	2020
Remuneração direta	101.727	100.581
Encargos sociais	57.583	50.907
Benefícios	51.336	45.747
Plano de aposentadoria e plano de pensão (Nota 25 (b))	114	113
	<u>210.760</u>	<u>197.348</u>

Diretoria	
<b>Osvaldo Ayres Filho</b> Diretor Presidente	<b>Bianca Nasser Patrocínio</b> Diretor Vice Presidente
	<b>Hugo Sogayar Armelin</b> Diretor

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

resposta a esse assunto, avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela Administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos contemplando os prognósticos de perda para os principais processos, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda remota, possível e provável. Avaliamos a razoabilidade das estimativas da Administração e seus assessores jurídicos internos e externos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação das provisões e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações recebidas ao longo da nossa auditoria.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

**30. Outras receitas operacionais, líquidas**

	2021	2020
Benefícios fiscais - investimento	112.482	115.889
Receita de coprocessamento	2.246	2.410
Ganho líquido na venda de sucata	2.262	2.843
Recuperação de tributos	759	13.614
Reversão líquida de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível		200
Realização do instrumento financeiro - compromisso firme	(267)	(2.093)
Perda líquida na venda de imobilizado e intangível	(539)	(4.025)
Gastos com projetos	(824)	(762)
Provisão com despesas de escória	(1.475)	
Provisões com débitos tributários	(2.513)	
Provisão para <i>impairment</i> de créditos tributários	(2.252)	
Provisão para obsolescência em estoque	(3.819)	(7.404)
Provisões judiciais	(6.452)	(31.118)
Provisão de renegociação contratual	(7.500)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(13.352)</u>	<u>2.442</u>
	<u>78.756</u>	<u>91.996</u>

**31. Resultado financeiro líquido - (a) Práticas contábeis:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro; • Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); e • Reclassificações de ganhos/perdas líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. O Grupo classifica os juros pagos e os custos da recompra de títulos como fluxo caixa das atividades operacionais.

**(b) Composição**

	2021	2020
Receitas financeiras		
Reversão de atualização de provisões	37.886	628
Instrumentos financeiros derivativos	30.880	145.487
Valor justo dos empréstimos e financiamentos (Nota 20 (d))	17.711	17.167
Juros sobre operações de partes relacionadas (Nota 14 (c))	12.704	5.714
Juros sobre ativos financeiros (i)	11.568	12.574
Atualização monetária sobre ativos	3.241	3.801
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.388	5.764
Descontos obtidos	116	45
	<u>115.494</u>	<u>191.180</u>

Despesas financeiras

Juros e atualização monetária - Concessão	(120.603)	(132.378)
Capitalização de juros sobre empréstimos (Nota 17 (c))	5.284	2.553
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	(59.065)	(39.547)
Atualização monetária sobre provisões e outros passivos líquida de reversões	(55.916)	(27.042)
Instrumentos financeiros derivativos	(22.065)	
Valor justo dos empréstimos e financiamentos (Nota 20 (d))	(21.803)	(20.111)
Ajuste a valor presente - CPC 12	(7.013)	(14.276)
Despesas de captação	(3.635)	(3.480)
Despesas com fiança	(2.553)	(329)
IR sobre remessas de juros ao exterior	(1.388)	(2.290)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.202)	(1.130)
Juros sobre impostos a pagar	(460)	(67)
Juros sobre operações de partes relacionadas (Nota 14 (c))		(19)
Outras despesas financeiras	(14.511)	(6.788)
	<u>(304.930)</u>	<u>(244.904)</u>
Variações cambiais, líquidas	<u>(40.281)</u>	<u>(143.772)</u>
	<u>(229.717)</u>	<u>(197.496)</u>

**32. Seguros -** A Companhia mantém seguros de riscos patrimoniais e responsabilidade civil, dentre outros, proporcionando proteção relacionada a possíveis perdas com interrupção na produção, danos a terceiros, patrimônio e responsabilidade civil dos executivos e diretores. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites considerados pela Administração adequados ao porte e riscos inerentes a natureza da sua atividade.

**33. Compromissos de longo prazo -** A Companhia possui diversos contratos para aquisição de insumos utilizados na produção de cimento em substituição parcial ao clínquer, contratos com usinas térmicas para cinzas de carvão com siderúrgicas para escória de alto forno e com produtores de ferro-ligas para escórias metalúrgicas e contratos para a destinação e fornecimento de materiais energéticos tais como biomassas, resíduos industriais e pneumáticos inservíveis, com o propósito de substituição do combustível principal coque de petróleo. Os vencimentos variam de contrato para contrato, sendo o mais longo deles com término em 2035. Para complementar o suprimento de energia elétrica proveniente das usinas hidrelétricas próprias, a Companhia possui contratos de compra de energia de longo prazo com terceiros e partes relacionadas, garantindo assim sua necessidade de energia.

**34. Eventos subsequentes -** Em 29 de março de 2022, a Companhia realizou mais um desembolso junto ao Banco do Nordeste, no valor de R\$ 4.065, referente ao contrato de empréstimo firmado com o Banco, em 18 de março de 2020. Os recursos estão sendo liberados de acordo com a comprovação de gastos do projeto e, até o momento, foram liberados R\$ 79.604 do total de R\$ 85.574 contratado.

Contador	
<b>Joarez Baída</b> CRC PR 048.327/O-7 "S" PE	

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 1 de abril de 2022

 <b>PricewaterhouseCoopers</b> Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP 000.160/O-5	<b>Carlos Eduardo Guaraná Mendonça</b> CRC 1SP 196.994/O-2
---	---

## 1 Imóveis

apartamentos • casas com-erciais • outros

## 2 Veículos

automóveis • motos e bicicletas • caminhões • outros

## 3 Oportunidades

empregos • negócios • locadoras • outros

## 4 Diversos

comunicados • serviços profissionais • outros

## 1 IMÓVEIS

### Apartamentos Vendem-se

#### AFLITOS

LP348 - APTO 120 M, 3 QTS, QTO REVER, ISUIT, SALA 2 AMB, WC SOC, DCE, COZINHA, VARANDA, TODO C.ARMARIOS, IVG, ELEV, SL FESTA, PLAY, R\$ 430 MIL. AC. FINANC. MARQUE SUA VISITA. F-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

#### BOA VISTA

LP205 OPORTUNIDADE UNICA NA BOAVISTA EXCELENTE EDFMANDACARU APTO C/74M COM 2QTS, WC SOC, COZ, SALA P/02 AMB, ARMARIOS, DCE, ELEV, R\$ 210 MIL. AC. FINANC. LIGAR FONES: 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

#### BONGI

LP204-OTIMA LOCALIZ. APTO 60M 2QTS, TODO COM ARMARIO, SLC 2AMB, REFORM, ELEV, IVG, AC FINANC, R\$ 210 MIL. TELS-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

#### CAMPO GRANDE

LP254-IMPERDÍVEL OPORTUNID. DE UM APTO, C/ 74M, 2QTS, ISUIT, SALA P 2AMB, COZINHA, WC SOC, DCE, VARAND, COM ARMARIOS, IVG R\$220MIL. AC. FINANC. TELS-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP255-IMPERDÍVEL OTIMA LOC, LINDO APTO C55M, 2 QTS, STE, WC SOC, COZ, SL 2AMB, VARANDA, ARMARIOS, SL DE FESTA, ELEV, PISCINA, PLAY, 1 VG R\$ 280 MIL. TELS-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP 304 - ATENCAO! APTO EDFYOKOHAMA COM 80M, 3QTS, ISIT, SALA 2AMB, COZINHA, WC SOCIAL, VAR, IDCE, ARMARIOS NA COZIN, ELEV, SL FESTA, 2VG R\$ 410 MIL. AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA. F-991919003-986967550-30375200

LP 304 - ATENCAO! APTO EDFYOKOHAMA COM 80M, 3QTS, ISIT, SALA 2AMB, COZINHA, WC SOCIAL, VARAND, DCE, ARMARIOS NA COZIN, ELEV, SL FESTA, 2VG R\$ 410 MIL. AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA. F-991919003-986967550-30375200

LP254-IMPERDÍVEL OPORTUNID. DE UM APTO, C/ 74M, 2QTS, ISUIT, SALA P 2AMB, COZINHA, WC SOC, DCE, VARAND, COM ARMARIOS, IVG R\$220MIL. AC. FINANC. TELS-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP255-IMPERDÍVEL OTIMA LOC, LINDO APTO C55M, 2 QTS, STE, WC SOC, COZ, SL 2AMB, VARANDA, ARMARIOS, SL DE FESTA, ELEV, PISCINA, PLAY, 1 VG R\$ 280 MIL. TELS-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP 304 - ATENCAO! APTO EDFYOKOHAMA COM 80M, 3QTS, ISIT, SALA 2AMB, COZINHA, WC SOCIAL, VAR, IDCE, ARMARIOS NA COZIN, ELEV, SL FESTA, 2VG R\$ 410 MIL. AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA. F-991919003-986967550-30375200

LP 304 - ATENCAO! APTO EDFYOKOHAMA COM 80M, 3QTS, ISIT, SALA 2AMB, COZINHA, WC SOCIAL, VARAND, DCE, ARMARIOS NA COZIN, ELEV, SL FESTA, 2VG R\$ 410 MIL. AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA. F-991919003-986967550-30375200

### CASA AMARELA

LP 3191 IMPERDÍVEL APTO COM 90M, 3QTS, STE, VAR, SLP/02AMB, WC SOC, DCE, TODO COM ARMARIOS, DECORADO, IVAG, LAZER COMPLETO, ELEV, R\$ 530 MIL. AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA, LIGAR FONES: 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

LP3232-EXCELENTE OPORTUN P MORAR APTO 130M, TODO DECORADO, 3QTS, 3SUIT, VARANDA, COZINH, SL P2 AMB, WC SOC, DCE, AMARIO, 2VGS, ELEVAD, LAZER COMPL, R\$760MIL, AC. FINANC. F-991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

OPORTUNIDADE APTO COM 70M, ANDAR ALTO, NASCENTE, SL P/02 AMB, 3 QTS, STE, WC SOC, WC DE SERV, TODO COM ARMARIOS, COZ, IVG, ELEV, LAZER COMPLETO, R\$ 460 MIL, ACEIT. FINANC, LIGAR TELEFONES: 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

LP3232-EXCELENTE OPORTUN P MORAR APTO 130M, TODO DECORADO, 3QTS, 3SUIT, VARANDA, COZINH, SL P2 AMB, WC SOC, DCE, AMARIO, 2VGS, ELEVAD, LAZER COMPL, R\$760MIL, AC. FINANC. F-991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

OPORTUNIDADE APTO COM 70M, ANDAR ALTO, NASCENTE, SL P/02 AMB, 3 QTS, STE, WC SOC, WC DE SERV, TODO COM ARMARIOS, COZ, IVG, ELEV, LAZER COMPLETO, R\$ 460 MIL, ACEIT. FINANC, LIGAR TELEFONES: 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

### CASA FORTE

LP224 OPORTUNIDADE UNICA COM89M, 2QTS, SUITE, SLP/02 AMB, COZ, WC SOC, DCE, TODO COM ARMARIOS, IVG, SL FESTA, ELEV, R\$ 330MIL, AC. FINC, MARQUE SUA VISITA COM OS NOSSOS CORRETORES LIGAR FONES: 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

LP346 OPORTUNIDADE APTO COM 90M, 3QTS, SUITE, VAR, SLP/02 AMB, COZ, DCE, AREA DE SERV, WC SOC, TODO COM ARMARIOS, 2VAGAS, R\$ 285MIL, AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA COM OS NOSSOS CORRETORES LIGAR FONES: 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

LP346 OPORTUNIDADE APTO COM 90M, 3QTS, SUITE, VAR, SLP/02 AMB, COZ, DCE, AREA DE SERV, WC SOC, TODO COM ARMARIOS, 2VAGAS, R\$285MIL, AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA COM OS NOSSOS CORRETORES LIGAR TELEFONES: 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

LP372-APTO C/OTIMA LOCALIZ, 105 M, 3QTS, 2SUIT, WC SOC, VARAND, COZINHA, SALAP 2AMB, DCE, TODO COM ARMARIOS, 2 VAGAS, ELEV, LAZER COMPL, R\$785MIL, AC. FINANC. F-999555055-986967550-30375200 CRECI9355J

### ENCRUZILHADA

LP 243 - COM OTIMA LOCALIZ. C 63M, 2QTS, SAL P 2AMB, VARANDA, COZINH, A.SERV, WC SOCI, WC SERV, TODO COM ARMAR. IVG, R\$240MIL AC. FINANC F-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP394 OPORTUNIDADE APTO COM OTIMA LOCALIZACAO COM 111M, 3 QTS, 1 STE, SALA P/2AMB, VAR, COZ, WC SOC, DCE, TODO COM ARMARIOS, 2 VGS, ELEVAD, R\$ 280 MIL, AC. FINANC, LIGAR FONES: 986967550/30375200/991919003 CRECI9355J

LP 243 - COM OTIMA LOCALIZ. C 63M, 2QTS, SAL P 2AMB, VARANDA, COZINH, A.SERV, WC SOCI, WC SERV, TODO COM ARMAR. IVG, R\$240MIL AC. FINANC F-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP394 APTO C/ OTIMA LOCALIZACAO COM 111M, 3 QTS, 1 STE, SALA P/2AMB, VAR, COZ, WC SOC, DCE, TODO COM ARMARIOS, 2 VGS, ELEVAD, R\$ 280 MIL, AC. FINANC, LIGAR FONES: 986967550/30375200/991919003 CRECI9355J

### ESPINHEIRO

LP3200-OPORTUNID, APTO COM 107M, 3QTS, ISUIT, VARAND, SALA P2AMB, COZINHA, DCE, 2VAGAS, ELEV, IMPERDÍVEL R\$395MIL, AC. FINANC. TELS-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP3200-APTO COM 107M, 3QTS, ISUIT, VARAND, SALA P2AMB, COZINHA, DCE, 2VAGAS, ELEV, IMPERDÍVEL R\$395MIL, AC. FINANC. TELS-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP3249 IMPERDÍVEL OPORTUNIDADE UNICA, APTO MUITO BEM LOCALIZADO COM 103M, 3QTS, SUITE, SL P/02AMB, WC SOC, DCE, COZ, AREA DE SERV, PORCELANATO, TODO COM ARMARIOS, 2VGS, ELEV, SALAO DE FESTA, R\$350MIL, AC. FINANC, LIGAR FONE 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

LP3248-OTIMA LOCALIZ, APTO DE AREA UTIL 85M C3QTS, ISUIT, VARAND, TODO COM ARMARIOS, IVG, ELEV, SL DE FESTA, PLAY, R\$ 420MIL AC. FINANC, F-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP306 EXCELENTE OPORTUNIDADE PARA MORAR COM 160M, 3QTS, SUITE, VAR, COZ, SALA P 02AMB, WC SOC, DCE, ELEV, PISC, SL DE FESTA, PLAY, 1VG, R\$ 700 MIL OU ALUGUEL DE 4 MIL COM AS TAXAS, AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA COM OS NOSSOS CORRETORES, LIGAR FONES: 986967550/991919003/30375200 CRECI9355J

LP3200-OPORTUNID, APTO COM 107M, 3QTS, ISUIT, VARAND, SALA P2AMB, COZINHA, DCE, 2VAGAS, ELEV, IMPERDÍVEL R\$395MIL, AC. FINANC. TELS-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP3249 IMPERDÍVEL OPORTUNIDADE UNICA, APTO MUITO BEM LOCALIZADO COM 103M, 3QTS, SUITE, SL P/02AMB, WC SOC, DCE, COZ, AREA DE SERV, PORCELANATO, TODO COM ARMARIOS, 2VGS, ELEV, SALAO DE FESTA, R\$350MIL, AC. FINANC, LIGAR FONE 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

### GRACAS

LP225-IMPERDÍVEL OPORTUNID, APTO COM OTIMA LOCALIZ. C/ 83M, QTS, DCE, VARAND, WC SOC, COZINH, SALA P2AMB, 1 VG, TODO COM ARMARIO ELEV, PISCINA, SAL FESTA, PLAY R\$350MIL, MARQUE SUA VISITA. F-999184740-986967550-30375200 CRECI9355J

LP 3151 OPORTUNIDADE APTO COM 91M, 3 QTS, SUITE, WC SOC, SL P/02 AMB, PORCELANATO COZ, TODO COM ARMARIOS E DECORADOS, IVG ELEV, R\$229MIL, AC. FINANC, FONE 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

LP3248-OTIMA LOCALIZ, APTO DE AREA UTIL 85M C3QTS, ISUIT, VARAND, TODO COM ARMARIOS, SALAC2AMB, DCE, PISC, SL FESTA, PLAY, 2VG, AC FINANC, R\$ 640MIL LIGAR F-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP3282-OPORTUNIDADE APTONASCENTE C106M, 3QTS, SUITE, WC SOC, DCE, COZINHA, SL P2AMB, VAND, DECORADO, TODO COM ARMARIOS, IVG, ELEV, SL DE FESTA, PLAY, R\$ 420MIL AC. FINANC, TELS-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP379 IMPERDÍVEL OPORTUNIDADE APTO TOTALMENTE NASCENTE COM 133M, 3QTS, ISTE, SL P/02 AMB, VAR, COZ, DCE, TODO COM ARMARIOS, WC SOC, IVG, ELEV, R\$350MIL, AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA FONE 991919003/986967550-30375200 CRECI9355J

OPORTUNIDADE UNICA NO CORACAO DAS GRACAS, APTO COM 130M, 3 QTS, 1 SUITE, SL P/02AMB, VAR, COZ, AREA DE SERV, WC SOCIAL, DCE, TODO COM ARMARIOS, 1 VAGA, ELEV, R\$ 350MIL, AC. FINANC, LIGAR FONES: 30375200/991919003/986967550 CRECI9355J

LP225-IMPERDÍVEL OPORTUNID, APTO COM OTIMA LOCALIZ. C/ 83M, QTS, DCE, VARAND, WC SOC, COZINH, SALA P2AMB, 1 VG, TODO COM ARMARIO ELEV, PISCINA, SAL FESTA, PLAY R\$350MIL, MARQUE SUA VISITA. F-999184740-986967550-30375200 CRECI9355J

LP3248-OTIMA LOCALIZ, APTO DE AREA UTIL 85M C3QTS, ISUIT, VARAND, TODO COM ARMARIOS, IVG, ELEV, SL DE FESTA, PLAY, R\$ 420MIL AC. FINANC, F-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP225-IMPERDÍVEL OPORTUNID, APTO COM OTIMA LOCALIZ. C/ 83M, QTS, DCE, VARAND, WC SOC, COZINH, SALA P2AMB, 1 VG, TODO COM ARMARIO ELEV, PISCINA, SAL FESTA, PLAY R\$350MIL, MARQUE SUA VISITA. F-999184740-986967550-30375200 CRECI9355J

LP 3151 OPORTUNIDADE APTO COM 91M, 3 QTS, SUITE, WC SOC, SL P/02 AMB, PORCELANATO COZ, TODO COM ARMARIOS E DECORADOS, IVG ELEV, R\$229MIL, AC. FINANC, FONE 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

LP3248-OTIMA LOCALIZ, APTO DE AREA UTIL 85M C3QTS, ISUIT, VARAND, TODO COM ARMARIOS, SALAC2AMB, DCE, PISC, SL FESTA, PLAY, 2VG, AC FINANC, R\$ 640MIL LIGAR F-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP3282-OPORTUNIDADE APTONASCENTE C106M, 3QTS, SUITE, WC SOC, DCE, COZINHA, SL P2AMB, VARANDA, DECORADO, TODO COM ARMARIOS, IVG, ELEV, SL DE FESTA, PLAY, R\$ 420MIL AC. FINANC, F-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP379 IMPERDÍVEL OPORTUNIDADE APTO TOTALMENTE NASCENTE COM 133M, 3QTS, ISTE, SL P/02 AMB, VAR, COZ, DCE, TODO COM ARMARIOS, WC SOC, IVG, ELEV, R\$350MIL, AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA FONE 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

OPORTUNIDADE UNICA NO CORACAO DAS GRACAS, APTO COM 130M, 3 QTS, 1 SUITE, SL P/02AMB, VAR, COZ, AREA DE SERV, WC SOCIAL, DCE, TODO COM ARMARIOS, 1 VAGA, ELEV, R\$ 350MIL, AC. FINANC, LIGAR FONES: 30375200/991919003/986967550 CRECI9355J

### PARNAMIRIM

LP337 OPORTUNIDADE APTO COM 101M, 3QTS, WC SOCIAL, DCE, SL P/02 AMB, COZ, VAR, 2VG, ARMARIOS, ELEV, R\$395MIL, AC. FINANC, FONES: 991919003/30375200/986967550 CRECI9355J

LP337 APTO COM 101M, 3 QTS, WC SOCIAL, DCE, SL P/02 AMB, COZ, VAR, 2VG, ARMARIOS, ELEV, R\$ 395 MIL, ACEIT. FINANC, FONES: 991919003/30375200/986967550 CRECI9355J

LP377 APTO A 500M DO PARQUE DA JAQUEIRA C/ 180M, TENDO 3QTS, SUITE, CLOSET, SLP/04 AMB, COZ, WC SOC, DCE, TODO C/ ARMARIOS, ELEVAD, NASCENTE, SL FESTA, PLAY R\$ 750 MIL, AC. FINANC FONE 86967550/991919003/30375200 CRECI9355J

### ROSARINHO

LP326 OPORTUNIDADE IMPERDÍVEL APTO DECORADO COM 112M, 3QTS, 2 STE, CLOSET, VAR, DCE, SL 02AMB, WC SOC, TODO C/ ARMARIOS, IVG, LAZER COMPLETO, R\$720MIL AC. FINANC, FONES: 986967550/30375200/991919003 CRECI9355J

LP4116-OPRTUNID. OTIMA LOCALIZ. APTO COM 128M, 4QTS, 2 SUIT, SALP2AMB, VARAND, COZINH, WC SOC., DEC, TODO COM ARMARIOS, 2 VAGAS, LAZER COMP MARQUE SUA VISITA R\$ 780MIL, AC. FINANC. F-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

### TAMARINEIRA

LP358-OPORTUNID DE UM EXCELENTE APTO C130M, 3 QTS, STE, WC SOC, SL P 3 AMB, COZINHA, A DE SERV, DCE, VARAND, TODO COM ARMARIO, 2VG LIVRES, ELEV, LAZER COMP R\$ 780 MIL, AC. FINANC. F-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

OTIMA APTO COM 100M, 3 QTS, SUITE, SLP/02 AMB, COZ, WC SOC, DCE, TDO COM ARMARIOS, ELEV, R\$ 280 MIL, AC. FINANC, LIGAR 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

OTIMO APTO COM 65M, 3 QTS, SUITE, SL P/02 AMB, WC SOC, VAR, COZ, IVG, R\$ 220 MIL, ACEIT. FINANC, LIGAR FONES: 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

OTIMA OPORTUNIDADE APTO COM 100 M, 3 QTS, 2 SUITES, SLP/02 AMB, COZ, WC SOC, DCE, TDO COM ARMARIOS, ELEVAD, R\$ 280 MIL. AC. FINANC, LIGAR FONE 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

LP358-APTO C130M, 3 QTS, STE, WC SOC, SL P 3 AMB, COZINHA, A DE SERV, DCE, VARAND, TODO COM ARMARIO, 2VG LIVRES, ELEV, LAZER COMP, R\$ 780 MIL, AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA. TELS-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

OTIMA OPORTUNIDADE APTO COM 100M, 3 QTS, 2 SUITES, SLP/02 AMB, COZ, WC SOC, DCE, TDO COM ARMARIOS, ELEV, R\$ 280 MIL. AC. FINANC, LIGAR FONE 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

OTIMO APTO COM 65M, 3 QTS, SUITE, SL P/02 AMB, WC SOC, VAR, COZ, IVG, R\$ 220 MIL, ACEIT. FINANC, LIGAR FONES: 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

LP358-APTO C130M, 3 QTS, STE, WC SOC, SL P 3 AMB, COZINHA, A DE SERV, DCE, VARAND, TODO COM ARMARIO, 2VG LIVRES, ELEV, LAZER COMP, R\$ 780 MIL, AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA. TELS-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

OTIMA OPORTUNIDADE APTO COM 100M, 3 QTS, 2 SUITES, SLP/02 AMB, COZ, WC SOC, DCE, TDO COM ARMARIOS, ELEV, R\$ 280 MIL. AC. FINANC, LIGAR FONE 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

OTIMO APTO COM 65M, 3 QTS, SUITE, SL P/02 AMB, WC SOC, VAR, COZ, IVG, R\$ 220 MIL, ACEIT. FINANC, LIGAR FONES: 991919003/986967550/30375200 CRECI9355J

### TORRE

LP 3109 APTO COM 110M, 3 QTS, SUITE, VAR, SALA P/02 AMB, COZINH, ARMARIOS, WC SOC, DCE, IVG, ELEV, R\$ 295MIL AC. FINANC, F: 30375200/986967550/991919003 CRECI9355J

LP 3109 APTO COM 110M, 3 QTS, SUITE, VAR, SALA P/02 AMB, COZ, ARMARIOS, WC SOC, DCE, IVG, ELEV, R\$ 295MIL AC. FINANC, FONES: 30375200/986967550/991919003 CRECI9355J

LP 3109 APTO COM 110M, 3 QTS, SUITE, VAR, SALA P/02 AMB, COZINH, ARMARIOS, WC SOC, DCE, IVG, ELEV, R\$ 295MIL AC. FINANC, F: 30375200/986967550/991919003 CRECI9355J

LP 3109 APTO C/110M, 3 QTS, SUITE, VAR, SALA P/02 AMB, COZINH, ARMARIOS, WC SOCIAL, DCE, IVG, ELEV, R\$ 295MIL ACEIT. FINANC, TELS: 30375200/986967550/991919003 CRECI9355J

LP 3109 APTO C/110M, 3 QTS, SUITE, VAR, SALA P/02 AMB, COZINH, ARMARIOS, WC SOCIAL, DCE, IVG, ELEV, R\$ 295MIL ACEIT. FINANC, TELS: 30375200/986967550/991919003 CRECI9355J

1 IMÓVEIS Apartamentos Alugam-se

### RIO DOCE

ALUGO APARTAMENTO C/ 3 QUARTOS, COM SALA DE JANTAR, SUITE, MOVEIS PLANEJADOS, COM GARAGEM E SEGURO, NA 4 ETAPA, PERTO DE TUDO, INCLUSIVE DE PARADA DE ONIBUS. INFORM. TRATAR DIRETO COM O PROPRIETARIO. PELO TELEFONE-988964651

ALUGO APARTAMENTO C/ 3 QUARTOS, COM SALA DE JANTAR, SUITE, MOVEIS PLANEJADOS, COM GARAGEM E SEGURO, NA 4 ETAPA, PERTO DE TUDO, INCLUSIVE DE PARADA DE ONIBUS. INFORM. TRATAR DIRETO COM O PROPRIETARIO. PELO TELEFONE-988964651

### LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

**ALEXANDRE TRAVASSOS**, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 951, com escritório à Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º Andar - Brooklin Paulista, São Paulo - SP, 04571-010 - Edifício Berrini One, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS EMPÍRICA HOME EQUITY**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 17.334.148/0001-65, com sede na Avenida das Américas, nº 3434, Bloco 7, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, nos termos do instrumento particular de financiamento imobiliário com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia nº 60.219, firmado em 10/08/2015, no qual figuram como **Devedores/Fiduciantes: Carlos Alberto Teixeira Thorpe**, brasileiro, funcionário público federal, data de nascimento 23/10/1954, RG nº 1159711-SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 089.511.794-00 e sua esposa **Catia Maria Amorim Dos Anjos Thorpe**, brasileira, funcionária pública federal, data de nascimento 12/12/1956, RG nº 1425341-SSP/PE, inscrito no CPF sob nº 142.661.054-87, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Dom José Lopes, nº 1077, Apto 402, bairro de Boa Viagem, Recife/PE, levarão a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 2º e parágrafos, no dia **19 de Abril de 2022 às 09h10**, à Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º Andar - Brooklin Paulista, São Paulo - SP, 04571-010 - Edifício Berrini One, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 594.839,29 (Quinhentos e noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e vinte e nove centavos)** o imóvel abaixo descrito, em lote único, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído por: **Imóvel - Apartamento nº 402**, localizado no 4º pavimento elevado na parte da frente, lado esquerdo do Edifício Monteiro Lobato, nº 1077, da Rua Dom José Lopes, em Boa Viagem, freguesia de Afogado, nesta cidade Recife/PE, composto de dois quartos sociais, sendo um deles suíte, um WC social, uma área de serviço, uma cozinha, dependência completa de empregada, área de circulação, sala com varanda, e com garagem no pilotis, com uma área total construída de 99,54m², sendo 77,05m² de área útil, 22,49m² de área comum e 0,009636 de fração ideal equivalente ao lote de terreno de marinha (domínio útil), nº 12-A, da quadra D, do loteamento Bomirar, confrontando-se pela frente com a Rua Dom José Lopes, pelo lado esquerdo com o lote nº 14 da mesma Rua, quadra e loteamento, lado direito com o lote nº 3 e parte do lote nº 2, ambos da mesma quadra e loteamento com frente para a Rua Dr. Gaspar Regueira Costa, e fundos com o lote 5-A, da Rua Monsenhor Paulo, onde está construído o Edifício Marbella. Matrícula nº 41.327 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Recife/PE. Cadastro na Prefeitura Municipal sob nº 6.1835.210.01.0102.0008-3 e sequencial 6.62349.2. **O imóvel encontra-se ocupado, e será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. A desocupação do imóvel deverá ser providenciada pelo comprador, que assume o risco da ação, bem como todas as custas e despesas, inclusive honorários advocatícios, mediante propositura da competente reintegração na posse, na forma do artigo nº 30, da Lei nº 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **20 de Abril de 2022 às 14h10** para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a: **R\$ 594.839,29 (Quinhentos e noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e vinte e nove centavos)**. Os interessados em participar do leilão de

PL pdf

Código do documento 8880e573-b326-454a-9381-d48a64d17e14



## Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100  
Certificado Digital  
fabiohenrique@folhape.com.br  
Assinou

## Eventos do documento

### 05 Apr 2022, 00:27:31

Documento 8880e573-b326-454a-9381-d48a64d17e14 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2022-04-05T00:27:31-03:00

### 05 Apr 2022, 00:27:47

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2022-04-05T00:27:47-03:00

### 05 Apr 2022, 00:28:08

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 179.181.49.216 (179.181.49.216 porta: 33656). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE\_ATOM: 2022-04-05T00:28:08-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):466b858cfe33ca24ba642ec32b780ec6d5183f7d0d64a84fd507e2eca4ed126

(SHA512):0e4c1b58bf33ebb3cb18ec7706b4aa1e01814edee8ed12099a0a0d198f3a187be8edf588cf193307dd898a04dd3c6653ac939e51521c93251c3d4ef5dc9e25b8

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**